



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Sandra Cristina de Sequeiros Pereira](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 31 e 32/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 208 a 212/XVII/1.ª, 2015/XVII/1.ª e 217/XVII/1.ª, e dos Projetos de Resolução n.ºs 293 a 296/XVII/1.ª e 301 e 302/XVII/1.ª.

Procedeu-se à discussão e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 255/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que rejeite o Regulamento COM/2022/209, conhecido como «Chat Control», que foi rejeitado, 260/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que se oponha, no seio da União Europeia, à aprovação da «Chat Control Law», que foi rejeitado, 282/XVII/1.ª (L) — Recomenda a rejeição da proposta de regulamento «Chat Control», que foi rejeitado, 287/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que rejeite a proposta de regulamento da Comissão Europeia (COM/2022/209), conhecido por «Chat

Control», que foi rejeitado, 289/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de orientações no que respeita às negociações europeias em curso sobre o regulamento relativo à prevenção e combate ao abuso sexual de crianças (denominado «Chat Control»), de forma a assegurar a realização equilibrada dos princípios estruturantes do Estado de direito, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Bruno Nunes](#) e [Ricardo Dias Pinto](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [João Torres](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Eva Brás Pinho](#) (PSD) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se ao debate e posterior votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 87/XVII/1.ª (CH) — Procede à criação de centros de nascimento para reforçar o direito das mulheres grávidas à escolha do local de nascimento, que foi rejeitado, em conjunto com os Projetos

de Resolução n.ºs [279/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um projeto-piloto com vista à criação de unidades de cuidados na maternidade, que foi aprovado, [285/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda um conjunto de cuidados às mulheres durante e após a gravidez, que foi aprovado, e [288/XVII/1.ª](#) (BE) — Unidades de cuidados na maternidade no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Irene Costa](#) (PS), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Susana Correia](#) (PS) e [Cristina Vieira Henriques](#) (CH).

Debateu-se e votou-se posteriormente, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [211/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação do programa «escolas solares», que foi rejeitado, o Projeto de Lei n.º [206/XVII/1.ª](#) (PS) — Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável e determina o deferimento tácito do licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 90 dias, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs [71/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo soluções que promovem a autonomia energética nacional, através da descentralização no sistema energético, do reforço do armazenamento, da gestão ativa e da criação de microrredes locais e «vales solares», e [276/XVII/1.ª](#) (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética, que foram aprovados. Proferiram intervenções os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Raul Melo](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Carvalho](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Ana Silveira](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Bárbara do Amaral Correia](#) (PSD).

Seguiu-se a apreciação do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A. [[Apreciação Parlamentar n.º 1/XVII/1.ª](#) (PCP, L, BE)], que deu origem aos Projetos de Resolução n.ºs [301/XVII/1.ª](#) (PCP) — Cessaçao de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A., e [302/XVII/1.ª](#) (L) — Cessaçao de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A., que foram posteriormente rejeitados. Intervieram, além do Ministro das Infraestruturas e Habitação ([Miguel Pinto Luz](#)), os Deputados [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Frederico Francisco](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Filipe Melo](#) (CH) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [84/XVII/1.ª](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento de José António Camacho, Deputado à Assembleia Constituinte e antigo governante madeirense, [99/XVII/1.ª](#) (CH) — De pesar pela morte de Ricardo Neto, pioneiro do cinema de animação em Portugal, [100/XVII/1.ª](#) (CH) — De pesar pelo falecimento de Fernando Guimarães, poeta, ensaísta e tradutor da literatura portuguesa, [107/XVII/1.ª](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento de António Manuel Fernandes Alves e [109/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de Teresa Caeiro, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas. (a)

Foi lido o Projeto de Voto n.º [128/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pelo Deputado [Armando Mourisco](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [143/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de José

Junqueiro, tendo sido aprovada, por aclamação, a respetiva parte deliberativa (a).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [146/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de Jorge Costa, [147/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de Manuel Maria Trindade, forçado do Grupo de Forçados Amadores de São Manços e [114/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de sete idosos num incêndio em Mirandela, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas. (a) De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Voto n.ºs [83/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 50 Anos da independência de São Tomé e Príncipe, [122/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos resultados dos atletas portugueses no Campeonato do Mundo de Canoagem de Velocidade e Paracanoagem, [124/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 150 anos da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto, [125/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 150 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, [134/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação à Seleção Nacional de Hóquei em Patins pela conquista do Campeonato Europeu e [135/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação pelo 40.º aniversário da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, CCRL (CONFAGRI).

Em votação na generalidade, foi aprovada a Proposta de Lei n.º [16/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, reduzindo as taxas gerais de IRC e foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [189/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam apoios sociais para a frequência de creche ou pré-escolar destinados aos dependentes dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC, [190/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam seguros de saúde aos animais de companhia dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC, [193/XVII/1.ª](#) (IL) — Reduz o IRC e elimina o primeiro escalão da derrama estadual e [194/XVII/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, bem como o Projeto de Resolução n.º [286/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova uma política fiscal que assegure a redução da carga fiscal de forma justa e equilibrada.

Procedeu-se à votação das Propostas de Lei n.ºs [12/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, que foi aprovada, na generalidade, [24/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº73/2010, de 21 de junho, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, e [28/XVII/1.ª](#) (GOV) — Introdz o regime de grupos de IVA, que consiste na consolidação dos saldos do IVA a pagar ou recuperar por parte dos membros de um grupo de entidades, unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais, que foi aprovada, na generalidade.

Foram aprovadas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [7/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União e [8/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [204/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova o regime jurídico da

cibersegurança.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 25/XVII/1.^a (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais).

Procedeu-se à votação da Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.^a (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, dos Projetos de Lei n.ºs 171/XVII/1.^a (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto), que foi aprovado, na generalidade, e 182/XVII/1.^a (L) — Revê a metodologia das ações de estabilização de emergência no pós-fogo, que foi rejeitado, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs 256/XVII/1.^a (PCP) — Apoio extraordinário às associações humanitárias de bombeiros voluntários e 261/XVII/1.^a (L) — Recomenda a adoção e financiamento de medidas de estabilização de emergência dos solos em risco após os incêndios, que foram aprovados, na generalidade.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.^a (GOV) — Aprova o plano de intervenção para a floresta «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 164/XVII/1.^a (PAN) — Aprova um programa nacional de deseucalitização e 165/XVII/1.^a (L) — Reconhece que a profissão de bombeiro é de desgaste rápido.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 205/XVII/1.^a (PS) — Proceda à revisão do regime da propriedade rústica.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 246/XVII/1.^a (L) — Recomenda a profissionalização e formação dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, 247/XVII/1.^a (L) — Recomenda a contratação de vigilantes da natureza pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e 248/XVII/1.^a (L) — Recomenda a valorização da profissão e a contratação de sapedores florestais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 251/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova a reflorestação de Portugal nas áreas ardidas, privilegiando as espécies autóctones.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 277/XVII/1.^a (PAN) — Pela utilização de inteligência artificial para a prevenção e deteção de incêndios florestais no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde» e 278/XVII/1.^a (PAN) — Pelo encurtamento do prazo de atualização do Inventário Florestal Nacional no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 176/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de um plano de ação que promova a sustentabilidade, a valorização da produção e o equilíbrio do setor vitivinícola da Região Demarcada do Douro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 180/XVII/1.^a (PCP) — Define medidas de emergência social para o distrito do Porto face a situações de exclusão e pobreza extrema.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 119/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para o cumprimento interno do regulamento europeu relativo aos mercados de criptoativos e 179/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que aprove com urgência o diploma que assegura a execução nacional do regulamento europeu para o setor dos criptoativos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 234/XVII/1.^a (CH) — Pela majoração da dotação do

Programa de Preparação Olímpica e Paralímpica 2026-2029 e pela revisão do modelo de financiamento do desporto nacional.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 139/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública de residências para estudantes no distrito do Porto e 140/XVII/1.^a (PCP) — Pela urgente recuperação dos edifícios escolares públicos no distrito do Porto.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 125/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo da República a revisão do regime de mobilidade por doença, assegurando igualdade de tratamento aos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, à semelhança dos docentes em situação de monoparentalidade, e 204/XVII/1.^a (PCP) — Alteração do regime de mobilidade por doença.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 186/XVII/1.^a (PS) — Reintegração da Pousada de Elvas na rede nacional.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 188/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional para a gestão integrada de festejos desportivos e proteção da atividade comercial associada.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 85/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 157/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a identificação das lacunas da proteção jurídica dos animais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 91/XVII/1.^a (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 98/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais — quarta geração.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 106/XVII/1.^a (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 112/XVII/1.^a (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução.

Debateram-se os Projetos de Lei n.ºs 42/XVII/1.^a (BE) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição no Código do Trabalho, 188/XVII/1.^a (PCP) — Cria o subsídio de alimentação no setor privado, 191/XVII/1.^a (PAN) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição para os trabalhadores do sector privado, procedendo à alteração do Código de Trabalho e 195/XVII/1.^a (CH) — Garante aos trabalhadores do sector privado o direito ao subsídio de refeição, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 280/XVII/1.^a (PAN) — Pelo aumento do subsídio de refeição dos trabalhadores da Administração Pública a partir de 1 de janeiro de 2026 e 283/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que aumente o subsídio de refeição, tendo usado a palavra, a diverso título, os Deputados **Alfredo Maia** (PCP), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Felicidade Vital** (CH), **Isabel Mendes Lopes** (L), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Filipe Sousa** (JPP), **Joana Cordeiro** (IL), **Paulo Edson Cunha** (PSD), **Ana Bernardo** (PS) e **Lina Pinheiro** (CH).

Foram ainda apreciados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 1/XVII/1.^a (PAN) — Alarga as garantias de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, procedendo à

alteração de diversos diplomas, em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 9/XVII/1.^a (PAN) — Pela adoção de um plano nacional de combate à violência sexual baseada em imagens, e ainda, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 27/VII/1.^a (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.^a alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), 126/XVII/1.^a (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica, 187/XVII/1.^a (CH) — Altera as regras de suspensão provisória do processo relativamente a processos por crime de violência doméstica, garantindo mais direitos à vítima, 197/XVII/1.^a (L) — Cria o mecanismo especial de reparação a vítimas de violência doméstica, 198/XVII/1.^a (L) — Alarga a proteção das vítimas de violência doméstica através da modificação das condições do subsídio de reestruturação familiar, 199/XVII/1.^a (CDS-PP) — Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica, 201/XVII/1.^a (BE) — Apoio à renda e apoio jurídico

para vítimas de violência doméstica (alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro), 202/XVII/1.^a (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código do Processo Penal), 207/XVII/1.^a (PS) — Reforça os instrumentos de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica e Projeto de Resolução n.º 31/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro. Intervieram, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Cristina Rodrigues (CH), Filipa Pinto (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Elza Pais (PS), Filipe Sousa (JPP), Sandra Pereira (PSD), Patrícia Faro (PS), Idalina Durães (CH) e Angélique Da Teresa (IL).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 14 horas e 58 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 9 horas.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias ao público que deseje assistir aos nossos trabalhos.

Pedia à Sr.^a Secretária da Mesa Germana Rocha o favor de ler o expediente que temos para a sessão de hoje.

A Sr.^a **Secretária da Mesa** (Germana Rocha): — Bom dia, Sr. Presidente, passo a anunciar à Câmara que deram entrada na Mesa as seguintes iniciativas: as Propostas de Lei n.ºs [31/XVII/1.ª](#) (GOV) e [32/XVII/1.ª](#) (GOV), os Projetos de Lei n.ºs [208/XVII/1.ª](#) (PCP), [209/XVII/1.ª](#) (PCP), [210/XVII/1.ª](#) (PCP), [211/XVII/1.ª](#) (CH), [212/XVII/1.ª](#) (CH), [215/XVII/1.ª](#) (CH) e [217/XVII/1.ª](#) (IL), e os Projetos de Resolução n.ºs [293/XVII/1.ª](#) (PS), [294/XVII/1.ª](#) (PS), [295/XVII/1.ª](#) (PS), [296/XVII/1.ª](#) (PS), [301/XVII/1.ª](#) (PCP) e [302/XVII/1.ª](#) (L).

O Sr. **Presidente**: — Não há mais matéria prévia à nossa ordem do dia, portanto, vamos dar início ao primeiro ponto, o debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [255/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que rejeite o Regulamento COM/2022/209, conhecido como «Chat Control», [260/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que se oponha, no seio da União Europeia, à aprovação da «Chat Control Law», [282/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a rejeição da proposta de regulamento «Chat Control», [287/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que rejeite a proposta de regulamento da Comissão Europeia (COM/2022/209), conhecido por «Chat Control», e [289/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de orientações no que respeita às negociações europeias em curso sobre o regulamento relativo à prevenção e combate ao abuso sexual de crianças (denominado «Chat Control»), de forma a assegurar a realização equilibrada dos princípios estruturantes do Estado de direito.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Teixeira, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A discussão que a Iniciativa Liberal traz hoje a Plenário não é apenas sobre o chamado «Chat Control». É sobre algo muito mais importante e mais essencial, uma discussão sobre como é que nós queremos viver na era digital.

O regulamento europeu hoje conhecido como «Chat Control» nasce de uma preocupação legítima: a segurança das nossas crianças na *internet*. Mas, infelizmente, este regulamento, devo dizer, foi demasiado longe. Esta proposta, na prática, acaba com a encriptação das nossas mensagens, e a encriptação é a única garantia de que uma qualquer mensagem só pode ser lida por quem a envia e por quem a recebe.

Sem comunicações encriptadas, as nossas mensagens tornam-se um livro aberto.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Se aqui abrimos um escape, por mais pequeno que seja, arriscamos a privacidade de todos, e não há nenhuma tecnologia, hoje em dia, que nos permita cumprir com este regulamento sem acabar com a privacidade das pessoas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, a partir desse dia, todos nós, Deputados aqui na Assembleia e cidadãos lá fora, seríamos vigiados por plataformas digitais, armadas com exércitos de algoritmos a varrer as nossas conversas e a sinalizá-las depois às autoridades.

Portanto, imaginem: com os algoritmos de hoje como nós os conhecemos, quantos erros, quantos falsos positivos é que não teríamos? Aqui, milhões de pessoas poderiam ver as suas vidas expostas, sem qualquer justificação.

Perguntem-se, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que tipo de sociedade é que querem construir e a quem é que querem dar este poder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Porque se hoje justificamos isto para combater um crime hediondo, amanhã poderá ser para outra coisa qualquer. Se em Portugal temos uma Constituição, ela serve justamente para pôr um travão a iniciativas destas.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A Iniciativa Liberal sinalizou logo no início a necessidade de escrutinar este regulamento e apresentou um projeto semelhante em 2022. Por isso, hoje, na Assembleia, teremos outro travão para além da Constituição. Mas, para este travão funcionar, o PS terá de emendar o seu voto contra esta iniciativa em 2022 e o PSD terá de decidir de vez, pois agora em outubro vai chegar a decisão.

Não podemos ter mais contemplações. Esta Assembleia só tem de fazer uma coisa, que é dar ao Governo um mandato claro para rejeitar esta proposta no Conselho.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a ideia de um despotismo digital não é uma miragem nem é ficção científica. É uma realidade já em algumas geografias. Mas, felizmente, nós não vivemos na China; vivemos na Europa e aqui vamos ainda a tempo de decidir se criamos as condições para esse mesmo despotismo.

Por isso, a posição da Iniciativa Liberal é simples: Portugal deve juntar-se aos Estados-Membros que rejeitam esta deriva. Polónia, Holanda, Chéquia, Finlândia, para dizer alguns. Por isso, comece-se esta discussão sobre segurança *online* de novo e com certeza que a Iniciativa Liberal participará nessa discussão.

Mas, sobre este regulamento, os portugueses só precisam de ouvir uma e uma só frase: não há discussão, não há debate possível quando é a privacidade que está em jogo. Agora é a hora de o Governo português decidir de que lado ficam os direitos dos portugueses: se ficam para a história ou do lado da liberdade.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, que tem 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados. Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, não podemos ter uma decisão...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O CDS tem de ter calma, até porque a participação não é com o CDS. Se quiser, inscreva-se.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já me inscrevi, Sr. Deputado!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — A Iniciativa Liberal não pode ser uma coisa à segunda, terça e quarta, e depois mudar as suas ideias. Eu gostava de saber qual é o posicionamento do seu partido político no Parlamento Europeu, se está unívoco em relação a esta matéria. Porque a Iniciativa Liberal, em relação a esta questão dos falsos perfis, etc., todos nós conhecemos a génese do partido e todos nós conhecemos aquela que era a página de apoio a António Costa, que, entretanto, foi utilizada para ser a vossa página de Iniciativa Liberal.

Aplausos do CH.

Depois, temos todos de perceber de que é que estamos a falar, porque, nos últimos dias, vejo a Iniciativa Liberal a dizer «os carrascos da liberdade de expressão» e mete a cara de André Ventura. Eu percebo a dificuldade de interpretarem quem é o líder do quê, até porque, do vosso lado, João Cotrim Figueiredo, na Europa, também já se cansou. Aquilo é chato! Portanto, existem coisas que nós, em relação à Iniciativa Liberal, não percebemos, na Europa. Primeiro, João Cotrim Figueiredo gosta ou não gosta da Europa? Agora é da presidência, outras vezes gosta de estar lá e não estar.

Risos de Deputados da IL.

Em relação aos fundos e à gestão de fundos, esperemos que a Iniciativa Liberal não seja como Tiago Mayan Gonçalves, com falsificação de assinaturas, que também criou perfis falsos para assinar e receber subsídios.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Por último, durante o verão, tinham pouco para fazer e disseram que nós andámos a votar a favor. Não sei se querem o Regimento para saber o que é um parecer, e do parecer dizer que, na realidade, nos imiscuíamos de dar a nossa opinião acerca do assunto e que a daríamos aqui.

A Iniciativa Liberal acaba por ser um partido *wannabe*. É um partido que acha que tem graça nas redes sociais; no entanto, acaba por ser falacioso. E, em relação a esta liberdade de expressão, sem criar perfil falso, não sei se na eventualidade estavam a falar de retirar a liberdade de expressão a Carla Castro quando a retiraram da Assembleia da República.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Teixeira, que dispõe de 17 segundos, mais 15 segundos de tolerância.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Deputado Bruno Nunes, falou aqui de muita coisa, mas eu percebo a confusão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A confusão é vossa!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... porque, de facto, da última vez que tivemos esta discussão no Parlamento, o Chega nem sequer estava cá para fazer este debate.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, entendo que nem sequer saiba do que é que está a falar, Sr. Deputado.

Protestos de Deputados do CH.

Esta discussão é sobre o «Chat Control», mas os senhores não estavam cá para votar a favor da proposta de Iniciativa Liberal. Portanto, sobre isto, ficamos conversados, Sr. Deputado.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Porque é que não votaram a favor da moção de censura?

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 52 segundos.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se algo define e dá sentido ao ocidente, é a centralidade da liberdade humana. O direito à privacidade e à inviolabilidade da consciência são pilares da civilização europeia, do que somos e do que temos para dar ao mundo. Sem eles, a democracia torna-se um mero exercício de retórica.

A liberdade de expressão e de consciência foram as primeiras vítimas dos totalitarismos do século XX, do nacional-socialismo de Hitler ao internacional-socialismo de Estaline. O peso da História obriga-nos à reflexão quando, da boca do poder, novamente ouvimos desculpas para a abolição da mais elementar liberdade. É esse o caso do chamado «Chat Control».

Diz-nos Bruxelas que quer ler o que escrevemos e ouvir o que dizemos, outorgando-se capacidades de policiamento que nunca a Stasi sonhou, para combater o flagelo representado pelos materiais de abuso sexual de menores. É um pretexto nobre e digno, mas um pretexto nobre e digno continua a ser isso mesmo: um pretexto.

De facto, o que, sob esse pretexto, Bruxelas quer é a instauração de uma infraestrutura totalitária de vigilância sobre todos e cada um de nós.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Bruxelas não quer nem pede poderes especiais para punir os criminosos. Quer antes ferramentas de controlo, escuta e perseguição de inocentes que se atrevam a pensar diferente, e isso temos de denunciar aqui, como fazemos em Bruxelas via *Patriots*.

Aplausos do CH.

Tudo isto sem mandato judicial e sem qualquer limite. Se o garrote do «Chat Control» vier a ser imposto, nenhuma mensagem, nenhuma fotografia ou *email* serão privados.

Queremos que o povo português entenda o que aqui está em causa. O «Chat Control» significa a abolição objetiva da comunicação livre. Seria como se o Estado exigisse ler todas as cartas antes de se lhes colar o selo.

Nenhuma máquina de repressão do passado deteve semelhantes poderes. Nem Beria, na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), nem a censura do Estado Novo, em Portugal, poderiam mais do que em sonho alcançar as ferramentas de controlo que agora vêm pedir a presidência dinamarquesa e a Sr.^a Von der Leyen.

Eis a pergunta que se impõe: serviria este totalitarismo digital para pôr cobro à infâmia da partilha de conteúdos de abuso sexual de menores? Não, Srs. Deputados, os verdadeiros criminosos traficam escondidos na sombra da *dark web*, e esses escaparão incólumes.

O «Chat Control» não protegerá criança alguma e deixará intocados os criminosos que devia punir. Mas, sobretudo, o «Chat Control» seria a morte da liberdade e a capitulação dos princípios mais altos e mais nobres da civilização europeia. A isto, o Chega diz não e incita todos os partidos verdadeiramente democráticos neste Parlamento a fazer o mesmo.

Não à vigilância em massa! Não à perseguição pelo pensamento!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, protejamos as nossas crianças encontrando, punindo e prendendo os criminosos que as ameaçam, não pondo a Sr.^a Von der Leyen a ler, ouvir e decidir sobre as conversas dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O regulamento da Comissão Europeia também chamado «Chat Control» já foi apelidado de lei mais contestada da história da União Europeia. É uma

das maiores ameaças à liberdade, à privacidade e à reserva da intimidade da vida privada dos tempos modernos.

Nenhum de nós aceitaria que funcionários dos serviços de correios abrissem e lessem as nossas cartas. Nenhum de nós aceitaria que qualquer pessoa lesse ou controlasse o nosso *email*. Pois é precisamente disso que aqui se trata. Sob o pretexto do combate ao abuso sexual de menores, a Presidência dinamarquesa da União Europeia voltou a pôr em cima da mesa esta proposta.

Por isso, chegou também a hora de Portugal se poder posicionar e assumir uma posição clara no contexto da União Europeia e também aqui no Parlamento sobre esta matéria.

Combater a criação de conteúdos relacionados com o abuso sexual de menores e jovens é urgente e isso não pode ser colocado em questão.

Todos aqui concordamos que temos a obrigação de proteger estas crianças e jovens e que não é aceitável que a União Europeia seja a região do mundo onde a maioria destes conteúdos circulam.

Proteger as crianças e as suas famílias deve ser uma prioridade.

É essencial também garantir que as empresas tecnológicas assumam a responsabilidade de reportar às autoridades sempre que tenham conhecimento de alguma situação. E é igualmente essencial proteger as crianças contra a violência sexual e garantir o seu desenvolvimento saudável em ambientes seguros.

Falhamos com estas crianças e jovens quando os esforços que são feitos não são suficientes para impedir que este sofrimento seja causado e que os seus direitos sejam postos em causa. Mas sermos forçados a decidir entre o direito à privacidade e o direito à segurança não é o caminho. Apoiar o regulamento do «Chat Control» é aprovar uma autorização para espiar toda a gente, em todo o lado, o tempo todo. Aprovar este regulamento, embora pareça que sim, não é sequer eficaz no combate à propagação deste tipo de conteúdos. Dizem-no centenas de investigadores e cientistas numa carta aberta e dizem-no também vários pareceres técnicos que, entretanto, foram produzidos.

Esta proposta não coloca questões apenas sobre privacidade, coloca em risco os próprios objetivos da União Europeia em matéria de cibersegurança. Ainda ontem discutimos aqui no Plenário estas matérias.

Não é sequer possível dizer que vamos diminuir a encriptação dos canais de comunicação sem criar maior vulnerabilidade nos nossos sistemas informáticos.

O facto de esta proposta continuar a enfrentar dificuldades em reunir consenso após anos de negociação é precisamente exemplo disto.

Num momento em que assistimos, por toda a Europa, a um preocupante avanço do autoritarismo, temos de estar especialmente atentos. Sabemos os perigos que a vigilância em massa levanta. Todos conhecemos a História e como formas de vigilância em massa foram utilizadas para calar as vozes que criticam Governos, controlar movimentos sociais e reprimir povos inteiros. Não podemos permitir que ferramentas criadas sob o pretexto de proteger sejam algum dia utilizadas como armas de controlo e opressão.

O direito à privacidade é um pilar essencial do Estado de direito, está consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Constituição da República Portuguesa. E é uma condição essencial para o exercício da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da liberdade de organização política.

Não podemos, por isso, aceitar um modelo de vigilância generalizada. Não podemos passar a tratar todos os cidadãos como potenciais suspeitos e comprometer o direito à vida privada. Não podemos aceitar que Governos ou empresas privadas assumam o controlo das nossas vidas digitais sob o pretexto da proteção. Até porque, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é preciso recordar que quem está disposto a abdicar da liberdade para garantir a segurança não merece nenhuma e vai perder ambas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agora vem o politicamente correto!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o PS não tem mais ninguém?!

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O abuso sexual de crianças é uma das mais graves violações da dignidade humana. É um crime hediondo que deixa marcas profundas e irrecuperáveis na vida das vítimas e é também um fenómeno que se agravou com a expansão das plataformas digitais, tornando-se mais difuso, mais oculto e mais difícil de combater.

Para o Partido Socialista há sempre discussão quando está em causa o crime de abuso sexual de menores, e a União Europeia não pode ficar indiferente. A criminalização já é obrigatória desde a Diretiva 2011/93/UE, mas a realidade mostra-nos que a resposta continua insuficiente e fragmentada. Algumas empresas tomaram iniciativas voluntárias, mas de forma desigual e limitada. Muitos Estados-Membros avançaram sozinhos, criando um mosaico regulatório que ameaça o próprio mercado único digital.

Foi neste contexto que a Comissão Europeia apresentou, em maio de 2022, a proposta de regulamento que ficou conhecida como «Chat Control». A intenção é harmonizar regras, reforçar a prevenção, tornar obrigatória a deteção e criar um centro europeu de coordenação e apoio.

Mas se os objetivos são justos, mais do que legítimos, o caminho proposto não pode deixar de suscitar dúvidas sérias. Organizações da sociedade civil, especialistas em cibersegurança e defensores da privacidade alertam para os riscos de monitorização excessiva de comunicações interpessoais. Há receio de que medidas mal calibradas abram espaço a formas de vigilância em massa, comprometendo o equilíbrio entre a proteção das crianças e os direitos fundamentais dos cidadãos.

É aqui que se impõe a posição clara do Partido Socialista. Defendemos uma resposta firme, mas equilibrada. Defendemos que qualquer medida de deteção ou denúncia seja sempre precedida de mandado judicial. Defendemos que a ação das autoridades respeite os critérios de proporcionalidade e se encaminhe para casos concretos em que exista uma suspeita razoável de envolvimento em crimes de abuso sexual de crianças.

Mas, ao mesmo tempo, e este aspeto é essencial, reafirmamos que a revolução digital em curso não pode deixar de ser acompanhada e regulada, porque, se nada fizermos, se não dotarmos as nossas sociedades de instrumentos adequados, vastos fenómenos de criminalidade crescerão diante de todos nós sem que possamos responder à altura da gravidade dos desafios.

O digital, ao contrário do que sugerem alguns partidos nesta Assembleia da República, não deve e não pode ser uma terra sem lei.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — E Portugal deve ser uma parte ativa nesta discussão europeia, contribuindo para soluções eficazes que reforcem a cooperação entre os Estados-Membros, mas também salvaguardando, e salvaguardando absolutamente, os direitos fundamentais dos cidadãos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o nosso compromisso é duplo e inseparável: proteger as crianças e proteger a liberdade. E, sim, é possível. É esta síntese que procuramos afirmar com o projeto de resolução que hoje apresentamos, o qual recomenda ao Governo que procure acomodar estas preocupações no âmbito — importa sublinhar — de um processo negocial que ainda está em curso.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra para uma intervenção. Tem 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proteção das crianças e, principalmente, a proteção relativamente a um eventual abuso sexual de crianças é algo que nos preocupa a todos e que merece, quer de entidades nacionais, quer de entidades europeias, a tutela tão alargada quanto possível para evitar esse tipo de crimes que a todos repugna.

Acontece que o «Chat Control», tendo esse objetivo, é provavelmente das piores soluções — e, quando estamos a falar de soluções vindas da União Europeia, a concorrência é bastante grande — que a União Europeia já conseguiu gerar para um problema concreto.

Nós opomo-nos claramente a esta linha por razões de princípio, por razões de coerência, por razões de existirem alternativas e por razões técnicas.

Por razões de princípio, porque o desequilíbrio entre aquilo que é a proteção das crianças e aquilo que é a devassa, total e absoluta, da privacidade, dos direitos individuais, de tudo aquilo que é protegido pela própria Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia é total. E não somos só nós que o dizemos. Já houve jurisprudência da própria União Europeia a confirmá-lo, quer relativamente ao artigo 7.º, quer relativamente ao artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais.

Acresce a esta desproporção a insuficiência da solução técnica. Como já várias entidades tecnicamente habilitadas disseram, esta ideia de que não se fiscaliza aquilo que é a comunicação ponto a ponto, mas que se fiscaliza previamente, é alguma coisa de extraordinário. É criar, claramente, as *backdoors* para entrar e para permitir que seja totalmente violado tudo aquilo, nem é que nós comunicamos, que temos nos nossos próprios dispositivos.

É que a União Europeia diz esta estupidez, uma estupidez tão grande: «Nós não vamos ver comunicações entre pessoas, nós vamos é ver o telemóvel de cada pessoa.» Ó Srs. Deputados, se não sentirmos isto como uma afronta, estamos disponíveis para tudo. Se estivermos disponíveis para que entrem no telemóvel de cada um, sob uma ameaça que é geral, mas depois dizemos que estamos todos sob suspeita, a sociedade está toda sob suspeita, somos potencialmente todos abusadores de crianças, isto não é, de maneira nenhuma, forma de regulamentar o que quer que seja numa sociedade democrática.

Depois, há a questão dos falsos dispositivos, que já aqui foi dita também, o que aumenta a desproporção.

Mas, no fim disto tudo, o que há é soluções alternativas que a União Europeia não seguiu e que deveria ter seguido, designadamente aquilo que já acontece nos Estados Unidos, de forma muito serena: existe esta proteção, articulada com os operadores de redes, existe esta fiscalização sucessiva, mas não a suspeita generalizada sobre toda a gente. E funciona.

Portanto, só há um caminho: interromper rapidamente este processo e iniciar um novo, porque este não tem emenda.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O chamado «Chat Control» é um perigo sério para liberdades individuais. A pretexto de combater os crimes de abuso sexual de menores, abre-se porta para a vigilância massiva das comunicações privadas dos nossos cidadãos.

É um atentado à privacidade, um ataque ao Estado de direito e um precedente perigoso que nenhuma democracia responsável deveria aceitar.

Não é com vigilância indiscriminada que se combate o crime, é com investigação eficaz, com meios, com inteligência e com respeito pelos direitos fundamentais.

Rejeitar o «Chat Control» é defender a Constituição e as liberdades que com tantos sacrifícios custaram a conquistar. E é isso que este Parlamento deve ponderar e afirmar de forma clara e inequívoca.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Eva Brás Pinho, do PSD, tem a palavra para uma intervenção. Tem 6 minutos.

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O combate ao abuso sexual de crianças é um dever absoluto de qualquer Estado de direito. Este tipo de crimes no espaço digital é uma das maiores ameaças do nosso tempo. Falo de redes criminosas que trocam milhões de imagens e vídeos de menores em fóruns escondidos; de casos de aliciamento em *chats* de jogo *online*, onde adultos se fazem passar por jovens para manipular e explorar crianças; de imagens manipuladas com inteligência artificial. Este é um flagelo que temos a obrigação de enfrentar.

É precisamente por ser uma matéria tão séria que o debate exige rigor e, acima de tudo, verdade. O que estamos a discutir não é um regulamento para controlar o *WhatsApp* das pessoas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não têm Eurodeputados, vocês?

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD) — Discutimos um regulamento que quer proteger crianças de abuso sexual *online*.

Sabemos que crimes desta natureza não conhecem fronteiras e que só uma resposta europeia pode ser eficaz. Isto significa, claro, negociações difíceis, em que é preciso construir consensos entre Estados-Membros e instituições europeias.

Mas esta é uma proposta que ainda está em negociação. Desde 2022 que o texto tem tido múltiplas revisões, incluindo alterações substanciais introduzidas já este ano. O processo legislativo europeu ainda está em curso, está longe de estar finalizado e a versão final do regulamento não é conhecida.

É precipitado — e até contraproducente — que o Parlamento aprove hoje um mandato de rejeição absoluta.

Aliás, pergunto: como podemos nós, com honestidade intelectual, exigir ao Governo que rejeite um regulamento que não está terminado, que está em negociação e cuja versão final nenhum de nós conhece?

Portugal não pode, nem deve, ausentar-se de um processo europeu onde se joga um equilíbrio difícil: de um lado, a proteção intransigente das crianças; do outro, a salvaguarda dos direitos fundamentais, como a privacidade, a reserva da vida privada e a proteção de dados.

O papel do nosso País é participar ativamente, influenciar e garantir que o texto final respeita os nossos princípios constitucionais, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Portugal tem estado presente em todas as instâncias a afirmar a necessidade de equilíbrio. E no PSD confiamos que, também por força da ação dos nossos representantes, a proposta final será mais equilibrada do que o texto inicial que a Comissão apresentou.

Seremos sempre defensores das liberdades individuais, dos valores das democracias liberais, mas ser liberal não pode ser confundido com ser libertário. É que, Srs. Deputados, uma criança abusada sexualmente não é, com certeza, uma criança livre e tampouco será um adulto com confiança nos que a rodeiam.

Nos últimos anos, o texto da proposta já sofreu alterações significativas: a exclusão das comunicações áudio e de texto das ordens de deteção; o reconhecimento da encriptação ponto a ponto como pilar essencial da segurança digital; a exigência de consentimento expresso dos utilizadores em certos serviços; e a possibilidade de supervisão judicial.

Nós seremos sempre defensores da liberdade, mas sabendo que este regulamento está em negociação. Eu compreendo a ansiedade, neste mundo em que queremos tudo decidido para ontem, mas estes são sinais de que a negociação funciona e de que podemos confiar na eficácia e na sensatez das instituições europeias.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Essa tem graça!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Srs. Deputados, não podemos aceitar discursos que transformam a União Europeia numa caricatura totalitária.

Ao longo das últimas semanas, assistimos a partidos num alarmismo injustificado, com *slogans* inflamados como «o Estado vai ler todas as suas mensagens», «o teu telemóvel vai ser um *big brother*». Isto é populismo,...

Vozes do CH: — Eh!...

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — ... é uma retórica que desinforma,...

Aplausos do PSD.

... que mina a confiança dos cidadãos e não ajuda a proteger nenhuma criança.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Devias ter vergonha!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Por outro lado, temos partidos que se apresentam como os grandes defensores das crianças, que exigem prisão perpétua para pedófilos,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — ... mas, quando são chamados a debater medidas concretas para combater o abuso sexual infantil, querem que Portugal abandone a mesa das negociações, que rejeite liminarmente, que se demita de procurar soluções.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Isto não é mais do que uma absoluta ausência de responsabilidade na prevenção, Srs. Deputados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Nós não queremos soluções desproporcionais que abram a porta à vigilância generalizada.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Parece que sim!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Não queremos a encriptação ponto a ponto fragilizada e muito menos queremos um regulamento que, por violar a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, acabe invalidado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, criando um vazio legal, precisamente no combate ao abuso sexual infantil, onde temos de agir rápido e já.

Mas para tudo isso, Portugal precisa de participar ativamente nas negociações, ser a voz moderada que, sem abdicar da proteção do superior interesse da criança, garante que o texto final da iniciativa acautela o direito à privacidade e os nossos princípios constitucionais.

Proteger as nossas crianças e defender os nossos direitos fundamentais não são objetivos incompatíveis; são valores que estão no centro do Estado de direito democrático europeu.

Se é difícil? Naturalmente, mas no PSD não estamos disponíveis para abdicar de nenhum. Portugal não pode abdicar de ser um agente ativo na construção da Europa em que acreditamos e que queremos: uma Europa que, sem abdicar da liberdade, é capaz de garantir segurança aos nossos mais vulneráveis, que são as nossas crianças.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vocês é que sustentam a von der Leyen!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma intervenção. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

Já tivemos oportunidade de fazer esta discussão e suscitámos, na altura, as nossas preocupações. Aliás, tem havido até um conjunto de contributos, de opiniões, para cima da mesa, de diversos setores, que realçam, relativamente a esta proposta de regulamento da União Europeia, a violação de direitos, liberdades e garantias, preocupações que, de facto, o PCP acompanha relativamente a esta questão.

Consideramos também que não pode haver o objetivo de retirada de funções soberanas do Estado. Acabámos de ouvir a intervenção por parte do PSD e, de facto, com alguma perplexidade, porque não há dúvidas nenhuma de que é necessário combater o abuso sexual das crianças, é verdade, mas não podemos lançar uma suspeição sobre todos os cidadãos e avançar com mecanismos que ponham em causa a privacidade. São

os direitos, liberdades e garantias que são colocados em causa, e não há respeito por esses mesmos direitos, liberdades e garantias, numa intromissão clara naquelas que são as comunicações de cada um dos cidadãos.

Portanto, não nos parece que seja este o caminho. Não é assim que se protegem as crianças nem é assim que se garantem direitos, liberdades e garantias.

Não estamos aqui de forma — permitam-me dizer — obsessiva, como se tudo o que fosse proposto pela União Europeia tivesse de ser acatado. Não, não tem. Portugal tem é de defender os direitos das crianças, mas também os direitos, liberdades e garantias dos próprios cidadãos.

O «Chat Control» é uma tecnologia que consiste, de facto, em ler, verificar, o conteúdo das mensagens antes de serem enviadas e não garante a segurança e a privacidade de todos os que usam *internet*, nem protege os direitos dos cidadãos, como aqui já referi. Aliás, a Internet Society, a propósito desta proposta de regulamento, referiu o seguinte, e passo a citar: «institui a vigilância massiva de todos os cidadãos e empresas com prática normalizada, tenta resolver um problema social com uma solução puramente tecnológica, mina a confiança dos utilizadores na *internet* e nas infraestruturas digitais, conduzirá, inevitavelmente, a um elevado número de falsas deteções, dada a alta taxa do erro dos modelos automáticos».

Aliás, até instituições europeias, nomeadamente o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, já deliberaram que este sistema enfraquece o mecanismo de encriptação para todos os utilizadores e que seria desproporcionado ao abrigo da Carta dos Direitos Fundamentais.

Portanto, esta prioridade que é dada pela Presidência dinamarquesa, e que refere taxativamente a quebra de encriptação das comunicações, nomeadamente através da instalação de *software* em todos os dispositivos da população, é desproporcional e viola os direitos, liberdades e garantia dos cidadãos. Sim, temos de defender os direitos das crianças ao seu desenvolvimento, mas este mecanismo não é a solução.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento, embora não tenha tempo para responder.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Usa o tempo do Bloco de Esquerda!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, por 10 segundos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, queria apenas clarificar uma questão, para todos enquadrarmos e percebermos que, finalmente, o PCP parece ter chegado ao mundo real. Gostava de saber se está disposta a anunciar ao mundo que o PCP, ou seja, o Partido Comunista em Portugal, deixou de concordar com regimes totalitários que controlam a população, como a Coreia do Norte, onde a forma de controlo, de vigilância, é muito pior do que a do «Chat Control». Era só para clarificar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Paulo Raimundo está sempre na China!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Paula Santos deseja usar da palavra para que efeito?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Vozes do CH: — Ah...!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria informar a Mesa, nesta interpelação relativamente aos trabalhos, para que fique bem claro, que tudo o que foi aqui referido pelo Sr. Deputado do Chega é mentira.

Vozes do CH: — Oh...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A posição do PCP, no que diz respeito aos direitos das crianças e aos direitos dos cidadãos, foi expressa na intervenção que proferimos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é leal. É cortar o microfone!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, não é uma interpelação à Mesa. Pedia que fosse sempre seguido o Regimento com correção relativamente ao uso das figuras regimentais.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, para uma intervenção de 2 minutos e 11 segundos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate sobre como combater o crime de abuso sexual de menores não pode ser diminuído por uma conceção de liberdade que, na verdade, não se traduz em liberdade nenhuma para os cidadãos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Pelo contrário!

O Sr. **João Torres** (PS): — E aquilo a que verdadeiramente assistimos hoje, neste debate, é a uma curiosa correspondência de posições para que se rejeite liminarmente um regulamento que ainda está em processo negocial. Essa não parece ser uma posição ponderada, não parece ser uma posição saudável, quando está por detrás um crime tão hediondo como aquele que estamos a debater.

Aplausos do PS.

E é verdade também, Sr. Presidente, que, tendo nós, ao longo dos últimos meses, e até desta semana, tido vários debates sobre iniciativas europeias que se prendem com a sociedade digital, com a digitalização, aquilo que para mim também fica claro, e até causa alguma perplexidade, é perceber que para alguns partidos políticos nesta Câmara aquilo que deveria presidir à regulação do sistema ou dos ecossistemas digitais seria uma espécie de anarquia digital.

Portanto, eu quero ser muito claro: não há liberdade quando proliferam notícias falsas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que é uma notícia falsa?! O que é uma notícia falsa?!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... quando as pessoas são enganadas intencionalmente e quando existe um nível de toxicidade que não corresponde a uma democracia saudável.

Essa não é a liberdade que o Partido Socialista defende. Nós defendemos uma liberdade com responsabilidade,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nós sabemos!...

O Sr. **João Torres** (PS): — ... sem limites à liberdade de expressão, mas sem ofensas, sem proliferação de notícias falsas e, muito em particular, procurando mitigar todas e quaisquer formas de se aproveitar os ecossistemas digitais para proliferar crimes que são absolutamente hediondos na nossa sociedade.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há anos que veem os jornais e as televisões fazerem isso, mas agora o problema é o digital!

O Sr. **Presidente**: — Para o encerramento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decorrer deste debate, foram aqui expostos alguns pressupostos que convém clarificar.

Primeiro pressuposto, que veio curiosamente do PSD: liberal não é libertário. Bom, vamos lá falar do que é ser liberal, no sentido mais lato possível, no sentido em que vivemos numa democracia liberal, e há um princípio bem importante que o PS e o PSD deviam compreender, que é a noção de precedente. É que temos de imaginar sempre, seja qual for o poder que concedermos a um Estado, como é que ele seria exercido se o Estado fosse governado pelas piores pessoas possíveis.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E fala-se tanto, hoje em dia, de riscos para a democracia, da crise que atravessamos em vários países e, no entanto, continuamos a construir mais e mais instrumentos de poder, que só põem em risco a própria democracia.

Aplausos da IL.

Imaginem, Srs. Deputados, o que seria este instrumento nas mãos do Governo errado.

Segundo pressuposto errado: é muito comum na União Europeia assumir-se que uma negociação, só porque está a ocorrer, só porque deu tanto trabalho, só porque temos aqui um regulamento com 150 páginas, tem de chegar ao seu fim.

Pois, Srs. Deputados, eu pergunto-vos qual é o fim que justifica este meio.

Para vos dar um bom exemplo, imaginem se esta discussão não fosse sobre *chats*, imaginem que esta discussão era sobre escutas generalizadas a toda a população. Começariam sequer esta conversa? Esta conversa seria sequer possível se aquilo que estivesse em jogo fossem escutas entre os cidadãos? Não, esta conversa não seria sequer possível.

Por isso, a posição da Iniciativa Liberal é clara: este debate começou torto e tem de acabar assim que possível.

O Sr. **João Torres** (PS): — É agora!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Foi esta a posição de vários Estados-Membros e pode ser essa a posição portuguesa, e essa só não será a posição portuguesa se o Governo português não tiver a coragem de defender os direitos dos portugueses no Conselho Europeu.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o segundo ponto da ordem de trabalhos, que consta da discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 87/XVII/1.^a (CH) — Procede à criação de centros de nascimento para reforçar o direito das mulheres grávidas à escolha do local de nascimento, bem como da apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 279/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um projeto-piloto com vista à criação de unidades de cuidados na maternidade, 285/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda um conjunto de cuidados às mulheres durante e após a gravidez e 288/XVII/1.^a (BE) — Unidades de cuidados na maternidade no Serviço Nacional de Saúde.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega. Dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Hoje trazemos a debate uma das propostas mais significativas para as mulheres, para as famílias e, digo mesmo, para o nosso País.

A criação de centros de nascimento, de unidades de cuidados na maternidade, é relevante, não só para responder aos desafios que o Serviço Nacional de Saúde enfrenta, com a falta de médicos obstetras que leva

ao encerramento constante de urgências obstétricas, mas é relevante também porque responde aos anseios e desejos das mulheres grávidas e das suas famílias.

Cada vez mais as famílias reconhecem o parto como um evento natural, com ligação a fatores emocionais, psicológicos e culturais, e procuram, cada vez mais, abordagens diferenciadas, mais acolhedoras e partos humanizados, ou seja, procuram alternativas ao ambiente hospitalar.

A questão é que, em Portugal, não só não há hospitais abertos como não há alternativas, e as que há são só para alguns, são só para os mais ricos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 70 a 80 % das mulheres grávidas podem ser consideradas de baixo risco no início do parto.

Mais: desde 2022 que os enfermeiros especialistas em saúde materna propõem a criação destas unidades. Aliás, a Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras considera mesmo que as capacidades dos enfermeiros especialistas não estão a ser aproveitadas neste cenário de crise.

Assim sendo, a questão que coloco é: porque é que continuamos a manter o atual modelo, que está esgotado e não funciona? Porque é que impedimos que as mães não tenham acesso universal a cuidados alternativos, personalizados, seguindo o seu plano de parto?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em que momento é que se tornou normal vermos diariamente notícias que dizem «Mãe dá à luz numa ambulância», «Bebé morre à porta de uma urgência», «Grávida percorre 100 km para ser atendida»? Em que momento é que isto se tornou normal?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em que momento é que isto se tornou admissível? Em que momento é que isto se tornou banal?

Há várias respostas para estas questões: há respostas de natureza material, humana ou política, mas hoje, dadas as circunstâncias, eu preferia, de facto, uma resposta mais estrutural.

É que a falta de cuidados às mães, a desvalorização da grávida, a desvalorização do parto, o facto de olharmos para as mulheres e para os seus filhos como números, como registos numa folha de *Excel*, começam na desvalorização da vida, quando deixamos de reconhecer que o direito à vida é o primeiro direito fundamental do qual emanam todos os outros direitos.

Aplausos do CH.

E nós perdemos de tal forma o sentido do que a vida é que até fechamos os olhos ou ridicularizamos a morte de quem a defende publicamente.

Mas eu digo-vos: uma vida é uma vida, seja de uma pessoa de esquerda ou de direita; uma vida é uma vida, no ventre da sua mãe ou já cá fora.

Aplausos do CH.

Com esta proposta que o Chega traz aqui hoje, o Chega está onde tem de estar, porque nas últimas décadas limitámo-nos a reagir e a resistir às lutas civilizacionais e ao avanço da esquerda progressista que destrói a família.

Com Charlie Kirk, a quem eu presto homenagem hoje aqui,...

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

... percebemos que ser pró-vida não é só afirmar que a vida começa na concepção e que deve ser protegida. Com Charlie Kirk percebemos que ser pró-vida é criar respostas políticas, sociais, culturais, para apoiar as mães, para apoiar os pais, para apoiar as famílias e os bebés.

E digo-vos mais: por Charlie Kirk dizemos que por cada conservador que cair, outro se levantará.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais, segundo informação que chegou à Mesa, responderá em conjunto.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Irene Costa, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Partido Socialista tem defendido todas as iniciativas que promovem a humanização do parto, a melhoria dos cuidados prestados às mães e às crianças, as iniciativas que valorizam os profissionais de saúde, nomeadamente os enfermeiros especialistas de saúde materna e obstétrica, profissionais que desempenham um papel essencial na qualidade e segurança dos cuidados, especialmente nas grávidas de baixo risco.

Mas, sobre esta matéria, há um ponto que é essencial sublinhar: é o caminho que o Serviço Nacional de Saúde tem feito, com políticas de investimento e de modernização, que traduzem bem o compromisso do Partido Socialista com a matéria de saúde materna e infantil.

Falo de 25 blocos de partos requalificados no SNS (Serviço Nacional de Saúde), num investimento de 20 milhões de euros; modernização de infraestruturas; reforço da segurança; aquisição de novos equipamentos que melhoraram a qualidade clínica e tecnológica das unidades de saúde, num investimento de mais de 7 milhões de euros; um modelo integrado de cuidados de saúde materno-infantil que, pela Comissão Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, evidencia a articulação entre cuidados primários, hospitalares e comunitários, que realça a atuação das equipas multidisciplinares e promove a continuidade de cuidados, acompanhando a mulher ao longo da gravidez e após o parto.

São estes exemplos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que contribuem para que, hoje, Portugal e o SNS apresentem uma das taxas mais baixas de mortalidade neonatal e infantil do mundo.

O que o Chega apresenta hoje é um novo modelo de organização, uma solução avulsa, completamente desligada do trabalho já em curso no SNS, um novo modelo que apresenta limitações evidentes e que levanta dúvidas quanto à sua integração com os cuidados existentes.

Por isso, pergunto-lhe, Sr.^a Deputada: no desenho desta proposta, ouviram as ordens profissionais com competência nesta matéria? Ouviram as ordens profissionais? Como é que esta proposta garante a integração de cuidados e a atuação de equipas multidisciplinares sem perder a qualidade e a segurança que já existe no SNS?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Fernandes, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ouvindo a proposta aqui trazida, hoje, pelo Chega, o que não nos estão a faltar, neste momento, são perguntas.

Primeira pergunta: quem decide onde se criam estes centros? O Governo, a direção executiva, as ULS (Unidades Locais de Saúde)?

De onde vão sair os enfermeiros especialistas para estes centros,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já existem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — ... quando nós sabemos que já é evidente a escassez nas urgências obstétricas? Isto não é simplificar; é duplicar a necessidade de recursos.

O que significa, nesta iniciativa, a expressão «nas imediações dos hospitais de obstetrícia»?

Qual o tempo máximo para transferir uma grávida em emergência, quando nós sabemos que, no decurso de um parto, dois minutos podem ser a diferença entre a vida e a morte de um bebé?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é verdade. O PSD sabe bem isso!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Como se define juridicamente um parto normal antes de este parto acontecer, quando todos sabemos que um parto que, inicialmente, pode ser de baixo risco, pode evoluir para um parto distócico ou uma cesariana, e o contrário, um parto de alto risco aparente pode ser um parto eutócico?

De que forma é que este projeto tem em conta a realidade portuguesa, quando ainda muitas mulheres procuram e escolhem uma cesariana eletiva e quando a percentagem da analgesia epidural nos partos vaginais é superior a 90 %?

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Como se garante o direito da escolha sem uma rede mínima destes centros?

E quem responde em caso de falha? Os profissionais do centro de nascimento, do hospital, ou a própria mulher? E como resolve a contradição de centros autónomos, mas dentro dos hospitais?

O PSD defenderá sempre a integração em equipas multidisciplinares e nunca, mas nunca, a fragmentação. Acreditamos em centros de nascimento seguros, integrados no SNS, liderados por enfermeiros especialistas, mas sempre em articulação com obstetras, anestesiológicas e pediatras, pois só assim se garante segurança, racionalidade, humanização e boa gestão de recursos.

Não nos parece que um projeto que apenas diz que os centros de nascimento são unidades de saúde, cuja filosofia assenta no modelo, possa ser viabilizado com a seriedade de um projeto de lei.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, que dispõe de 2 minutos e 17 segundos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, de facto, tanto tempo para dizerem que estão confortáveis com o atual caos no Serviço Nacional de Saúde...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... e que não querem fazer nada para o melhorar.

Aplausos do CH.

Falam em qualidade do SNS quando, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), apenas 30 % dos portugueses confiam no SNS?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Por outro lado, pergunto: com quem é que reuniram? Quem é que ouviram? Ouvimos as entidades, nomeadamente o Bastonário da Ordem dos Enfermeiros,...

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — E mais? Mais...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... que, em agosto de 2025, dizia que tem todas as condições para abrir estes centros de parto normal geridos por enfermeiros.

Aplausos do CH.

Portanto, podemos escolher ficar do lado das corporações ou do lado das grávidas. Minhas caras, a minha resposta é só uma: nós estamos do lado das grávidas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Seja o estado da urgência de ginecologia e obstetrícia, seja o retrocesso proposto com as medidas laborais para as recentes mães ou a tentativa de revogar a lei da violência obstétrica, o Governo fica apresentado quanto à sua sensibilidade, ou, melhor dizendo, insensibilidade para com os cuidados na maternidade.

É inaceitável que as mulheres grávidas continuem a viver na incerteza sobre se terão ou não acesso a cuidados seguros, se encontrarão ou não a sua maternidade aberta, ou se serão obrigadas a percorrer quilómetros e quilómetros em trabalho de parto ou até mesmo se acabarão por ter os seus bebés numa ambulância.

Esta situação é consequência direta da incapacidade política da Ministra da Saúde e deste Governo que se compromete, mas não cumpre, que promete, mas falha. Continuamos a assistir a um desgaste profundo dos profissionais, a uma sobrecarga insustentável dos serviços e, no fim, quem paga a fatura são não só as mulheres, mas também os bebés e as famílias.

Enquanto a Ministra da Saúde insiste em ser gestora de crises, recusando-se a encarar a raiz do problema, o PAN hoje traz soluções.

Em muitos países, como o Reino Unido, os Países Baixos ou Espanha, já está provado que o modelo liderado por enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica é mais seguro.

Pergunto-vos, Sr.^{as} e Srs. Deputados: que preconceito é que pode existir do ponto de vista ideológico para que um enfermeiro especialista possa fazer o parto e, quando necessário e houver complicações, chamar um médico, ao invés de termos crianças a nascer em ambulâncias?

Segundo a Organização Mundial da Saúde, perto de 90 % dos casos podem e devem ser acompanhados por estes profissionais, resultando em menos cesarianas, menos intervenções desnecessárias, menos custos para o sistema e uma melhor experiência, acima de tudo, para as mulheres e para os bebés.

É exatamente isso que o PAN propõe, ou seja, um projeto-piloto para criar uma unidade de cuidados de maternidade, aplicando este modelo já testado e reconhecido internacionalmente, onde a mulher e o bebé estão no centro das soluções.

Não se trata de substituir as unidades obstétricas; trata-se de dar dignidade na maternidade, porque senão sugiro ao Governo que experimente passar a fazer os quilómetros que as mulheres têm de fazer num momento tão frágil e inseguro das suas vidas.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sabemos que a questão demográfica e, em concreto, a questão da natalidade é, provavelmente, um dos problemas mais graves em termos estruturais em Portugal.

Temos uma dificuldade, ou mesmo, neste momento, já uma incapacidade de fazer a nossa renovação geracional. E se assim é para a demografia, a maternidade é claramente uma das áreas em que, objetivamente, as políticas públicas não têm sido capazes de resolver o problema.

Temos andado muito devagar nas políticas públicas de incentivo à natalidade, comparando, por exemplo, com outros países da União Europeia.

O CDS já, em 2007, elegeu esta como uma das suas prioridades, produzindo um relatório com propostas políticas, na altura coordenado por Assunção Cristas, em que muitas das matérias tinham exatamente a ver com a questão da maternidade.

Se não apoiarmos as mulheres nesta altura tão decisiva, numa altura que é essencial nas suas vidas e na vida das suas famílias, e continuássemos numa lógica de procurar famílias alternativas, políticas públicas folclóricas e andássemos atrás de tudo aquilo que não é o essencial, deixando o essencial desprotegido, por exemplo passando para as empresas muita da responsabilidade de poder apoiar as famílias a conciliarem a vida laboral com os seus projetos de ter filhos e de fazer essa renovação geracional, nós estávamos claramente a ir no caminho errado.

Hoje, discutimos aqui uma matéria que é muito específica e devemos focar-nos nisso: a maternidade.

Aqui, as propostas do CDS são três e têm um pressuposto comum: dar poder às autarquias locais, por terem maior proximidade para organizar estas respostas, e protocolar com as instituições sociais e com instituições privadas que já disponibilizam uma série de serviços às futuras mães, às grávidas e às recentes mães, para que todas possam ter acesso, e não só aquelas que têm condições económicas.

São três propostas concretas: em primeiro lugar, a preparação para o parto. Cursos de preparação para o parto, a que hoje em dia só tem acesso quem tem condições económicas para isso e, mesmo assim, não o conseguem ter em todo o País.

Em segundo lugar, a questão da amamentação. Apoio à amamentação para que as mães que o queiram fazer possam também ter condições para isso.

Em terceiro lugar, uma questão essencial: a questão da saúde mental. Falamos, muitas vezes, da saúde mental, mas há uma especificidade da saúde mental relativamente ao período pós-parto, que tem apoio em muitos outros países e que, em Portugal, continua a não ter de uma forma específica, dedicada, disponibilizada localmente e com acesso para todas as mulheres.

Portanto, não estamos a propor nada de extraordinário, não estamos sequer a propor nada que não exista noutros países há muitos anos e com muito maior eficiência. O que estamos a fazer hoje é a procurar dar mais um pequeno contributo para que invertamos este inverno demográfico em que, infelizmente, estamos mergulhados há tanto tempo.

Assim, uma forma muito boa de o fazer é apoiar as mulheres e, essencialmente, apoiar as mulheres nesta fase decisiva das suas vidas, quando tomam a decisão de serem mães, e dar-lhes a capacidade de o serem com todas as condições.

Aplausos das Deputadas do PSD Margarida Saavedra e Nuna Menezes.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, inscreveu-se a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, a quem dou a palavra. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, fico muito contente por ver que as férias fizeram bem ao CDS e que o partido que quer revogar a lei da violência obstétrica e que votou contra o alargamento da licença parental vem agora, finalmente, apresentar recomendações para uma melhor maternidade.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Cara de pau!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — A verdade é que este projeto de resolução é muito curto, porque se queremos, de facto, apoiar as mães e apoiar a maternidade, temos de apoiar as famílias no seu todo, seja qual for a composição das famílias, e temos de garantir que o apoio é dado a toda a família. Dizem-nos que a maternidade é um período único na vida de cada mulher e de cada família, e é verdade, mas a paternidade também o é, pelo que o apoio tem de ser a toda a família.

Mas a verdade é que o Governo, que o CDS apoia, tem feito tudo o contrário do que é preciso para, de facto, garantir que as mulheres saibam com o que podem contar, tenham um período de gravidez tranquilo e um período pós-parto tranquilo.

Quando não se sabe onde é que se vai ter o bebé, quando não se sabe quais é que vão ser as alterações ao Código do Trabalho, quando não se sabe se se vai conseguir ter tempo para estar com as crianças, quando não se sabe se vai haver um ataque direto à amamentação, então, de facto, estamos contra os direitos das mulheres, contra o direito das crianças e contra o apoio à maternidade, que o CDS, pelos vistos, aqui tanto defende.

Dado que o CDS nos diz, agora, que quer apoiar as mulheres, as mães e as famílias, então, o meu pedido de esclarecimento visa saber se podemos contar com o CDS para, primeiro, estar contra a política que a Ministra da Saúde tem implementado de fecho de maternidades e de concentração de urgências, que acabam por estar fechadas e que não apoiam as famílias. Segundo, pergunto se podemos contar com o CDS na oposição às alterações ao Código do Trabalho, que são um ataque direto às crianças, às famílias, às mães e aos pais, que querem estar mais tempo com as suas crianças e que querem, de facto, poder ter todas as condições, por exemplo, para amamentar.

Portanto, quero saber se podemos contar com o CDS nessa oposição.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, muito obrigado pelas questões.

A Sr.^a Deputada fez essencialmente duas críticas: uma, a de que o CDS vinha tarde; outra, a de que as propostas do CDS eram curtas.

Ora, tenho de lhe dizer, como disse lá de cima, da tribuna, que a primeira grande reflexão que o CDS apresentou sobre esta matéria foi em 2007 — e eu tenho ideia de que o Livre ainda nem sequer existia. De facto, relativamente a estas matérias e à sua concretização, designadamente o alargamento de apoios, a valorização da natalidade e a valorização da maternidade, não é uma questão de tarde ou cedo; é uma questão de o Livre nem sequer existir nessa data.

Sobre a segunda questão: se o nosso projeto atualmente é curto, devo dizer-lhe que vai muito mais longe do que o do Livre, que nem sequer existe neste debate.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O tema que hoje debatemos é, obviamente, bastante importante. Falamos da gravidez, falamos do parto, mas, sobretudo, falamos do direito das mulheres a uma experiência digna, segura e em liberdade, um direito que, infelizmente, está cada vez mais em causa, com encerramentos sucessivos das urgências obstétricas, encerramentos completamente imprevisíveis, que não trazem segurança nem trazem confiança a nenhuma grávida nem a nenhuma família.

A Iniciativa Liberal reconhece esse direito e acompanha aquilo que a Ordem dos Enfermeiros diz e que tem vindo a defender, nomeadamente a criação dos centros de parto normal dentro dos hospitais, integrados nos serviços de obstetrícia, mas com uma organização diferenciada, centrada na fisiologia do parto e na autonomia e nos direitos da mulher.

Estes centros devem, sim, ser geridos por equipas multidisciplinares, obviamente com muito maior autonomia dos enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica — algo que a Iniciativa Liberal tem vindo sistematicamente a defender —, que devem poder acompanhar gravidezes de baixo risco e realizar partos de baixo risco, sendo que a intervenção médica deve existir apenas quando é necessária.

É esta a prática que é recomendada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e que é seguida em muitos países europeus.

Agora, aquilo que não faz sentido é, entre outras coisas, em alguns dos projetos que aqui estão apresentados, criar estruturas extra-hospitalares, como propõem o Chega e o PAN, porque essa solução não

se adapta à nossa realidade, é perigosa e não garante a segurança clínica nem garante a necessária articulação com os hospitais, que dá segurança e é precisa, obviamente, como vemos noutros países da Europa.

Nós não temos essa realidade, temos realidades muito dispersas pelo País e seria um risco acrescido criar centros fora dos hospitais. Para a Iniciativa Liberal, obviamente, a segurança das grávidas não pode nunca estar em causa e não pode nunca ser relativizada.

Portanto, a Iniciativa Liberal está, obviamente, disponível para apoiar todas as iniciativas que estejam em linha com aquilo que a Ordem dos Enfermeiros propõe e, portanto, há iniciativas que vamos votar a favor. Todavia, não iremos acompanhar propostas que insistem em criar realidades paralelas, desligadas daquilo que toda a evidência científica diz, de todas as experiências e de todos os resultados internacionais que existem.

Já temos muitas experiências que nos mostram aquilo que é mais seguro, e o que é mais seguro é ter centros de parto, sim, mas integrados dentro dos hospitais e dentro dos serviços de obstetria, porque, no fim, aquilo que todos queremos, parece-me bastante simples: é que cada grávida tenha o direito de escolher, em liberdade, um parto seguro, humanizado e digno.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Oliveira, do PSD, que dispõe de 3 minutos e 45 segundos.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, discutimos um conjunto de propostas que impactam diretamente os cuidados da gravidez, do parto e do pós-parto.

Para discutirmos e avaliarmos com toda a seriedade esta matéria, há um princípio fundamental de que não abdicamos: a segurança da grávida, do bebé e dos profissionais de saúde, porque valorizamos, acima de tudo, a vida.

Ora, é à luz desta prioridade que olhamos para o projeto de lei do Chega, que prevê a criação de centros de nascimento, e dizemos, com clareza, que esta proposta não garante segurança, não garante integração e não responde às necessidades reais e imediatas do nosso País.

O modelo aqui apresentado baseia-se em centros que funcionam em separado dos blocos de parto do Serviço Nacional de Saúde, onde não estão presentes médicos e, se ocorrer uma complicação, há necessidade de transferência para um bloco de partos hospitalar.

Tal como os autores do Projeto de Lei n.º 87/XVII/1.^a, vamos também analisar dados internacionais.

Em Espanha, o único centro deste género no setor público encerrou ao fim de cinco anos, sobretudo por causa de custos elevados, mas o projeto de lei apresentado pelo Chega refere que é uma solução sustentável. Esta avaliação é sustentada em quê? Não conseguimos perceber.

Estudos realizados no Reino Unido e nos Países Baixos mostram que entre 30 % e 50 % das mulheres são transferidas para blocos de partos tradicionais, sobretudo por causa da necessidade de anestesia ou de outras intervenções necessárias e urgentes.

Como se deve avaliar, então, a realidade que existe em Portugal, onde 9 em cada 10 mulheres optam por anestesia epidural? Não se avalia o risco clínico associado à transferência no momento crítico? A insegurança não aumenta significativamente?

A experiência internacional, ao ser utilizada como exemplo, deve ser vista como um todo, não se devendo só referir o que nos é útil para o argumentário. Quando se trata de vida, impõe-se muita responsabilidade.

O que defendemos é muito claro: cuidados integrados e nunca cuidados fragmentados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Valorizamos os enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica, pois eles são fundamentais neste processo. Aliás, as recentes orientações da Direção-Geral da Saúde sobre cuidados de rotina durante o trabalho de parto reforçam a autonomia dos enfermeiros especialistas na vigilância de gravidezes de baixo risco e, como é óbvio, dentro do quadro seguro do Serviço Nacional de Saúde, pelo que isolá-los dos restantes profissionais não é a solução, devendo o parto ser acompanhado por equipas multiprofissionais e interdisciplinares que assegurem uma resposta completa e segura.

A verdadeira valorização é feita na integração e na colaboração de todos os profissionais que contribuem para um parto seguro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o direito de escolha das mulheres é fundamental, mas tem de ser exercido dentro de um sistema seguro, integrado e com qualidade, e isso só se consegue fortalecendo o Serviço Nacional de Saúde, promovendo equipas multiprofissionais, garantindo a continuidade de cuidados e valorizando todos os profissionais, sempre, mas sempre, com a vida da grávida e do bebé em primeiro lugar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP defende que as grávidas devem ter acesso aos cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde ao longo de toda a sua gravidez, no período do parto e no período pós-parto, devendo ser assegurada a sua vontade e as suas opções.

Por outro lado, os partos e as maternidades devem ser humanizados e deve haver um acompanhamento próximo de cada uma das mulheres que estão no momento do parto, que, como já hoje aqui foi dito, é, de facto, um momento único para a grávida, para o pai, para a família.

Portanto, todas estas condições têm de ser asseguradas, reforçando-se não só as condições físicas das instalações, das maternidades nos hospitais, como também o número de profissionais de saúde nesta área, para dar a resposta que é adequada às mulheres grávidas. É, pois, preciso assegurar tudo isto.

Não posso deixar de dizer que a evolução que tivemos, muito significativa — e estou a falar da realidade do nosso País —, nomeadamente nos indicadores da redução da mortalidade materna e da redução da mortalidade infantil, não está dissociada da criação do Serviço Nacional de Saúde, da garantia do direito à saúde e também de os partos serem realizados na maternidade, o que permitiu evoluir muito e muito o nosso País relativamente a esta matéria.

Consideramos também que os enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica têm um papel importantíssimo, sim, têm de estar presentes e podem e devem fazer mais no que diz respeito à sua área de especialização no Serviço Nacional de Saúde.

Mas, como todos bem sabemos, o Serviço Nacional de Saúde funciona numa lógica de equipa multidisciplinar e este é o pressuposto segundo o qual todos os que dele fazem parte são integrantes dessa mesma equipa, e esta é a resposta que deve ser assegurada.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não devemos criar ilusões e é importante também referir que, tendo em conta a situação que vivemos hoje no Serviço Nacional de Saúde — a situação de encerramento das urgências é prejudicial para as grávidas, as grávidas percorrem quilómetros e quilómetros para terem um atendimento numa urgência, e o nascimento de bebés nas ambulâncias não pode ser considerado uma situação normal no nosso País —, aquilo que defende as grávidas e o que se exige é o investimento no Serviço Nacional de Saúde.

Estas situações exigem que haja, de facto, uma intervenção firme, que não tem havido nem pelo anterior Governo do Partido Socialista, nem pelos Governos do PSD e do CDS, e uma intervenção que valorize os profissionais e que permita a sua fixação no Serviço Nacional de Saúde, para dar a resposta a que as grávidas no nosso País têm direito, incluindo todo o acompanhamento ao longo da gravidez, carência que também temos neste momento.

Portanto, é neste sentido que interviremos e não acompanharemos a proposta apresentada pelo Chega.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Susana Correia, do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos e 50 segundos.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr.^a Deputada Rita Matias, estou certa de que, apesar de ter estado ausente de grande parte do debate, no 1 minuto e 37 segundos que lhe restam, irá falar de um tema tão importante quanto os cuidados de saúde na maternidade. Embora na sua primeira intervenção tenha tentado exibir algo, o que exibiu nada tem a ver com o importante papel dos enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, tem sido gritante a diferença entre as promessas deste Governo e a realidade.

Temos um Plano de Emergência e Transformação na Saúde que, no eixo «Bebés e Mães em Segurança», fala de uma medida para dar mais valor aos enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica. As iniciativas que aqui nos são apresentadas falam de um novo paradigma na organização de cuidados, falam de um novo modelo de organização de cuidados nos partos de baixo risco.

Entendemos que é muito importante melhorar a qualidade e as competências destes enfermeiros. Não é apenas a sua integração na linha SNS Grávida; há um caminho de integração, de qualidade e de segurança que é importante salvaguardar.

Já em janeiro de 2025, o Partido Socialista apresentou uma resolução nesta Assembleia que propunha a criação de unidades de cuidados na maternidade que fosse uma experiência-piloto que promovesse as experiências de parto positivas e seguras. Em 2023, a Direção-Geral da Saúde emitiu uma orientação para que se reforçasse o papel destes enfermeiros nos partos de baixo risco. Portanto, estamos cientes da importância de otimizar os recursos que existem, dando um papel primordial a estes enfermeiros na prestação de cuidados de saúde.

Mas, para apresentar uma mudança de paradigma nesta organização de cuidados, importa o envolvimento de todos: das sociedades científicas, das ordens profissionais e dos profissionais de saúde.

Sr. Deputado João Almeida, relativamente à proposta do CDS, a única coisa que esta acrescenta é o privado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E não é pouco! O SNS não faz!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — O CDS mostra que não acredita no Serviço Nacional de Saúde, porque tudo o que apresenta na proposta já está em curso nos cuidados de saúde primários. O senhor não acredita que o Serviço Nacional de Saúde possa manter estes cuidados.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não existe! Não serve a ninguém!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Então, o que acrescenta é apenas o setor privado, porque não acredita no Serviço Nacional de Saúde.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a unidade de cuidados na maternidade é um importante modelo que deve ser testado, os rácios das equipas devem ser reformulados, como a Sr.^a Ministra da Saúde tem vindo a prometer, e o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco deve ser revisto, Sr.^a Deputada, com prudência e não de forma aleatória.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Que deselegância, dizer que «esteve ausente grande parte do debate»!

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ainda agora foste à casa de banho! Está calado!

Continuação de protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e contraprotestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Os Srs. Deputados querem dizer com o microfone ligado aquilo que estão a dizer com o microfone desligado? Assim, toda a gente poderia ouvir o que está a ser dito.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Pode a gente ouvir na mesma, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado Pedro Frazão quer dizer algo com o microfone ligado, faça favor.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas não estou a fazer uma intervenção! Não pedi a palavra!

O Sr. **Presidente**: — Não? Então pronto.

A Sr.^a Deputada Rita Matias inscreveu-se para um pedido de esclarecimento. Tem 1 minuto e 37 segundos para o efeito.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, eu sou sincera: se fosse a Sr.^a Deputada, eu é que me ausentava do debate, porque teria vergonha na cara por estar aqui a tentar defender o legado do Partido Socialista, que, nesta matéria de urgências obstétricas, não tem currículo, tem cadastro!

Aplausos do CH.

O Partido Socialista tem as mãos manchadas de grávidas que estão a morrer à porta dos hospitais, de bebés que estão a morrer às portas dos hospitais, por falta de cuidado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E quando aparece uma proposta inovadora, quando aparece uma proposta que vem solucionar um problema, que é acompanhada pelas entidades, pelos enfermeiros, pelos bastonários, o que é que a senhora faz?

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Quer ficar no imobilismo, porque está confortável dessa maneira. Sabe porquê? Porque os senhores dão aos privados; a vocês, nada vos falta!

Portanto, eu, se fosse a senhora, em vez de atirar farpas para este lado, escondia-me, cobria a cara de vergonha...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... e, se levantasse a voz neste Plenário, era para dizer «desculpem, portugueses, nós falhámos», porque foi isso que o Partido Socialista fez.

Aplausos do CH.

Dizer que estive aqui a exhibir «qualquer coisa», mostrando um desrespeito pelo símbolo que carrego comigo hoje, é uma falta de desconhecimento atroz.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Uma falta de desconhecimento?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Charlie Kirk era um ativista pró-família, pró-vida. Não sei se sabe porque é que os enfermeiros obstetras existem, mas existem porque há famílias, e as famílias ainda são um homem, uma mulher e os seus filhos, mesmo que os senhores queiram inventar, subverter a lógica das coisas.

Aplausos do CH.

Portanto, Sr.^a Deputada, vá estudar quem foi Charlie Kirk e tente inspirar o mundo como este homem fez, pois fazia melhor figura.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Livre cedeu tempo ao Partido Socialista,...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Presidente**: — ... portanto, a Sr.^a Deputada Susana Correia tem 44 segundos mais o tempo de tolerância para responder.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Rita Matias, obrigada pelas suas palavras. Sr.^a Deputada Rita Matias, não vou entrar, de todo, no registo da Sr.^a Deputada.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Porque não consegue!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Vou-lhe dizer exatamente aquilo que disse no início. Sobre a proposta do Chega, a Sr.^a Deputada não acrescentou nada, porque não veio com a intenção de falar dos enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Deputada veio com a intenção de exhibir algo que nada tem a ver com o papel importantíssimo dos enfermeiros de saúde materna e obstétrica no nosso País e no Serviço Nacional de Saúde, que defenderemos sempre.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Rita Matias, deseja usar da palavra para que efeito?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, é para pedir à Mesa os bons ofícios de poder distribuir aquele documento que referi na minha intervenção inicial — se calhar, a Sr.^a Deputada estava distraída ou nervosa, e não ouviu —, da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras, que nós defendemos, que dizem que esta é uma solução inovadora e que vai salvar vidas.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Não dizem, não!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, assim que chegar à Mesa.

A Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para uma intervenção. Tem 15 segundos mais 15 segundos de tolerância.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É apenas para fazer um comentário à intervenção da Deputada Rita Matias.

O Chega, realmente, habituou-nos várias vezes às suas mentiras, e eu acho que é importante dizermos aqui a verdade.

Aplausos da IL e do PS.

Protestos do CH.

O Chega disse aqui que esta proposta é acompanhada pela Ordem dos Enfermeiros e, agora, pela Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras. É mentira. Basta ler as duas propostas, que dizem que estes centros são...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL, do PS e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ler a proposta!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Susana Correia, do PS, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, vou pedir à Mesa para distribuir à Sr.^a Deputada Rita Matias a aprovação da Assembleia da República da iniciativa que cria uma experiência-piloto que promove a implementação de unidades de cuidados na maternidade, no contexto do SNS, apresentada pelo Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído também.

Para o encerramento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Vieira, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Sr. Presidente, Caros Colegas: Vamos ver se nos entendemos.

Em primeiro lugar, quanto à questão da Deputada Ana Oliveira sobre o facto de serem unidades separadas do contexto do Serviço Nacional de Saúde, não são. Se ler o ponto 5, ele diz assim: «Os centros de nascimento devem estar localizados em unidades hospitalares que possuam a valência de ginecologia/obstetrícia, constituindo uma ala distinta desta unidade.» É isto que diz.

Vozes do PS: — Então e o segundo? Tem de ler tudo!

A Sr.^a **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Então, afinal, porque é que propomos a implementação de centros de nascimento?

Imaginem uma mulher prestes a dar à luz. Em vez de entrar num bloco de partos, muitas vezes frio e pouco humanizado, ela pode escolher entrar num espaço mais calmo, mais acolhedor, onde se sente segura e tranquila, mais confiante, sabendo que irá ter algum controlo sobre os procedimentos subsequentes.

Estas salas existem em muitos países da Europa e são pensadas com acompanhamento por profissionais especializados e enfermeiros especialistas em obstetrícia e saúde materna, que cuidam da mãe, do parto em si, se for um parto eutócico, previsivelmente de baixo risco, e que o fazem com atenção, tratando-a não apenas como paciente, mas como mãe e como pessoa, e aqui em Portugal também é isso que preconizamos.

Este é o futuro que os centros de nascimento podem trazer a Portugal, como já trazem a tantos países. E devo dizer que não é inédito de todo em Portugal: por exemplo, no hospital das Caldas da Rainha, já existe uma sala destas.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Dentro do hospital!

A Sr.^a **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Nestes centros, o parto é natural, obviamente; é fisiológico, com menos intervenções invasivas, com menos administração de injetáveis para contrair o útero, tendencialmente sem...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, entrar no terceiro ponto da ordem do dia, que consiste na apreciação do Projeto de Resolução n.º 211/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação do programa «escolas solares», do Projeto de Lei n.º 206/XVII/1.^a (PS) — Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável e determina o deferimento tácito do licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs 71/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo soluções que promovem a autonomia energética nacional, através da descentralização no sistema energético, do reforço do armazenamento, da gestão ativa e da criação de microrredes locais e «vales solares» e 276/XVII/1.^a (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética.

Para a primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre. Tem 4 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Semana após semana, o Livre traz a este Parlamento propostas para dar resposta ao grande desafio da nossa era, que são as alterações climáticas,...

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ontem discutimos isso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... como estas vão alterar a nossa realidade e o nosso modo de vida.

Fazemo-lo sempre com uma perspetiva dupla: por um lado, justiça ambiental, por outro lado, justiça social, para que ninguém, absolutamente ninguém, fique para trás, seja como resposta àquilo que queremos propor para combater as alterações climáticas, seja como a adaptação que todos teremos de fazer à nova realidade que teremos pela frente.

Para tudo isto, não precisamos de esperar uma solução miraculosa. Na verdade, há soluções bastante simples que podem ser aplicadas desde já, para dar resposta a todas estas necessidades.

É isso que trazemos a debate, com uma proposta muito simples, mas essencial para o nosso País: um programa de escolas solares, que se tornam produtoras líquidas de eletricidade e que, com isso, criam também um novo polo junto da sua comunidade.

Sabemos que a autonomia energética é uma questão não só ambiental, não só sequer social, mas também de autonomia e de defesa. Vimo-lo, muito recentemente, durante o apagão, quando, durante largas horas, o País ficou sem saber o que fazer.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

E vimos também como isto é usado em cenários de guerra, por exemplo, na Ucrânia, onde os grandes centros produtores de energia são um dos principais alvos de ataque por parte da Rússia.

Ter um sistema energético descentralizado é uma questão de defesa e de autonomia, e ter o Estado, através das suas escolas, a contribuir para esta descentralização é um passo essencial na nossa política de defesa e na nossa política ambiental.

A nossa proposta é, como eu dizia, muito simples: queremos que todos os edifícios públicos, começando pelas escolas, estejam equipados de painéis fotovoltaicos. Num País que, em largas partes do seu território, tem mais de 300 dias por ano de sol, é indesculpável que não tenhamos, em cada telhado, pelo menos um painel fotovoltaico.

Aqui, o Estado tem de ser capaz de dar o exemplo, e com o nosso programa será capaz de o fazer. Queremos que todas as escolas estejam equipadas com estes painéis fotovoltaicos. Mais: queremos que se tornem o polo central de novas comunidades de energia renovável, um tema ao qual o Livre voltará muito em breve, nesta Assembleia.

Queremos que estas comunidades de energia renovável envolvam os cidadãos que vivem junto das escolas, os equipamentos públicos que estão junto das escolas, para que se tornem centros e polos de produção e consumo de energia renovável, verde e de produção local.

É que esta produção local, como bem sabemos, tem também menos perdas no seu transporte e é, para todos os efeitos, muito mais eficaz do que grandes centros de produção, também no seu transporte. Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, entendo que a nossa proposta é suficientemente simples e suficientemente importante para merecer o apoio de todos os grupos.

Assim, espero que estas escolas solares possam tornar-se realidade...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... e espero, sobretudo, uma coisa essencial, que Portugal, que o Estado português, saiba dar o exemplo e que quando pede aos cidadãos que invistam e apoiem a transição energética,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... seja o primeiro a fazê-lo, o primeiro a dizer presente, aqui estamos.

No que depender do Livre, o Estado português será sempre um exemplo na transição energética.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Melo, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Sr. Deputado Jorge Pinto, em tempos de ilusões e obsessões ambientalistas, os portugueses olham para o projeto do Livre e não encontram soluções, apenas meras encenações.

Os senhores pretendem criar escolas com painéis solares, colocando painéis solares em todos os edifícios escolares. Numa primeira leitura do título do projeto, qualquer criança na 2.^a classe, já devidamente doutrinação para o ambientalismo, diria que a medida seria positiva. O problema começa quando uma criança da 3.^a classe lê o mesmo projeto e tem conhecimento da realidade do que se passa nas escolas; quando tem conhecimento daquilo que os Srs. Deputados do Livre não têm, da realidade do que se passa na maior parte das escolas do País. Há escolas com telhados danificados e cheios de infiltrações.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Há escolas com paredes destruídas. Há salas de aulas sem portas decentes. Solução para o Livre: equipar as escolas com painéis solares.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Há escolas sem equipamentos básicos para aulas. Solução do Livre? Painéis solares.

Risos do CH.

O Livre propõe, e passo a citar, «um programa nacional robusto com incentivos financeiros e gabinetes de apoio técnico».

Sr. Deputado, as perguntas que tenho de lhe fazer são muito simples: há contas deste programa nacional robusto?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah não!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Quanto é que custa? O contribuinte precisa de saber quanto custa este projeto do Livre.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A não ser que tenham apresentado este programa sem fazer intenções de o implementar. Afinal, o Livre apenas insiste em encenar e sabe que jamais irá governar.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Mas há mais, Sr. Deputado. Será que, para o Livre, todos os problemas das escolas estariam solucionados nesta mágica solução...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Claro!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — ... de criar comunidades de energia renovável?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É, de painéis solares.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Neste caso, temos de perguntar ao Livre se, ao invés de comunidades de energia renovável, não fará falta criar comunidades de aprendizagem e de conhecimento concretizável.

Vozes do Chega: — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — O Chega quer escolas como espaços de aprendizagem. Será que o Livre quer escolas da malandragem?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, com 23 segundos para poder prestar esclarecimentos. Era bom que tivesse condições para o fazer. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sei que a palavra solar tem muitos significados e quase todos eles positivos. E sei que a palavra obscurantismo também tem muitos significados e quase todos eles negativos. E onde o Livre quer escolas solares, o Chega quer escolas obscurantistas!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah, claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quanto é que custa?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fraco! Muito fraco!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É isso que nos distingue e vai sempre distinguir! Seja ao nível da produção energética, seja ao nível daquilo que vocês querem que as crianças aprendam.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quanto custa?!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Se fosse para implementar...!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vai lá ao solário!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E as crianças, no 2.º ano de escolaridade, não na 2.ª classe, sabem muito mais do que aquilo que a bancada do Chega sabe, no que diz respeito à importância da transição ecológica. Por isso, Sr. Deputado, convidava-o a ler as referências que temos no nosso projeto,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quanto? Quanto?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... porque ficaria elucidado sobre...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Agora vai propor escolas lunares! Está sempre na lua!

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Está dado o esclarecimento,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eu sou de ciências, não sou sociólogo! Sei fazer contas!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não sabes fazer contas de somar!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não, de sumir!

O Sr. **Presidente**: — Está dado o esclarecimento. Há tempos limitados para os pedidos de esclarecimento e para as respetivas respostas.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Sr. Deputado Filipe Melo, se me permitisse.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista, para uma intervenção, dispondo de 6 minutos.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Miguel Costa Matos está à espera...
Faça o favor Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As energias renováveis são mesmo um imperativo moral, económico e científico. E são-no porque substituem fontes de energia fóssil e assim combatem as alterações climáticas, mas são-no também porque tornam a nossa energia mais barata e, assim, as nossas empresas mais competitivas. É inegável!

Há um crescimento exponencial, nos últimos anos, das fontes de energia renovável em Portugal e, em particular, do fotovoltaico; aliás, nos últimos 10 anos, a produção fotovoltaica multiplicou-se 14 vezes! Esse caminho não foi só o resultado de um menor custo dos painéis. É resultado de um Governo, do Partido Socialista,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É, é dos painéis!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... que voltou a abrir as portas do País a esse investimento. E um marco dessa reforma é o Decreto-Lei nº 15/2022. Desde a sua entrada em vigor, o número de famílias e empresas a produzir para autoconsumo triplicou, e a potência instalada nestas unidades quase quadruplicou. Todavia, ainda estamos muito longe do destino.

Espanha, neste momento, avança mais rápido do que nós, o que gera preços mais baratos e aumenta o nosso saldo importador de eletricidade.

Ora, temos também, nas comunidades locais, tensões crescentes sobre a ocupação da paisagem para a construção de centrais fotovoltaicas e para os cabos de média e alta tensão que a transportam. E temos, também, o Plano Nacional de Energia e Clima para cumprir, que prevê mais do que duplicar a potência instalada de solar descentralizado de 2,8 GW para 5,7 GW nos próximos cinco anos.

Há muito que o Partido Socialista começou a preparar esta legislação, ouvindo no território quem instala e quem investe no solar descentralizado.

Identificámos quatro grandes desafios: o primeiro, a falta de liquidez ou de parceiros com quem investir. O segundo, a falta de informação sobre a quem vender a energia. O terceiro, a dificuldade do condomínio em aprovar a instalação dos painéis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunta ao Galamba que ele sabe!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E o quarto, a dificuldade do Estado em licenciar.

Ora, este Projeto de Lei procura responder de forma simples, incontroversa, mas eficaz a cada uma delas.

As unidades renováveis a partir de 1 MW têm, atualmente, de ser licenciadas com um prazo inicial de um ano e um máximo de dois anos — é demasiado tempo.

Aliás, o artigo 4.º do Regulamento (EU) 2022/2577, em alguns casos já previstos na lei, propõe já um prazo de 90 dias, após o qual pode ocorrer um deferimento tácito. E este mecanismo do deferimento tácito não é, sequer, uma invenção do PS, é um mecanismo muito usado no nosso licenciamento, também no licenciamento ambiental; é um mecanismo previsto na Diretiva de Energia Renovável 3, cujo prazo de transposição foi o passado dia 25 de maio, e ainda não foi concluído Srs. Deputados da AD (Aliança Democrática).

Detetámos ainda um mercado crescente de agregadores — já são 58 —, mas que neste momento deixam os pequenos produtores confusos sobre a quem e em que condições podem vender energia.

É nesse sentido que o PS propõe a criação pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) de um comparador de agregadores, dos preços dos agregadores, e também reforça o mandato e a disponibilidade do agregador de último recurso, simplificando a vinda aos pequenos produtores.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Mas, antes de podermos licenciar a unidade — quanto mais vender a energia —, é preciso ter o capital para produzir. E no caso dos prédios, há autorização dos condóminos para o fazer. Atualmente, um condomínio para

instalar os painéis precisa de uma maioria que represente dois terços do prédio. É um patamar demasiado alto, Srs. Deputados, até por motivos de quórum, como VV. Ex.^{as} bem sabem. E, portanto, deve ser possível tomar uma decisão nesta matéria por maioria simples.

Quanto à capacidade de investir, o caso tem outros contornos. É que, embora os painéis estejam mais baratos, as pessoas continuam a ter pouco dinheiro. Podemos, e devemos, implementar linhas de crédito para que os próprios possam fazer esse investimento, mas começa a nascer em Portugal um mercado para uma outra forma de investimento: empresas que arrendem os telhados, as coberturas, os solos não construídos, os solos agrícolas não produtivos e sejam elas a avançar com o investimento.

Ora, estes contratos de aproveitamento energético renovável, são um novo instrumento que devemos reconhecer, valorizar e dar o devido suporte regulamentar, permitindo que todos — mas todos —, possam agir no mercado com confiança e com segurança jurídica.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é um projeto que responde aos problemas reais, das pessoas reais, que fazem investimento em solar descentralizado. É um projeto que responde à necessidade imperiosa de termos mais solar descentralizado. É um projeto que quer Portugal à altura das nossas capacidades e daquilo que a emergência climática nos exige.

Assim saiba este Parlamento agir, honrando, aliás, o consenso que tem unido várias bancadas nesta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Miguel, foi escrito pelo Galamba! Ficou bom!

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradecemos ao Livre por trazer este tema, um tema que o PAN também já tem abordado na Assembleia da República.

O apagão que tivemos, em 28 de abril, não pode ser visto como um mero acaso, mas sim como um sinal de que precisamos de uma mudança profunda de paradigma, no que diz respeito à nossa autonomia energética. Mais, também não pode ser uma desculpa para que os *lobbies* dos combustíveis, fósseis, do carvão ou até mesmo do nuclear, venham logo pôr as unhas de fora e tentar retroceder na transição energética verde.

O futuro da energia em Portugal, para que seja competitivo, tem de ser verde, tem de ser descentralizado e tem de ser democrático.

Iniciativas como escolas solares ou programas de eficiência energética são importantes, mas, no entender do PAN, é preciso ir mais longe.

Precisamos de transformar a crise em oportunidade e apostar em soluções que devolvam às comunidades a capacidade de produzir, armazenar e gerir a sua própria energia, o que já poderia estar em prática, caso os sucessivos Governos tivessem dado cumprimento à resolução que foi aprovada por este Parlamento, chamada «Sol para Todos», apresentada pelo PAN.

O PAN defende, efetivamente, a criação de microrredes locais, geridas por municípios, por cooperativas ou até mesmo por condomínios, que funcionem em situações de falha de rede, tal como já existem em outros países, o que permite partilhar a energia excedente entre famílias e apoiar até quem vive em situação de pobreza energética, um tema que não desapareceu, apesar de não ter sido falado.

Defendemos, também, que o autoconsumo deixe de estar preso em barreiras burocráticas que impedem cidadãos e comunidades de ser parte ativa desta transição ou de beneficiarem da própria energia que acumulam.

O exemplo da microrrede da Universidade de Coimbra mostrou-nos, precisamente aquando do apagão, que é possível manter a energia a fluir quando o sistema central falha. É isto que queremos para as escolas, para os hospitais, para os bairros, para todo o País, um sistema energético resiliente, limpo, justo e com soberania, também ela, a nível energético.

Não temos a visão da transição energética do Governo, que passa por destruir a natureza com a instalação de centrais fotovoltaicas. Queremos, sim, aproveitar os telhados e várias outras instalações para que possamos ter uma verdadeira comunidade verde que produza energia.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado José Carvalho, do Chega, para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Numa altura em que o País está a trabalhar, parte deste Plenário está a faltar, o que é revelador. É por isso, Srs. Deputados, que o Chega cresce e a esquerda desaparece.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Srs. Deputados, quando ouvimos a esquerda a encher a boca com a questão ambiental, olhamos para as vossas cadeiras vazias e só nos lembramos daqueles que gostam de se entreter com flotilhas.

Protestos do Deputado do PS André Rijo.

Em suma, enchem a boca com intenções, deixam as cadeiras vazias e esquecem as concretizações. Os portugueses, esses lá em casa, já perceberam. E é por isso, Srs. Deputados, que o Chega cresce e a esquerda desaparece.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, trazemos aqui um programa de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares. Afinal, a escola e todos quantos a fazem acontecer são prioridade para nós, são prioridade para o Chega. É por isso que temos este programa, um programa sem amarras ideológicas, porque não queremos agendas ideológicas, queremos soluções lógicas. Repito: não queremos agendas ideológicas, queremos soluções lógicas.

Sabemos que, durante décadas, o socialismo, mais rosa ou mais laranja, esqueceu as escolas como espaço por excelência para o saber e o conhecimento, trocando conhecimento por doutrinação e biologia por ideologia. Mas o Chega, agora, Srs. Deputados, está cá e os portugueses sabem que representamos soluções e não ilusões. Se queremos uma escola que represente soluções, é fulcral que se garantam as condições.

Como os portugueses sabem, Portugal falha repetidamente. Recordemos, a este propósito, o célebre e milionário programa da Parque Escolar, de 2007, do saudoso tempo de José Sócrates — «uma festa», nas palavras da ex-Ministra Maria de Lourdes Rodrigues. Uma oportunidade perdida: limitado às escolas secundárias, dispendioso e mal gerido, deixou de fora milhares de escolas.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — O Tribunal de Contas, ao longo dos anos, através de relatórios, tem sido claro: derrapagens financeiras e muitas perguntas sem resposta.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — No entanto, e como nos diria São Tomás de Aquino, como nunca há o mal absoluto, há alguns que parecem ter beneficiado com essa festa socialista.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

É por isso, Srs. Deputados, que o Chega cresce e a esquerda desaparece.

Aplausos do CH.

O resultado, Srs. Deputados, é este: alunos a estudar em contentores, escolas com infiltrações e humidade, caixilharias degradadas, sistemas de climatização inexistentes. Uma escola que não é digna para os alunos é indigna para os professores e indigna para o País.

Notícias como estas...

O orador exibiu as notícias que mencionou.

... vão-nos chegando a cada hora e a cada instante. São alunos com frio nas salas de aula, que têm de levar mantas. Mas há quem queira defender negócios milionários para colocar painéis solares.

Aplausos do CH.

Enquanto há alunos com um calor infernal nas salas de aula, há outros que defendem negócios milionários para colocar painéis solares.

Alguns outros querem fazer de cada criança das nossas escolas, de cada um dos nossos filhos e netos, um pequeno agente climático; desses agentes que embarcariam em flotilhas e se tornariam verdadeiros apanhados do clima,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — ... que veriam drones e ataques do capitalismo e do sionismo em todo lado, incluindo no alto mar.

Para o Chega, a prioridade é garantir condições a quem está nas escolas. Não alinhamos em agendas ecomarxistas, mas apenas nos mais elementares princípios do respeito pelo contribuinte, pela racionalidade, responsabilidade e seriedade. E é por isso, Srs. Deputados, que o Chega cresce e a esquerda desaparece.

Aplausos do CH.

É por isso que o Chega será Governo em breve. Acredito nisso e há um número cada vez maior de portugueses que acredita.

É por isso que o Chega cresce e a esquerda desaparece.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Queres um lenço?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, julgo que não devemos ter a versão final do projeto do Chega. Isto porque o Chega acusou os outros partidos de não terem as contas apresentadas e, na verdade, apresenta um projeto de resolução que propõe um programa para as escolas, mas não apresenta as contas.

Portanto, naturalmente, não deve ser esta a última versão deste projeto, pelo que peço, Sr. Presidente, que seja distribuída a última versão do projeto de resolução do Chega, que, quero também acrescentar, tem 25 % das suas cadeiras vazias.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Devem estar a fazer algo mais útil do que andar de barco!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A cadeira da frente deve ser da Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não sabem o que estão a dizer! Quando falam da Joacine, ainda não perceberam que levaram uma coça!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não percebi! Estás aí no canto...!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia para usarem as figuras regimentais da forma mais correta possível.

Vou agora dar a palavra, para uma intervenção, à Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ainda não perceberam, são de compreensão lenta!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foi racismo! Mandaram-na embora, foi racismo!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada, para ver se começamos a falar de coisas sérias.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Painéis solares nas escolas.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Em Portugal, temos cerca de 500 escolas do ensino básico e secundário degradadas. Esta inventariação foi feita e sabemos que há escolas, de norte a sul, que estão num estado deplorável e que tiveram a classificação de «muito urgente», «urgente» e «prioritário» para que passassem a ter obras de reabilitação.

Há também escolas com amianto, que, como sabem, é uma substância cancerígena que foi proibida há 20 anos. Em 2024 havia registo de mais de 400 escolas com esta cobertura.

Nesta lista de escolas degradadas temos de tudo um pouco: desde infiltrações, janelas empenadas, fungos, estuque a cair, buracos, recreios sem cobertura para os dias de chuva, inexistência de espaços para a prática desportiva e escolas provisórias que estão a funcionar em contentores.

Contudo, aqui estamos a falar de painéis solares nas escolas.

Há municípios de norte a sul a pedir ao Estado as verbas que já deviam ter sido transferidas para avançar com essas obras. Enquanto se espera, e se desespera, as autarquias com maior capacidade estão a substituir-se ao Estado e a avançar com as obras. Algumas dessas autarquias até recorrem a empréstimos.

No entanto, aqui estamos nós a falar de painéis solares nas escolas. Pergunto-me como se sentirão os alunos, os pais, os professores e o pessoal não docente das centenas e centenas de escolas degradadas, ao verem que esta Assembleia está a discutir painéis solares nas escolas.

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

Sim, os painéis solares serão muito importantes nas escolas, mas quando não houver nem mais uma escola degradada em Portugal.

Este é o posicionamento da Iniciativa Liberal. Esta será a nossa prioridade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Vocês não leram o projeto? Não leram as notas?!

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia a todos. Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O programa «escolas solares» é uma proposta que alia a educação, a sustentabilidade e a poupança.

É uma medida de futuro que permite reduzir custos energéticos, preparar as novas gerações para a transição climática e transformar as escolas em exemplos de inovação.

Não basta falar de combate às alterações climáticas. É preciso agir com medidas concretas e as escolas podem, e devem, ser motores da mudança, não apenas ensinando, mas praticando a sustentabilidade.

O Parlamento deve estar à altura destes desafios e apoiar sem reservas estes projetos,...

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... porque investir em energia limpa nas escolas é investir no futuro do nosso País.

Aplausos do L.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Influência do saudosismo!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Silveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo está a cumprir com rigor e visão estratégica uma das reformas mais estruturantes deste ciclo político — a modernização profunda do Estado, também na educação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Num tempo em que os cidadãos exigem respostas eficazes e resultados tangíveis, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação tem provado que é possível conjugar investimento com eficiência, descentralização em cumprimento com a lei e modernização comprometida com o interesse público.

Mas importa recordar que o Governo encontrou um PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) por executar, um parque escolar degradado e sem manutenção.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O acordo setorial, celebrado em 2023, entre o Governo do Partido Socialista e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para a reabilitação das escolas públicas ficou-se pelo diagnóstico.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Foi com o anterior e atual Governos da AD que este processo ganhou tração, direção e exigência. Repito: exigência! É preciso exigência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Não basta anunciar investimentos. Temos de garantir que os recursos chegam às escolas, aos professores, aos alunos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Por isso, é necessário reforçar mecanismos de acompanhamento técnico, intensificar a cooperação com as CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), garantir a reprogramação contratual e aprofundar mesmo a articulação da Estrutura de Missão «Recuperar Portugal».

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — É preciso assegurar que cada euro investido na escola pública se traduz em melhores condições de aprendizagem e em estruturas físicas modernas, preparadas para os desafios do século XXI.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a assinatura recente do contrato com o Banco Europeu de Investimento no valor de 1000 milhões de euros, para financiar a requalificação de escolas prioritárias, é mais uma prova do compromisso deste Governo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — É de referir que a primeira tranche de 300 milhões será aplicada em escolas classificadas como «muito urgentes» — num acordo que o PS não conseguiu cumprir — e que outras 99 escolas deste acordo já garantiram financiamento através do PRR e do Portugal 2030.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Esclareço ainda que os 6 milhões de euros comunicados, em julho de 2025, à agora extinta DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares)...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — ... dizem respeito a intervenções de caráter emergente, destinadas a resolver situações apenas imprevisíveis e críticas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Não se trata de requalificações estruturais.

É esta a diferença: um Governo que gere bem, que está a reformar com responsabilidade, a modernizar com visão, a construir soluções para transformarem o sistema educativo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Silveira** (PSD): — Uma educação pública de qualidade não se faz apenas com reformas curriculares, mas também com condições dignas, eficientes e sustentáveis para ensinar e aprender.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Paulo Nuncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que tem até 3 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não pode haver dúvidas de que a requalificação e modernização do parque escolar é uma prioridade deste Governo e desta maioria.

Depois de oito anos de Governos socialistas a orçamentar sem executar, a transferir competências sem cumprir transferências e a dizer sem fazer, este Governo da AD está a governar, também nesta área.

O Governo já atribuiu — e é importante que se diga isto — 1,2 mil milhões de euros para a reabilitação das escolas por todo o País. Ainda esta semana o Governo anunciou a abertura de 1000 milhões de euros, do Banco Europeu de Investimento, para requalificações «muito urgentes», precisamente de escolas por todo o País. A isto acrescem os fundos do PT2030 e do PRR.

Mas, Srs. Deputados, é importante explicar às pessoas que nos estão a ouvir que a competência da construção da requalificação e da modernização dos edifícios escolares é uma responsabilidade das autarquias locais.

Protestos do PS.

Repito: é uma responsabilidade das autarquias locais.

Para o CDS, o princípio da subsidiariedade é um princípio fundamental para o Governo do Estado e para o Governo do País, ao contrário do Livre, que continua a ter esta obsessão ideológica de querer concentrar todas as competências no Estado central.

Só o Livre para achar que esta Assembleia tem competências para determinar que as escolas de todo o País devem ter painéis solares.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quem quiser!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados do Livre, isto é socialismo no pior.

Risos do L.

Pior do que isso, é socialismo dispendioso. Mas isso não interessa ao Livre, como nunca interessou.

O importante, Srs. Deputados, é que fique claro que a responsabilidade da modernização e requalificação das escolas é uma responsabilidade das autarquias locais e é uma responsabilidade das próprias escolas.

Por isso, como legisladores, aqui, na Assembleia da República, devemos respeitar a autonomia das autarquias e devemos respeitar a autonomia das escolas, e não fazer como fazem partidos de esquerda, e também de extrema-esquerda, que querem concentrar no Estado as decisões. Respeitemos a autonomia. Essas decisões são das autarquias locais e com certeza que o Estado central está cá para as apoiar.

Por isso mesmo, porque inverte esta ordem e inverte esta responsabilidade, o projeto do Livre, na nossa opinião, não faz qualquer sentido, pelo que votaremos contra.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Teixeira, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem até 47 segundos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados do Livre: Três esclarecimentos importantes para este debate.

Primeiro, falaram da importância do solar, por causa do apagão. Srs. Deputados, o apagão conseguiu reverter-se, não foi por causa do solar, foi por causa de barragens...

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

... e foi por causa do gás natural.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — São essas as fontes que nos garantem também segurança energética. Não é só o solar que nos vai resolver isto.

Segundo, painéis solares é para o Estado todo, não é só para as escolas. E esse programa já existe. Já existem programas de implementação de painéis solares em todo o Estado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Vê-se! É só olhar para cima!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Portanto, não precisamos de multiplicar programas, não precisamos de inventar programas novos a executar o que já existe.

E terceiro, Srs. Deputados, se os Srs. Deputados apoiam a energia solar, então apoiem as centrais fotovoltaicas, porque são essas que estão a fazer o grosso do esforço de descarbonização a que temos assistido nos últimos anos. Mas dessas os Srs. Deputados já não gostam e, por isso, temos pena, Srs. Deputados.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, que tem até 3 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ó Jorge, não percebi nada do teu ponto, sinceramente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo esta minha intervenção fazendo referência a que não nos opomos à iniciativa que foi proposta pelo partido Livre para a instalação de painéis fotovoltaicos nas escolas e, por isso, iremos acompanhar.

Mas, no debate que fazemos hoje, estamos em pleno início de ano letivo, e eu queria aqui sublinhar dois aspetos relativamente a esta questão.

O primeiro é a falta de professores e o número de alunos que não têm um professor a todas as disciplinas, nesta semana em que iniciou o ano letivo. Este é um problema gravíssimo com que a escola pública está confrontada, é um problema gravíssimo que prejudica os estudantes no nosso País.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O segundo aspeto que eu gostaria de referir prende-se com as instalações e com o nosso parque escolar. Não nos opondo à iniciativa, consideramos que é prioritário intervir para requalificar as escolas no nosso País.

Há escolas que estão extremamente degradadas, onde chove, onde há infiltrações, onde as janelas e portas não vedam e, no inverno, faz bastante frio ou, no verão, faz bastante calor, e isto exige uma intervenção estrutural nesses edifícios, exige investimento.

Protestos da Deputada do CH Diva Ribeiro.

E eu queria aqui fazer uma referência: não é verdade, Sr. Deputado Paulo Nuncio, quem tem a responsabilidade para financiar essas obras é o Governo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Com certeza que sim!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E sabe o Sr. Deputado, tão bem como eu sei, que há muitos municípios que têm os projetos prontos e que não avançam porque o financiamento não foi disponibilizado, para que essas obras se possam realizar.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E esta é que é a verdade!

E quero dizer que, do concurso, do aviso de concurso, que foi aberto recentemente, para a requalificação de escolas, constam 22 escolas.

Muitos destes municípios que têm estes projetos prontos não se podem candidatar, porque a sua escola não está lá, porque foi feito um mapeamento cujas prioridades que foram identificadas não tiveram em conta nem foram ouvidas as autarquias para aquela priorização que foi identificada. E há escolas que são extremamente prioritárias e que não estão identificadas como tal e, portanto, estão de fora.

Aquilo que está a ser feito é manifestamente insuficiente, para as necessidades que se colocam neste momento.

Este mapeamento nem sequer exprime todas as necessidades. São cerca de 500 escolas. Há muitas mais. Há necessidade de construir novas escolas. Olhe, no distrito onde sou eleita,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, onde o Chega vai ganhar!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... posso dar-lhe já exemplo de duas, na Quinta do Conde, em Fernão Ferro.

Não saem do papel esses compromissos por parte do Governo. Aliás, estando identificada essa necessidade e até, diga-se, tendo sido recentemente aprovada a carta educativa no concelho do Seixal, a que o Ministério da Educação deu parecer favorável e em que consta a construção desta escola, entre a requalificação de muitas outras, o Governo ainda não assumiu as suas responsabilidades, relativamente a essa matéria.

Para dizer o quê? Para dizer que é preciso, de facto, um investimento grande e que o Governo cumpra as suas responsabilidades nesta matéria e não atire para outros nem as transfira para outros. Que cumpra e honre os seus compromissos.

Aplausos do PCP e de Deputados do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não havendo mais inscrições, iremos passar à fase de encerramento.

Pausa.

Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem até 1 minuto, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nós estamos aqui hoje a discutir vários projetos. Eu sei que o título pode conduzir algumas pessoas a um engano, mas a verdade é que estamos a discutir projetos sobre energia.

E aquilo que podemos concluir é que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados não quiseram discutir os projetos que estão hoje em debate, não quiseram discutir energia.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Portanto, quando agora faltar energia, quando houver atrasos sobre a descarbonização, os portugueses que saibam bem que este Parlamento se recusou a debater esse assunto.

Mas, já que falamos de escolas, é muito importante que possamos esclarecer que os projetos das escolas que vão, neste momento, a reabilitação já têm todos painéis solares.

Portanto, quando agora dizem que isso não é necessário, que é uma invenção, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vejam os requisitos dos fundos comunitários, as linhas de financiamento e como já é exigível que estes edifícios tenham requisitos energéticos que incluam painéis solares.

Mas é importante dizer que isto não é uma coisa ou outra. Porque senão, podíamos dizer que tínhamos de fechar as centrais elétricas enquanto ainda houvesse pobreza no nosso País, que devíamos desligar a luz às famílias e às empresas, enquanto ainda houvesse falta de professores.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós podemos discutir todos os assuntos e tínhamos a obrigação, tínhamos o dever de podermos discutir como é que podemos acelerar a implementação do solar descentralizado em Portugal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas não é aqui!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Foi isso que o PS fez aqui.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Bárbara Correia. Tem até 2 minutos e 46 segundos.

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O PSD valoriza o debate sobre energia solar nas escolas, mas é essencial distinguir intenções simpáticas de políticas públicas verdadeiramente eficazes.

A realidade é esta. O Partido Socialista deixou dezenas de escolas degradadas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — ... com projetos de requalificação parados, apesar da disponibilidade de fundos europeus.

No Algarve, as escolas de Faro, Silves e Tavira necessitam de uma intervenção urgente. O PS não conseguiu cumprir e agora, finalmente, o Algarve verá as escolas requalificadas, pelas mãos da AD.

Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O PSD não é contra a instalação de painéis fotovoltaicos em estabelecimentos de ensino. O que rejeitamos é uma abordagem avulsa, ineficaz e sem planeamento estratégico.

As propostas que hoje discutimos são um exemplo claro de boa intenção com execução falhada. Identificam temas relevantes, mas são técnica e financeiramente inviáveis e ignoram os programas já em curso, como o ECO.AP 2030 e o programa de requalificação de escolas.

O essencial não é criar mais programas paralelos, mas sim garantir a execução rigorosa e eficaz dos já existentes.

Quanto à proposta do PS, partilhamos as preocupações e objetivos, mas não a forma.

Prever deferimento tácito para unidades de produção acima de 30 kW ignora riscos técnicos relevantes. Defendemos, sim, a simplificação, mas com responsabilidade e que não coloque em causa o Sistema Elétrico Nacional.

O Governo da AD não abdica de garantir segurança técnica, coerência regulatória e eficácia legislativa. Defendemos uma estratégia centrada nas comunidades de energia renovável e no autoconsumo coletivo, de forma a que não só as escolas, mas também outros edifícios possam partilhar produção e consumo, maximizando os excedentes, reduzindo a dependência energética e promovendo justiça territorial. E o Governo da AD está a agir nesse sentido.

Nas regiões do Interior, foi duplicada a distância permitida entre os membros de uma comunidade energética, facilitando projetos em territórios de baixa densidade.

Também já foi aprovada legislação que simplifica o licenciamento e foram lançadas as zonas de aceleração de energias renováveis.

Está também em curso a estratégia nacional para o armazenamento de energia, que permitirá utilizar a energia produzida em excesso nos momentos em que ela é mais necessária.

Propostas como as escolas solares podem soar bem e reunir consenso no plano das intenções, mas a política energética não se constrói com *slogans*, constrói-se com soluções que funcionam, e as propostas aqui apresentadas, infelizmente, não funcionam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a intervenção de encerramento, dispondo de até 2 minutos, pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó, pá, ninguém merece mais 2 minutos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Estás com sorte, que são só dois!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Relembro os aspetos centrais da proposta do Livre. As alterações climáticas são, muito provavelmente, o principal desafio da nossa era. Não lhes podemos dar resposta sem aliar a justiça ambiental à justiça social.

A transição energética é, também ela, uma das nossas prioridades.

Tentemos recentrar este debate naquilo que ele deveria efetivamente ter sido, sem espantalhos, sem falsos argumentos, sem desvirtuar a nossa proposta.

Era uma proposta muito clara: que o Estado, através das escolas, desse um exemplo a todos os cidadãos portugueses de que leva muito a sério a transição energética.

Mais, que esta descentralização energética feita através das escolas era uma garantia de segurança e autonomia do nosso País.

É disto que se trata a proposta do Livre, por mais que aqui tenham dito o contrário.

Eu fico muito espantado com aquilo que ouvi de alguns grupos parlamentares, em particular da Iniciativa Liberal, que diz que as escolas estão mal e pergunta como é que nos atrevemos sequer a pensar em dar-lhes painéis fotovoltaicos.

Bem, basta ver aquilo que o próprio Livre tem apresentado aqui, reiteradamente. Orçamento do Estado após Orçamento do Estado, nós temos proposto que as escolas sejam recuperadas como deve ser.

Mas dou-vos uma novidade, Srs. Deputados: as escolas podem ser recuperadas com painéis fotovoltaicos. Nada impede que isso seja feito!

Aplausos do L.

Aquilo que a Iniciativa Liberal parece não querer é que o Estado possa dar receita.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — A sério?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E, como é dito no projeto do Livre, as escolas que já instalaram painéis fotovoltaicos passaram a ter receitas da sua produção elétrica.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Olha!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É isto que nós queremos.

Portanto, quando aqui se pergunta o que é que as escolas querem, eu digo-vos: as escolas querem estes painéis fotovoltaicos, porque sabem que, com eles, vão ter um retorno financeiro.

Aplausos do L.

Porque este programa do Livre das escolas solares, é um programa com retorno — retorno social, retorno ambiental, mas também retorno económico, porque as escolas vão poupar milhares de euros com esta instalação.

Portanto, se o Estado souber estar à altura do desafio que tem pela frente, todos ficaremos a ganhar e, em primeiro lugar, as escolas ficarão a ganhar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar para o ponto quatro da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SA. [Apreciação Parlamentar n.º 1/XVII/1.^a (PCP, L, BE)], que deu origem aos Projetos de Resolução n.ºs 301/XVII/1.^a (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A., e 302/XVII/1.^a (L) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A.,

Temos também a presença do Governo. Sejam bem-vindos.

Enquanto as bancadas se recompõem e organizam, a primeira intervenção de apresentação, tendo até 4 minutos, será do Grupo Parlamentar do PCP e depois seguir-se-á a intervenção do Grupo Parlamentar do Livre.

Portanto, para iniciar este ponto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, que tem até 4 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo aprovou a quarta privatização da TAP, numa operação assente nos argumentos falaciosos que ouvimos de há 30 anos a esta parte.

A TAP só pode ser salva se for privatizada. Eis um argumento desmentido pela realidade. Na verdade, a TAP só correu o risco de desaparecer de facto, quando enfrentou os três primeiros processos de privatização.

Depois dos processos de 2012 e 2015, agora, ao que parece, já não é para entregar a TAP a um aventureiro qualquer, a um Efromovich ou a um Neeleman qualquer, sempre prontos a comprar a TAP com o dinheiro da TAP, e sacar o mais depressa possível e o mais possível, com as consequências que ainda hoje todos nós pagamos.

Agora, dizem que vai ser tudo diferente. Defendem os privatizadores, os mesmos que abandonam agora o desastroso modelo de 2015, para recuperar o desastroso modelo de 1998; esse tal modelo de sucesso, em que a TAP foi entregue à então poderosa Swissair, que curiosamente abriu falência pouco antes de se consumar a operação.

Nessa altura, a TAP foi salva por uma unha negra, mas não se salvaram 250 milhões de euros de prejuízo com esse processo de privatização.

É preciso recuperar o dinheiro investido pelo povo português na TAP. Mais um argumento repetido até a exaustão, mas sem quererem discutir para onde foram, de facto, os 3,2 mil milhões de euros investidos na TAP.

São os mesmos que estão sempre preocupados com o dinheiro que se coloca nas empresas públicas, mas sempre muito compreensivos com o dinheiro do Estado que se entrega a grupos económicos privados, desde logo no buraco da banca privada, com os seus 16 mil milhões de euros que saíram dos bolsos de todos os portugueses. Veremos hoje mesmo o que vão fazer, aparentemente, esses preocupados, quando se votar hoje a descida do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), com a retirada ao Estado de 2 mil milhões de euros por ano para os colocar nos cofres dos grandes grupos económicos.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas, sobre isto, nem uma lagrimazinha, nem um suspiro. É tudo e só compreensão!

Era bom, Sr.^{as} e Srs. Deputados, era bom que se evitasse aqui hoje um hino à hipocrisia,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... ainda mais quando todos aqui sabem que o valor investido na TAP se recupera todos os dias em que a TAP pública funciona. Recupera-se com os seus lucros, recupera-se com os impostos pagos cá, ao contrário de outras empresas, que são acarinhadas e defendidas por muitos, que cá, com o esforço dos seus trabalhadores, criam a riqueza, mas vão pagar os impostos lá fora, na Holanda ou noutras holandas quaisquer. Recupera-se com o contributo para a segurança social, recupera-se com o contributo dado à economia, com os produtos que a TAP compra cá no nosso País. Recupera-se com o emprego criado e com os salários cá pagos.

A TAP contribui cerca de 4 % para o PIB (produto interno bruto) e é a maior exportadora nacional de serviços. É por isso, e é por valer muito, que os tubarões aí andam à pressa para lhe pôr as mãos.

Protestos de Deputados do CH e da IL.

Vamos ver quem, perante mais este assalto aos recursos do País, vai traçar linhas vermelhas; ou se a única coisa vermelha que vai haver é uma passadeira que Chega, Iniciativa Liberal e o Partido Socialista querem estender ao Governo para consumir mais este crime económico e político.

A TAP pode fazer melhor. A TAP pode, e deve, fazer melhor! Mas este caminho para fazer melhor impõe e exige a rotura, com opção em curso de venda do País a saldo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vai em frente, camarada!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Da parte do PCP, da parte de muita gente e de muita gente diferente, da parte dos trabalhadores, certamente, tudo será feito para acabar este processo e defender uma TAP pública e nacional, um ativo estratégico para a economia e para a coesão nacional, um elemento de soberania e desenvolvimento do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Esses malandros, que dão empregos chamados empresas!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora, pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, que também vai apresentar a Apreciação Parlamentar e o Projeto de Resolução n.º 302/XVII/1.^a (L) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da privatização do capital social da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SA.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isto só podia piorar!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado: No léxico político português, tem ficado conhecida a expressão «ativo tóxico», que aparece infelizmente de forma recorrente. Uma expressão que deveria entrar mais no nosso léxico é a de «ativo estratégico», e a TAP pode e deve ser um ativo estratégico do nosso País. Pode e deve sê-lo, se se mantiver pública.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Pode e deve sê-lo porque Portugal tem especificidades que fazem com que a TAP se deva manter pública.

Recordo-as: um país com dois arquipélagos, um país que tem milhões de portugueses na diáspora, um país com ligações históricas a outros países de língua oficial portuguesa, ligações essas que se traduzem também em rotas que a própria TAP tem e que fazem com que ela seja apetitosa para os grandes grupos que agora a querem comprar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não é por acaso que Lufthansa, KLM (*Koninklijke Luchtvaart Maatschappij*) e Air France estão na corrida à privatização da TAP. É porque ela é um ativo estratégico do País e abdicar dele seria um erro tremendo que iríamos pagar durante gerações.

Aplausos do L.

A pergunta que se impõe, portanto, é: porquê a pressa? Porquê parar um Conselho de Ministros para vir anunciar a privatização às fatias da TAP? Porquê a pressa, sabendo aquilo que sabemos hoje, que foram os

falhanços das anteriores privatizações de companhias públicas portuguesas, o que esses falhanços representaram para o País e para os portugueses? Porquê a pressa quando o próprio Governo, colocando-se voluntariamente numa má posição negocial, vem dizer que ou a TAP se privatiza ou a TAP não tem futuro?

Isto é uma visão errada para aquilo que tem de ser um ativo estratégico no nosso País, e continuamos sem saber o porquê desta pressa.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Uma coisa que é essencial dizer aqui é que o Livre não desiste da TAP. O Livre não segue pelo caminho fácil de privatizar a TAP e, com isso, lavar as mãos e desculpar-se de ter uma política estratégica para ter uma TAP de qualidade mundial, ao nível das melhores companhias mundiais. É mais: que faça com que a TAP seja a ponta de lança na transição energética, que terá de ser a realidade do setor de transporte aéreo nos próximos anos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É por isso que tem de ser privatizada!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portugal tem condições únicas no que diz respeito aos combustíveis de futuro para o transporte aéreo. Uma visão estatal, pública, que aliasse esta transição energética ao nível dos combustíveis com a transição ao nível do desenho aeronáutico faria de Portugal um exemplo mundial no setor aéreo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Lá estás tu, apanhado do clima!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mas, em relação a isto, o Governo prefere fazer orelhas moucas...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Orelhas?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... e seguir, uma vez mais, o caminho fácil: privatizar, não pensar a longo prazo, lavar as mãos e dizer «Venha o que daí vier, façam a Lufthansa, a KLM e a Air France o que entenderem com a TAP».

Da parte do Livre, não desistimos da TAP e, por isso, somos coautores deste pedido de apreciação. Mais: pedimos também a cessação da vigência do diploma do Governo, porque, repito, e termino, o Livre não desiste de uma TAP pública de qualidade mundial e que seja a ponta de lança do futuro da aviação a nível global.

Aplausos do L.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Olha lá, Jorge, o que são orelhas moucas? Orelhas?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Temos ainda pedidos de esclarecimento relativamente a esta apreciação parlamentar. Temos um pedido de esclarecimento que é direcionado ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Grupo Parlamentar do PCP, que será feito pelo Sr. Deputado Gonçalo Lage, do Grupo Parlamentar do PSD. Sendo um pedido de esclarecimento, tem até 2 minutos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o a si, ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado.

Sr. Deputado Paulo Raimundo, neste pedido de Apreciação Parlamentar, submetido pelas bancadas da extrema-esquerda, não temos uma sugestão de alteração ou sequer uma sugestão de um caminho diferente. O que temos, na verdade, até, é um dos proponentes ausente da Sala porque prefere passear de barco a discutir o futuro da aviação comercial em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — A única coisa que propõem mesmo, Sr. Presidente, é a cessação da vigência do decreto-lei. Não é uma questão de rotas estratégicas, não é uma questão do *hub* em Portugal, não é uma questão da bandeira, nem sequer tão-pouco a questão da ligação às nossas comunidades. É uma questão dogmática e ideológica de esquerda sem qualquer adesão ao que é hoje o mercado de aviação europeu...

Risos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

... e à concorrência às ajudas de Estado, ou até um pouco de decência no que foi uma ajuda dos contribuintes portugueses de mais de 3,2 mil milhões de euros.

Sr. Presidente, mesmo quando o assunto se torna estratégico para o desenvolvimento da TAP, para que a TAP possa crescer e para que possa beneficiar também os seus trabalhadores, a esquerda não quer. Preferem uma companhia isolada, preferem uma companhia hipotecada e sem futuro, desde que possam enaltecer desta forma a foice e o martelo.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Era preciso dizer isso?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, é por isto que temos de perguntar: um tema que foi sufragado nas eleições legislativas, ao contrário de outros programas que fugiram exatamente a esta questão nos seus programas, que foi aprovado no Programa do Governo e colocado com enorme clareza e transparência no espaço público, e o Sr. Deputado não quer dizer rigorosamente nada sobre esta matéria? O que parece mesmo, neste caso, é que o que está em primeiro lugar é sempre a ideologia comunista e, em segundo lugar, tudo o resto — e o que parece, Sr. Presidente, é que tudo o resto parece ser o País.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Grupo Parlamentar do PCP não tem tempo para responder e, portanto, não havendo cedências de tempo, vamos passar ao período de intervenções.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — O Livre não dá tempo?! Não são simpáticos!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, que tem até 6 minutos.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas e Habitação** (Miguel Pinto Luz): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do Governo, começo por agradecer a oportunidade de estar aqui a discutir, na Casa da Democracia, um tema que tantas paixões move. Naturalmente, falo da TAP.

Não posso deixar de lembrar a esta Assembleia, e em especial aos proponentes deste pedido de Apreciação Parlamentar, que este não é só um tema altamente discutido, como é também profundamente escrutinado. A privatização da TAP está inscrita no programa eleitoral da AD (Aliança Democrática), bem como no programa do XXV Governo Constitucional. Não restam, por isso, dúvidas da legitimidade do Governo em tomar a decisão de privatizar a parte do capital da transportadora aérea portuguesa.

Porém, sendo justo o escrutínio parlamentar em matérias desta importância, desta envergadura, não só é legítimo como salutar para a democracia nacional. Tal como o Governo tem legitimidade para apresentar esta proposta, também os proponentes a têm, porque o sistema democrático fortalece quando as promessas são honradas e enfraquece quando ficam esquecidas. Também é isso que hoje aqui fazemos: honrar a democracia, debater, esclarecer, não só a privatização, mas também os seus moldes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós somos absolutamente claros. Queremos uma TAP ao serviço dos portugueses, tanto daqueles que vivem em território nacional como na nossa diáspora.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas e Habitação**: — Queremos uma TAP mais robusta, queremos uma TAP mais competitiva. E queremos que os contribuintes que nela investiram mais de 3,2 mil milhões de euros, através dos seus impostos, vejam esse investimento não só recompensado, mas, na medida do possível, devolvido.

Vale a pena, por isso, acentuar o que está em causa: a venda de apenas 49,9 % do capital social da empresa, abrangendo nesta percentagem uma oferta de 5 % aos trabalhadores do grupo TAP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Olha!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas e Habitação**: — Esta é uma posição não só de quem, com humildade — repito, com humildade — reconhece o mandato que tem e os consensos a que está obrigado, nomeadamente nesta Casa, mas principalmente de quem está convicto, eu diria, absolutamente convicto, de que esta é a forma de maximizar os proveitos e de melhor maximizar o potencial de crescimento da companhia.

Não é segredo para ninguém que a TAP é apetecível pelas maiores companhias aéreas europeias. Mas, com o desenho desta privatização, um valor minoritário do capital, estamos, por isso, a alargar a concorrência. Uma concorrência mais abrangente, a alargar para fora da Europa, aumentando a concorrência e, em consequência, o valor desta companhia.

Mas, para ter uma TAP forte, uma TAP robusta, não basta o maior valor. É imprescindível um grande, grande parceiro. E este é um princípio espelhado com toda a clareza quando definimos que esta venda se dirige em exclusivo a operadores aéreos ou a agrupamentos liderados por operadores aéreos.

Quem quiser adquirir a TAP deverá ter registado receitas superiores a mais de 5 mil milhões de euros em pelo menos um dos três anos anteriores. Terá de apresentar um plano estratégico de valorização da companhia e assumirá o compromisso de promover o crescimento da TAP, tanto nas plataformas estratégicas como nas rotas para os Açores e para a Madeira, para todos os países de língua portuguesa, sem esquecer outros onde vivem significativas comunidades dos nossos emigrantes. As obrigações de serviço público irão manter-se inalteradas.

Prometemos e cumprimos. Ouvimos o mercado. Sem tabus, sem preconceitos ideológicos, iremos dar prioridade a propostas de elevado valor estratégico para o País, adequadas e coerentes. Propostas com plenas garantias de execução e comprovados recursos financeiros.

Não abdicamos um milímetro, não abdicamos um milímetro de ter o melhor negócio para Portugal e para os portugueses. Queremos reforçar a posição da TAP como operadora de transporte aéreo à escala global, consolidando as rotas existentes e procurando novos mercados, sem esquecer a importância do nosso turismo, que contribui para quase 20 % do PIB nacional.

Não esqueçamos que, em 2024, Portugal foi o quinto país do mundo com mais forte contribuição do turismo para o PIB. Queremos novo investimento que satisfaça as nossas exigências de reforço de frota e também investimento acrescido na manutenção e engenharia no nosso País. Sem esquecer uma aposta decisiva na produção de combustíveis sustentáveis, a descarbonização, para nós, não pode ficar num plano secundário.

O processo será desenvolvido em quatro etapas: pré-qualificação com duração clara de 60 dias; propostas não vinculativas, 90 dias; propostas vinculativas, mais 90 dias; e eventual negociação no final do processo.

A condução técnica do processo caberá à Parública, com avaliação das propostas e preparação de todos os instrumentos contratuais com pleno respeito pelos compromissos laborais e pelos instrumentos de regulamentação coletiva.

Vale a pena sublinhar que não restam dúvidas. Cada momento deste processo será seguido e apreciado por uma comissão especial de acompanhamento, constituída por personalidades de reputação inatacável. Será o novo acionista privado a mandar na gestão, ficando o Estado com os direitos económicos equivalentes ao capital detido, 50,1 %.

Os dividendos futuros servirão para abater a pesada dívida da TAP aos portugueses.

Vale a pena acrescentar: até à concretização da compra e à venda das ações, o Conselho de Ministros pode, a qualquer momento, suspender e até extinguir o processo de privatização.

Esta é uma privatização que protege o futuro, que pensa num Portugal global, moderno, competitivo, o Portugal que, tenho a certeza, nesta Assembleia todos, todos desejamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Governo não terá tempo para a resposta, mas tem dois pedidos de esclarecimento, sendo o primeiro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Portanto, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro das Infraestruturas, na última vez que debatemos este tema da TAP na Assembleia, o Sr. Ministro disse que estava sempre disponível para vir aqui discutir, ainda que considerasse que aquele não era o momento adequado.

Como está aqui uma segunda vez a debater este tema, novamente por iniciativa de um partido da oposição, a primeira pergunta que lhe coloco é esta: na sua opinião, qual é o momento adequado para discutir este tema no Parlamento e de que forma continuará a envolver os restantes partidos para manter o apoio de que precisa para prosseguir com este processo?

Quando falamos da TAP, há quase um consenso nesta Câmara de que ela é um ativo estratégico para o País. De facto, o PSD, o CDS e o Governo concordam que é importante que a TAP exista por todas as razões que já foram referidas.

O Sr. Ministro reconhece que, neste momento, apenas tem apoio político para privatizar até 49,9 % da TAP. Ainda assim, no âmbito do programa do PSD e das declarações que o Sr. Ministro já prestou, aqui e fora daqui — até permitia, às vezes, ao Sr. Primeiro-Ministro fazer aquele número em que à Iniciativa Liberal dizia que privatizava tudo e, depois, à esquerda dizia que só podia privatizar até 49,9 %, mas isso também não tem problema! —, o que lhe pergunto é o seguinte: se pudesse, ou se vier a poder realmente, privatizar ou vender os 100 % da TAP, de que forma conseguiria garantir o interesse estratégico que o Estado diz ter na TAP?

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

É que podemos fazer acordos parassociais, podemos fazer cadernos de encargos, podemos fazer tudo aquilo que quisermos, mas todos esses acordos têm sempre um prazo de validade. De que forma é que, num cenário de venda de 100 % da TAP — o que o PSD, o CDS e o Governo fariam, se pudessem — se consegue garantir o interesse estratégico do Estado na TAP?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marta Silva, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, este Parlamento não deve aceitar uma privatização que deixe o País refém de interesses ou de negócios pouco claros.

A TAP não é uma empresa qualquer, ela foi paga com o enorme esforço dos portugueses, mas existem passivos tóxicos que são relevantes e estão ligados a empresas do perímetro histórico da TAP, e também existem incumprimentos de empréstimos ou obrigações que podem migrar para o comprador ou gerar riscos futuros para todos.

Por isso, uma questão central desta alienação é: quem vai assumir estes passivos ou garantias?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Qual o seu montante total? Que salvaguardas contratuais estão previstas para impedir que estes ativos problemáticos sejam despejados para fora do perímetro antes da venda?

Por fim, pergunto: o caderno de encargos vai ou não incluir mecanismos que assegurem que o comprador assume, solidariamente e sem lacunas, todos os passivos relevantes, ou, pelo contrário, eles continuarão a recair exclusivamente sobre os contribuintes portugueses?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Governo não tem tempo para responder. Passamos, então, à fase...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, o Chega cede 30 segundos ao Sr. Ministro para responder. Certamente, quererá responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Diga, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, o Governo tem tempo para responder na fase de encerramento, e responderá nessa altura. Portanto, não precisamos dos 30 segundos do Chega, muito obrigado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Não querem é responder!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olha, olha!

O orador fez um gesto com a mão sinónimo de medo.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra, imagino que seja para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Diga.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que este assunto já foi discutido aqui, em Plenário e até em sede de Conferência de Líderes, e achava eu que tínhamos chegado a um consenso,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Achavas mal!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que é um consenso evidente: as cedências de tempo só podem ser feitas quando forem requeridas.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não são os partidos que dispõem do tempo a dar aos outros ou ao Governo para fazerem números políticos, as cedências de tempo existem quando alguém as pede. Para haver uma cedência de tempo tem de haver um cedente, e aquele a quem o tempo é cedido deve, evidentemente, requerê-lo antes de o mesmo ser cedido.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Penso que o assunto seja mais simples. Não vejo problema nenhum em alguém se disponibilizar a oferecer tempo, e o assunto resolve-se sempre porque alguém tem de aceitar.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A pergunta era difícil!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Neste momento, o Governo não quis aceitar, pelo que o assunto está resolvido e vamos passar à fase das intervenções.

Protestos do PSD e do CH.

Srs. Deputados, escusam de acenar todos com os braços.

Estamos a chegar perto do meio-dia, o Sr. Presidente vai voltar para o período das votações, já estão presentes, nas galerias, familiares das várias pessoas sobre as quais vamos ler votos de pesar e, portanto, peço responsabilidade e bom-senso a todas as pessoas para que os trabalhos relativamente a este ponto decorram de forma célere.

Isto é claro: houve uma disponibilidade de cedência de tempo e quem poderia receber o tempo não precisa dele porque tem, de facto, 2 minutos na fase de encerramento.

Portanto, solicito que passemos à fase das intervenções, visto que há mais Deputados... Porém, as palavras da Mesa não estão a surtir efeito, pois continuam a levantar os braços. Se é assim que querem, vamos seguir a ordem.

Sr. Deputado Pedro Pinto, está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, sim, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para que fique registado em ata que o Chega cedeu tempo ao Sr. Ministro porque quando fazemos um pedido de esclarecimento é para termos respostas, não é depois no final. Senão, os pedidos de esclarecimento não servem para nada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já percebi o ponto.

O Sr. Deputado Hugo Soares também pediu a palavra para uma interpelação à Mesa? É para ser rápido, diga.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para ser dentro do tempo que eu tenho, Sr. Presidente, muito obrigado. Se me conceder a palavra, utilizarei o tempo que tenho!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, não me levará a mal que lhe diga que o Sr. Presidente não assume as decisões do Plenário depois de ele as ter assumido.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Plenário, há tempos, discutiu, na presidência do Sr. Presidente da Assembleia da República, a questão das cedências de tempo nos exatos termos que eu aqui coloquei. Portanto, não me leve a mal, mas a sua opinião nesta matéria é muito pouco relevante.

Ademais...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mesmo assim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não vai interromper. O Sr. Presidente não vai interromper.

Protestos do CH e de Deputados da IL e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, já fez o ponto da sua interpelação à Mesa,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Não, não fiz.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já fez o ponto da sua interpelação à Mesa...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não fiz!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e, portanto, peço que se volte a sentar, porque os trabalhos têm de decorrer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A questão não foi opinativa, a questão foi prática.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O assunto estava resolvido logo nos dois primeiros pedidos de interpelação, feitos pelo Grupo Parlamentar do Chega e pelo Governo. O assunto ficou resolvido, e o que solicitei foi que continuássemos os trabalhos.

Os pontos estão feitos e vamos continuar os trabalhos. Vamos passar à fase das intervenções, porque há Deputados inscritos.

Portanto, acabaram as interpelações à Mesa, os trabalhos têm de decorrer, e é isto que o Regimento impõe, Sr. Deputado. Isto não é opinativo, é regimental.

Protestos de Deputados do PSD.

O seu ponto foi feito, ficou registado na interpelação que fez. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Ele está no uso da palavra!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das intervenções.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Foi interrompido no uso da palavra!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é da Sr.^a Deputada Inês Sousa Real, do PAN, que tem 1 minuto para a fazer.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, quero que fique claro: o Sr. Presidente está, portanto, a tirar-me a palavra. É assim, não é?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já tirou!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É assim, é!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Depois os outros é que são arruaceiros!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Penso que o assunto está clarificado.

Protestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Presidente está, portanto, a tirar-me a palavra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Senta-te, mas é!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — As interpelações foram feitas...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Ainda tem tempo para terminar!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e, portanto, peço ao Plenário que dê condições para continuarem as intervenções.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Era o que faltava ser o Sr. Presidente a dizer quando é que começam e quando é que terminam!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Presidente está a tirar-me a palavra. É assim?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Tem 20 segundos, isto é uma vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não lhe estou a tirar a palavra, estou a dizer que o ponto que queria fazer na sua interpelação ficou óbvio. Era dirigida a uma coisa que supostamente era a opinião do Presidente, isso ficou óbvio. O seu ponto está óbvio.

Vamos continuar os trabalhos, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Presidente não permite, então, que termine a minha interpelação à Mesa. É assim?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, ela já ficou clara, mas tem uns segundos para terminar, então.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, como é evidente, não é intenção da bancada do Grupo Parlamentar do PSD eternizar o debate nem criar nenhum problema regimental. A minha interpelação à Mesa, feita de forma ordeira e absolutamente sensata, de acordo com o Regimento e com a condução dos trabalhos, foi precisamente para colocar o ponto como ele deve ser colocado.

Quero acrescentar que o Sr. Presidente apelou às bancadas para que não fizessem interpelações à Mesa, e fê-lo até, creio, de uma forma que não me parece correta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Continua a falar?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não são as interpelações à Mesa, que são feitas do ponto de vista regimental, que são desrespeitosas para quem está aqui à espera que se passe às votações e aos votos de pesar. O Sr. Presidente não tem mais respeito por essas pessoas do que esta bancada, está bem!?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A ameaçar o Presidente? Continuam as ameaças?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, na próxima Conferência de Líderes poderemos falar também na diferença entre o tom com que se fala...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e o que está subjacente àquilo que se quer insinuar relativamente às outras pessoas.

Aplausos de Deputados do PS.

Vamos continuar.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, tem 1 minuto para a sua intervenção.

Burburinho na Sala.

Peço ao Plenário que dê condições à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real para fazer a sua intervenção.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No entender do PAN, a TAP é um ativo estratégico para o País e não podemos esquecer-nos de que o Estado já enterrou mais de 5000 milhões de euros, nos últimos anos, nesta empresa. Falamos de dinheiro de todos nós, dinheiro dos contribuintes que foi retirado aos hospitais, às escolas, aos demais serviços públicos, e temos de ter uma garantia de que, se os contribuintes pagam, também devem ter o direito a decidir sobre o futuro da TAP.

No nosso entender, deveria existir uma consulta pública mais alargada, como aquela que o PAN defende, e o que tivemos foi o oposto disso. O que tivemos foi uma decisão em cima do joelho que, em nosso entender, não acautela o interesse público e quer privilegiar, sim, os interesses privados à custa do dinheiro dos contribuintes, sem a garantia da manutenção de empregos, sem a garantia de rotas para zonas como os Açores, a Madeira ou os países lusófonos, sem a garantia de que não vamos pagar mais uma vez a fatura dos privados, e até mesmo sem sequer se impor qualquer compromisso climático e ambiental, tendo em conta que a TAP é uma das empresas que mais polui, tanto do ponto de vista nacional como europeu — tal foi a pressa do Governo.

Daí que o PAN hoje acompanhe favoravelmente as propostas que foram apresentadas, porque entende que não só esta decisão é um erro estratégico para o País como não acautelar as dimensões que acabei de referir também o é.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, confesso que não percebo muito bem a posição da esquerda, mas vamos ser claros.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não percebes? És tão inteligente!...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O que o Governo propõe é que a TAP se mantenha maioritariamente pública, tal como a esquerda deseja. O que Governo propõe agora é o mesmo modelo que António Costa aplicou em 2016, em que se traz uma empresa privada para gerir, mas a TAP continua a ser maioritariamente pública.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Tal qual!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O Governo, a esquerda, o Chega, todos defendem uma TAP maioritariamente pública, e todos usando os mesmos argumentos falsos.

Dizem que a TAP pública é essencial para o desenvolvimento do País. É falso! Dois terços dos países da União Europeia, quase todos mais desenvolvidos do que o nosso, não têm uma companhia área de bandeira pública.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Dizem que ter uma TAP pública é essencial para o *hub* de Lisboa. É falso!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Os principais *hubs* da União Europeia — Frankfurt, Amesterdão, Paris, Madrid e Londres, que não é da União Europeia — são todos servidos por companhias aéreas privadas.

Dizem que ter uma TAP pública é essencial para a coesão territorial do País. É falso! Foi como empresa pública que a TAP diminuiu o seu peso nos aeroportos do Porto, de Faro, do Funchal, de Ponta Delgada. Enquanto a TAP pública diminuía o seu peso para se concentrar em Lisboa, foram as empresas privadas a garantir o crescimento de passageiros nesses aeroportos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Dizem que a TAP pública é essencial para garantir a ligação às comunidades emigrantes. É falso! Os principais destinos de emigração já são todos servidos por companhias aéreas privadas, e uma TAP privada continuaria certamente a servir estes destinos.

Mentiras, mentiras e mais mentiras, que nem por serem repetidas 1000 vezes se tornam verdade.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Mentiras para justificar a continuação da influência política na TAP, mentiras para manter a nomeação de administradores partidários, mentiras para continuarem todos os favores políticos que foram expostos na CPI (comissão parlamentar de inquérito).

Srs. Deputados, por coincidência, faz hoje exatamente dois anos que tivemos António Costa, nesta Casa, a assumir o erro que fez em 2016 e a admitir privatizar a totalidade da TAP. Demorou sete anos, mas até António Costa percebeu e aprendeu com o erro. Seria bom que este Governo também aprendesse.

Aplausos da IL.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, comentava só, em relação àquilo que se discutia há pouco, que quem nunca esgotou o tempo para não ter de responder a perguntas atire a primeira pedra, mas isso também tem, naturalmente, leituras políticas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Interpretação abusiva!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, reconheço que a posição da Iniciativa Liberal é inteiramente coerente.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Certo!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — A Iniciativa Liberal não reconhece na TAP valor estratégico para o País. Aquilo que lhe pergunto, até tendo em conta o regresso à ribalta de uma personalidade que, em tempos, defendeu que os pastéis de nata poderiam ser o maior produto de exportação nacional,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E são, por acaso são!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... se o senhor está disposto a abdicar da maior empresa exportadora do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, para responder com uma capacidade de síntese fantástica, faça favor.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, aquilo que rejeitamos é que um papel estratégico tenha de ser desempenhado, apenas, por uma empresa pública, tal como o PS acha.

Aplausos da IL.

Aquilo que poderemos ter é que, em breve, a TAP até poderá vir a ser gerida por uma empresa alemã, mas se as coisas correrem mal seremos nós a...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, para uma intervenção, dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Ministros, Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A privatização da TAP é um compromisso da AD e é um compromisso que foi inscrito no Programa do Governo. Por isso, ao estarmos a realizar a privatização da TAP, estamos a cumprir um compromisso que assumimos perante os portugueses.

O CDS sempre foi a favor da privatização da TAP. Tivemos um papel ativo na privatização da TAP, em 2015, no anterior Governo PSD/CDS, de que nos orgulhamos, e continuaremos a defender a privatização da TAP.

Infelizmente, essa privatização foi revertida pelo Partido Socialista, foi mal revertida, e, hoje, temos novamente de reprivatizar a empresa. Agora, é a extrema-esquerda que está a tentar impedir a reprivatização da companhia, e fá-lo por meros complexos ideológicos,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Outra vez?! Mude a cassetel!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... fá-lo por mera cegueira ideológica.

Para a esquerda, o Estado tem vocação para gerir companhias aéreas. Não, Srs. Deputados, o Estado não tem, nem deve ter, essa vocação. Para nós é muito claro: o Estado não deve ser gestor de uma companhia aérea em Portugal.

Este processo de privatização é feito com total transparência e com princípios muito claros. Em primeiro lugar, queremos fazer crescer a companhia com investimentos de novos parceiros privados. Como sabem, ou deveriam saber, o Estado está impedido de fazer esses investimentos, em virtude de normas europeias que existem e que os senhores deveriam conhecer.

Em segundo lugar, queremos manter a marca, a sede e a direção em Portugal.

E finalmente, algo que para os Srs. Deputados pouco interessa, queremos tentar recuperar, pelo menos, parte dos 3,2 mil milhões de euros que foram enterrados na empresa aquando da nacionalização.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Parece-nos que este é um processo sensato e um processo prudente. Sensato, porque analisa as várias propostas de investidores com forte presença no mercado europeu. Prudente, porque mantém a maioria do capital do lado do Estado, nesta primeira fase da privatização, para acautelar decisões estratégicas no futuro.

Desconheço os interesses e os objetivos da extrema-esquerda em tentar impedir esta privatização, a não ser a cegueira ideológica. Mas uma coisa eu sei, se esta privatização não se fizesse, não seria possível recuperar, pelo menos, parte do dinheiro que o Estado enterrou, e isso seria um péssimo sinal para os contribuintes.

Srs. Deputados, para nós é muito claro: queremos recuperar o dinheiro dos contribuintes, queremos pôr a TAP a crescer e, por nós, a TAP será privatizada.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao próximo interveniente, dou a conhecer à Câmara que está a assistir aos nossos trabalhos, na galeria, uma delegação de Srs. Deputados que participam na reunião preparatória do Grupo de Ligação das Jornadas Parlamentares do Atlântico, constituída por Srs. Deputados da Assembleia Nacional de Cabo Verde, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e do Parlamento das Canárias.

Aplausos gerais.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Governantes: Já disse e repito, quando o serviço público falha, a privatização é uma ponderação. Neste processo, uma vez mais, o Estado português falhou, e pode sacrificar e colocar em causa o interesse nacional no altar dos grandes negócios privados.

Para o JPP, o essencial são as garantias de serviço público, salvaguardar rotas estratégicas, principalmente com as regiões autónomas e a nossa diáspora, assegurar condições justas de mobilidade e, acima de tudo, acabar com o atual modelo de mobilidade, vigente entre as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Enquanto essas garantias não forem asseguradas, o JPP não acompanha este processo. Privatizar sem proteger e assegurar, preto no branco, a coesão territorial é trair quem vive fora do território continental.

Aplausos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sr. Ministro, começo por lhe dizer que é mais fácil fugir à responsabilidade de uma resposta do que responder, mas compreendo que

o nível de exigência da pergunta que a Deputada Marta Silva lhe colocou também o deixou, de certa forma, incomodado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Voltando ao debate, Sr. Ministro, o Chega, como já disse, está disponível para analisar este dossiê, está disponível para a venda de uma certa parte do capital social da companhia, até porque tem de haver moderação neste debate. Quando a extrema-esquerda e a Iniciativa Liberal entram a debate, torna-se mais complicado haver essa moderação,...

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

... e por isso está cá o Chega, para fazer o papel que lhe cumpre.

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Até vos custa aplaudir!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, acho estranho, acho muito estranho, como é que, num debate com esta importância, o Grupo Parlamentar do PS ainda tem o desprante de colocar o Deputado Frederico Francisco —...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... que, imagine-se só, foi o número dois de João Galamba, um dos principais ativos tóxicos que passaram pelo Governo a gerir a companhia! — a intervir.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, pelo menos, não entravam no debate. Não entravam no debate! Meter o Deputado Frederico Francisco, ou é para o queimar em praça pública,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

...ou é para dizer: «Não temos interesse em debater.»

Sr. Ministro, voltando ao tema, o que é que lhe pedimos? Como ainda temos algum tempo, pedimos que o Sr. Ministro, responsável pela tutela do XXV Governo Constitucional, desta vez, não faça a venda à 25.^a hora. Tem tempo! Não faça como em 2015.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Prepare a operação, reúna com os grupos parlamentares e aceite... Já sei que aceitou algumas ideias do Chega nesta matéria, nomeadamente a de alargar o âmbito do concurso a outros *players* do mercado, e fez muito bem! Fez muito bem em não ficar restrito àqueles três que dizia.

Sr. Ministro, se estiver na disponibilidade de aceitar as propostas que o Chega introduziu — e que, certamente, já teve oportunidade de ler —, nomeadamente a de uma comissão especial, com transparência e fiscalização, em que, naturalmente, o Sr. Primeiro-Ministro dê ordem ao ministro da tutela para a constituir e haja representantes do Tribunal de Contas e da Assembleia da República, com os três principais grupos parlamentares a indicarem um Deputado para estar presente nessas reuniões,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso é o que vocês querem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... dessa forma poderemos começar o diálogo.

Da mesma forma, queremos que todos — mas todos! — os contratos, parceiros e relatórios sejam remetidos, sempre, à Assembleia da República e ao Tribunal de Contas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E, muito importante para nós — ao contrário da Iniciativa Liberal, nós defendemos o que é nosso, e o que é nosso é a nossa bandeira, é o nosso território —, jamais aceitaremos viabilizar se não mantivermos o *hub* em Lisboa, se não mantivermos a companhia a voar para a nossa diáspora e para as nossas regiões autónomas, sempre a carregar o verde e o vermelho na parte de trás do avião.

Aplausos do CH.

É isso que queremos, é isso que defendemos, e se estiverem disponíveis têm o nosso apoio.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a missa do meio-dia!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É apenas para pedir ao Sr. Presidente — e, em particular a toda a Câmara, mas através de si — que, embora naturalmente possamos divergir, não se tente condicionar as intervenções de outros Deputados qualificando-as como «desplante».

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Essa responsabilidade, que todos temos, expressa inclusive no Estatuto dos Deputados e no Código de Conduta que temos, é particularmente relevante para aqueles que têm a obrigação, eleitos por este Plenário, de gerir os nossos trabalhos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso é uma interpelação ou é uma defesa da honra?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Sr. Deputado Filipe Melo é um membro da Mesa e, por isso, quando faz isso é especialmente grave.

Aplausos do PS e do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estou a falar daqui, da bancada, não é da Mesa!

O Sr. **Presidente**: — Está feita a interpelação à Mesa. Foi uma interpelação, mesmo, e, portanto, agradeço ter respeitado a figura regimental.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi uma interpelação, mesmo?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, tem 52 segundos, mais a tolerância, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, julgo que nesta fase do debate já são claras as posições. Tenho apenas duas perguntas que gostaria de deixar ao Sr. Ministro.

Há uma rábula sobre um elefante que podemos, na verdade, transferir para um avião: «Como é que se passa um A380 por debaixo da porta? Às fatias!»

Eu gostaria de saber que garantias é que o Sr. Ministro nos dá de que as fatias da privatização da TAP acabarão nos 49,9 % e não chegarão aos 100 % da companhia.

Uma segunda pergunta, que me parece a mais essencial e estruturante, é no sentido de saber qual é, afinal, a visão do Governo para a TAP, tenham o Governo e o Estado 100 % da companhia, tenham 50,1 %. É que neste debate e nos debates anteriores que aqui temos tido sobre a TAP, da parte do Governo só ouvimos razões para a privatização, não ouvimos nunca nada em relação àquilo que o Governo quer para a TAP daqui para a frente, seja com que percentagem for!

Nós temos uma visão clara de uma TAP forte, que seja exemplo a nível mundial. Da parte do Governo, continuamos ainda à espera de saber qual é, afinal, a visão que tem para a companhia.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, que dispõe de 4 minutos e 5 segundos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros e Srs. Secretários de Estado: Relativamente a este debate, a posição do Grupo Parlamentar do PSD é bastante coerente, ao longo do tempo, ao longo dos anos.

Começo esta minha primeira intervenção, porque não consegui entender aquilo que, há pouco, o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, referiu quando disse que o Governo da AD deveria aprender com o erro.

Ora, penso que se há partido e se há Governo que, ao longo da sua história e também do seu presente, está a privatizar a TAP, tal como já o fez no passado, são os Governos do PSD e do CDS; portanto, não consigo entender qual é a falta de coerência ou o erro que o Sr. Deputado nos aponta.

Protestos do Deputado do PS Francisco César.

Por outro lado, percebo que o Partido Socialista está aqui com uma postura relativamente delicadoce: faz umas pequenas intervenções, não se quer comprometer muito no debate. E, com simpatia e respeito democrático, percebo-o: um partido que, desde os anos 90, nos últimos 30 anos, relativamente à TAP já defendeu tudo e o seu contrário — já privatizou, ou tentou privatizar; já colocou privatizações no memorando da troica; já reverteu parcialmente; já nacionalizou a 100 % e, há dois anos, queria privatizar mais de 51 %, mas o Presidente da República vetou. E hoje tem uma postura diferente.

E atenção, digo isto até com uma certa simpatia, porque se olhasse para o meu passado e verificasse que já tive tantas posições sobre um assunto, a melhor forma de eu aprender com o passado e procurar melhorar no futuro é ter uma postura de maior cautela.

Portanto, penso que essa postura, por parte do Partido Socialista, de mais cautela, mais serena, mais sensata é positiva. Até porque ninguém se esquece que a TAP faz, provavelmente, parte de talvez um dos maiores cadastros políticos da história do Partido Socialista na última década.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Portanto, neste debate, eu registo essa moderação.
Quanto ao partido Chega, tem a preocupação com a bandeira.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sei muito bem o que vais dizer!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Sr. Deputado Filipe Melo saberá que há uma série de companhias que têm capital privado e que voam com bandeiras de países. Portanto, se é essa a vossa grande preocupação, penso que estará acautelada.

Mas permitam-me, porque tenho mesmo de ir aos proponentes deste debate.

O Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação já explicou os fundamentos deste processo: participado, discutido e claro do ponto de vista democrático e político. Colocámo-lo no programa da AD, colocámo-lo no Programa do Governo e estamos a avançar com aquilo que dissemos ao povo português.

Agora, quando penso naquilo que, quer o Partido Comunista, quer o Bloco de Esquerda, quer o Livre, defendem neste debate, faz-me recordar um filme que já tem mais de 20 anos, que é o filme *Good Bye Lenin!*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É um bom filme!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Há uma senhora, neste filme, que acorda de um coma, sai à rua e vê um helicóptero. Pensando que ainda estava na RDA (República Democrática Alemã), viu um helicóptero a transportar uma estátua de Lenine.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Por acaso, não vi!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O filme, depois, tem uma trama em que o filho tenta que ela não perceba que já houve uma reunificação e que o muro de Berlim já acabou, e eu penso, ao ouvir e ler a vossa apreciação parlamentar, que os senhores parecem a senhora do filme *Good Bye Lenin!*

Risos de Deputados do PSD.

É que não percebem que o muro de Berlim já caiu, não conseguem identificar uma grande companhia aérea europeia que não tenha ou capital privado ou capital misto, como privado e público, não conseguem dizê-lo.

O muro de Berlim já caiu, a realidade ultrapassa a vossa ideologia; no filme, a ilusão da senhora até acabava por terminar. Mas sabem o que me custa? A diferença entre a ilusão da senhora do filme, que não sabia que o muro de Berlim já tinha caído, e a vossa é que a vossa já custou mesmo muito, muito dinheiro aos contribuintes portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista. Tem 2 minutos e 32 segundos.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente: Era certo que, neste debate, tinha de vir algum ataque do Chega ao Partido Socialista. Desta vez, não foi por causa dos 3200 milhões de euros que metemos na TAP, mas um ataque pessoal e que, na verdade, nem sequer é dirigido a mim,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é pessoal!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... é dirigido a pessoas que nem sequer estão aqui para se defenderem.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E ainda bem que não estão!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Mas, desta vez, na verdade, o Chega é até acompanhado pelo PSD a dizer que os socialistas fizeram isto, fizeram aquilo e tiveram esta e aquela posição...

Srs. Deputados, o Chega e o PSD concordam a dizer que é importante o *hub*, que são importantes as rotas para as ilhas, a bandeirinha nos aviões. Até ficou o gesto do Deputado André Ventura, não é? A bandeirinha nos aviões.

O orador fez um gesto que remete à colagem de um autocolante.

Protestos de Deputados do CH.

Srs. Deputados, nos últimos 10 anos, nos últimos 15 anos, na escala de tempo que vocês quiserem, se não fossem as decisões que o Partido Socialista tomou no Governo, com coragem, hoje em dia não haveria TAP para defender, não haveria aviõezinhos onde meter a bandeira.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Havia aquilo que a Iniciativa Liberal quer!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Por isso, não temos problema nenhum em admitir e em defender que, sim, nós investimos 320 milhões de euros dos contribuintes na TAP, porque a TAP gera 4 mil milhões de euros em exportações para o País todos os anos.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

Protestos do Deputado do PSD Hernâni Dias.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — E é por reconhecer isso, que é preciso crescer e que a TAP tem de ter capacidade de crescer, que nós somos favoráveis a que a TAP encontre um parceiro para poder crescer e se poder desenvolver.

Falo de um parceiro e não especificamente de um parceiro privado porque, na verdade, entre os potenciais candidatos à compra de uma participação na TAP existem companhias privadas, existem companhias com participações públicas, existem até empresas que são 100 % detidas por Estados ou, se pensarmos, até por famílias que controlam Estados.

Por isso, reconhecemos que a TAP precisa de crescer, de ter capacidade de desenvolvimento, de estar integrada numa rede global, porque sabemos como funciona este setor hoje em dia, e precisa de ter poder negocial junto dos fabricantes de aviões, que são o principal ativo estratégico.

Por outro lado, não abdicamos do papel estratégico do Estado na TAP, porque é a única forma de garantirmos que a TAP continua a existir e que continua a desempenhar todos os papeis...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Estado, Estado e Estado!

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... que todos, com a exceção da Iniciativa Liberal, concordamos que tem de desempenhar.

Por isso, assinalo que o PSD também perdeu a oportunidade de responder à pergunta que dirigi ao Sr. Ministro, que é: se conseguirem privatizar a 100 % a TAP — até porque estava no vosso programa eleitoral —, como é que garantem o interesse estratégico do Estado na TAP e que a TAP continue a ser um ativo estratégico para o Estado? Continuam a não responder!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, vamos para a fase de encerramento. Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, para a intervenção de encerramento. Tem 2 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo**: — Sr. Presidente: Vou também começar por contar uma história ao Sr. Deputado. Não lhe vou fazer nenhum *spoiler*, porque já está feito. É a história de um povo, do nosso povo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Povo? Povo?! Tentáculos do PCP!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Desse que pagou, dos seus bolsos, 6 mil milhões de euros por causa do buraco do BES (Banco Espírito Santo) e do novobanco. Foram 6 mil milhões de euros nesse buraco, mais 16 mil milhões de euros, no conjunto, para a banca privada.

Esse povo ficou a arder com 20 mil milhões de euros à custa da negociata da ANA (Aeroportos de Portugal). Do bolso desse povo saíram 3,2 mil milhões de euros para investir na TAP, sabemos bem que para limpar os negócios ruinosos da privatização, para capitalizar as empresas e acudir ao problema que todas as empresas no mundo e em Portugal tiveram, que foi a pandemia.

Depois disso, depois da empresa limpa, depois de a empresa estar a dar lucro, depois de a empresa estar a contribuir com aquilo que se pretende, é privatizar. É esta a grande solução aqui apresentada.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Acho que até as empresas pequeninas deveriam ser públicas! Tudo público!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Ministro falou aqui, bem como vários Deputados, da legitimidade política, porque estava no programa. Sr. Ministro, com todo o respeito: também está no seu Programa do Governo o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, e isso não quer dizer que seja uma medida correta.

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Não está!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Também está no seu Programa do Governo a desregulação brutal dos contratos de trabalho, a aceitação da precariedade, de mais horas, de mais tempo de trabalho e o ataque aos direitos de quem trabalha e isso não quer dizer que seja justo.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

Portanto, a legitimidade política não se mede por aquilo que está escrito.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás a virar o bico ao prego!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E é preciso ainda dizer uma outra coisa. É que travar a privatização é a única condição que há para responder a todos esses anseios que agora se querem salvaguardar: é a bandeira, é o *hub*, é a sede, nada disso se pode garantir com um processo de privatização.

E que não haja ilusões: o que está inscrito é um objetivo claro de privatização total da TAP. Não vale a pena andarmos com ilusões nem vale a pena estar a alimentar falsas ideias: é este o objetivo e é perante este objetivo que vamos continuar a lutar com as forças que temos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Avante, camarada!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, também para a intervenção de encerramento, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação. Tem 2 minutos.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas e Habitação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ó Srs. Deputados, façam-nos justiça. Não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira, nem será a última que falaremos da TAP neste areópago, neste espaço. Com total transparência, nunca fugi a nenhuma questão. Sabem bem disso, façam-me essa justiça.

A Sr.^a Deputada Marta Silva também sabe que, de todas as vezes que vim a este espaço, a esta Câmara que muito respeito, respondi com total clareza sobre aquilo que está a ser feito na TAP. Hoje, temos uma TAP, S.A. que está a ser privatizada, e temos uma TAP, SGSP, hoje renomeada, onde estão todos esses ativos a que se referiu.

É tão claro quanto isso, e não preciso da cedência do tempo do Chega, que agradeço, para responder com total transparência, como sempre, sempre faço, e VV. Ex.^{as} sabem disso.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Frederico Francisco, deixe-me dizer-lhe duas coisas. Convirá que não me compete a mim explicar-lhe como é que pode fazer o escrutínio daqui para a frente. Temos a Assembleia da República e temos um processo absolutamente claro, em que cada fase terá uma resolução do Conselho de Ministros, cada fase será escrutinada pelo Tribunal de Contas, pela comissão independente que foi criada, pela ETF (Exchange Traded Fund), pela PARPÚBLICA (Participações Públicas, SGPS, S.A.) e, como disse, o Conselho de Ministros terá, em cada uma das fases, a palavra final. E este espaço, esta Câmara terá a palavra absoluta quanto ao escrutínio. É isso que lhe quero dizer.

Quanto aos 100 %, convido-os a começar por ler o decreto-lei do PS que previa privatizar mais de 51 %.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Ministro, ainda tem 1 minutinho para responder!

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto da nossa ordem do dia.

Vamos passar às votações. Pedia que todos os Srs. Deputados se registassem, para podermos verificar o quórum, e despeço-me dos Srs. Membros do Governo que, neste momento, deixam a nossa sessão.

Pausa.

Se algum dos Srs. ou Sr.^{as} Deputadas tiver dificuldade no respetivo registo, peço que se anuncie, para que a Mesa e os serviços fiquem com o registo.

A Sr.^a **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, não me consigo registar.

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, também não consigo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, também não me consigo registar.

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguém?

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Sr. Presidente, também não consegui.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Sr. Presidente, eu também não.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguém?

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Sr. Presidente, também não consigo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do PS, também, bem como o Sr. Deputado Pedro Roque, do PSD.

Mais alguém?

Se mais ninguém tem dificuldade, então podemos encerrar o registo e fazer a verificação de quórum.

Pausa.

Estão presentes 181 Sr.^{as} e Srs. Deputados, portanto, temos quórum deliberativo.

Vamos então passar às votações e pedia especial atenção a todos os Srs. Deputados porque temos 25 páginas de votação e creio que é do interesse de todos que as votações decorram com a fluidez mais adequada.

Pedia aos Deputados para se sentarem, porque vamos entrar num ponto importante da nossa agenda, e avisar os serviços da presença de quem chegou agora.

Projeto de Voto n.º 84/XVII/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de José António Camacho, Deputado à Assembleia Constituinte e antigo governante madeirense, que vai ser lido pela Sr.^a Deputada Vânia Jesus, do PSD. Faça o favor de ler o respetivo projeto de voto.

A Sr.^a **Vânia Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«Faleceu José António Camacho.

Nascido em abril de 1946, foi Deputado à histórica Assembleia Constituinte de 1975, eleito pelo então Partido Popular Democrático (PPD), tendo igualmente integrado a I Legislatura da Assembleia da República. O seu percurso parlamentar ficou marcado pelo contributo decisivo para a aprovação da Constituição da República Portuguesa, instrumento fundamental para a consagração da autonomia das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Foi o primeiro Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio do I Governo Regional da Madeira e a ele se atribuiu responsabilidade pela definição e implementação das primeiras políticas económicas da região.

Foi professor nas áreas da Matemática e da Economia e destacou-se ainda como dirigente do BANIF, mantendo sempre uma ligação ativa à vida cívica, económica e institucional da região.

O seu contributo nos anos iniciais da autonomia política da Região Autónoma da Madeira e para a afirmação dos seus órgãos de Governo próprio, eterniza o seu nome, pelo que merece a devida vénia e uma justa homenagem.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de José António Camacho, antigo governante e Deputado à Assembleia Constituinte, prestando pública homenagem à sua memória e endereçando à sua família e amigos as mais sentidas e respeitosas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Prosseguimos, com o Projeto de Voto n.º 99/XVII/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte de Ricardo Neto, pioneiro do cinema de animação em Portugal, que será lido pelo Sr. Secretário Gabriel Mithá Ribeiro.

O Sr. **Secretário** (Gabriel Mithá Ribeiro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

«No passado dia 22 de julho de 2025, faleceu, aos 87 anos, Ricardo Neto, pioneiro do cinema de animação português, cuja vida e obra marcaram profundamente a cultura do nosso País.

Natural de Lisboa, Ricardo Neto dedicou mais de seis décadas à valorização da animação enquanto forma de expressão artística e educativa. Fundador da produtora Topefilme e colaborador próximo da RTP, contribuiu decisivamente para o crescimento do setor audiovisual, sendo responsável por inúmeras obras que influenciaram gerações, desde curtas-metragens premiadas a projetos televisivos de grande impacto. A sua criatividade e originalidade abriram caminho para o reconhecimento internacional da animação portuguesa, então ainda incipiente, projetando o nome de Portugal em festivais de prestígio.

Além do seu percurso como realizador, Ricardo Neto desempenhou um papel central na formação de novos talentos. Entre os seus trabalhos mais emblemáticos está *O Romance da Raposa*, série de animação baseada na obra de Aquilino Ribeiro, adaptada por Maria Alberta Menéres e produzido pela empresa Telecine-Moro, tendo sido a primeira série de animação produzida inteiramente em Portugal a ser exibida em televisão.

O seu falecimento constitui uma perda para a cultura e para a memória coletiva do País, ficando o seu legado como exemplo de profissionalismo e dedicação à arte.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República exprime o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Ricardo Neto e endereça sentidas condolências à sua família, aos amigos e a toda a comunidade artística e cinematográfica portuguesa.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

O Governo associa-se também a todos os votos que são apresentados.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Segue-se a apreciação do Projeto de Voto n.º 100/XVII/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Fernando Guimarães, poeta, ensaísta e tradutor da literatura portuguesa, que será lido pelo Sr. Secretário Gabriel Mithá Ribeiro.

O Sr. **Secretário** (Gabriel Mithá Ribeiro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No passado dia 11 de julho de 2025, Portugal perdeu uma das figuras mais marcantes da sua vida literária e cultural. Fernando Guimarães, poeta, ensaísta e tradutor, faleceu aos 97 anos, deixando um legado ímpar na poesia contemporânea portuguesa e no pensamento literário.

Natural do Porto, Fernando Guimarães foi um dos principais nomes da poesia portuguesa do pós-II Guerra Mundial, com uma carreira marcada por uma linguagem lírica, filosófica e introspetiva. Formou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra, tendo sido professor do ensino secundário e investigador do Centro de Estudos do Pensamento Português da Universidade Católica.

Enquanto figura incontornável da nossa literatura, Fernando Guimarães publicou o seu primeiro livro de poesia em 1956, *A Face Junto ao Vento*, e continuou a publicar diversas obras, tanto poéticas como ensaísticas, com grande contributo nos estudos de estética literária, simbolismo e modernismo.

A sua partida representa uma perda profunda para a cultura portuguesa. A sua obra, de dimensão crítica, tradutora e poética, enriquecia o nosso panorama literário e inspirava leitores, estudantes e investigadores.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República exprime o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Fernando Guimarães, prestando homenagem à sua memória e ao seu inestimável contributo para a cultura nacional, e endereça sentidas condolências à sua família, amigos e à comunidade literária portuguesa.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Segue-se a apreciação do Projeto de Voto n.º 107/XVII/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de António Manuel Fernandes Alves. Peço ao Sr. Deputado Bruno Vitorino, do PSD, o favor de o ler.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

«António Manuel Fernandes Alves nasceu a 12 de junho de 1932. Natural de Vendas Novas, foi na cidade de Setúbal que se fixou e se destacou no campo profissional, político e associativo.

Administrador de empresas, António Alves foi um líder comunitário e um líder político que marcou a região, deixando um legado de serviço público e de solidariedade.

Dirigente dos órgãos concelhio e distrital do Partido Social Democrata, António Alves foi Presidente do Centro Coordenador do Trabalho Portuário de Setúbal, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, membro da Assembleia Municipal de Setúbal por inerência e Deputado à Assembleia da República na VI Legislatura, integrando as Comissões Parlamentares da Saúde, Agricultura e Mar, Equipamento Social e ainda a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Hospital de Beja.

Sempre ligado às pessoas, às instituições e à cidade, ao longo da sua atividade, António Alves evidenciou um forte compromisso com o associativismo local, desempenhando funções em múltiplas instituições de solidariedade social, desportivas, culturais e de ensino, de que são exemplos a Associação Cívica «Por Setúbal», Clube Setubalense, Vitória Futebol Clube e Clube Naval Setubalense. O seu empenho no combate às desigualdades sociais ficou bem patente na sua passagem como Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome no distrito de Setúbal e Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

Um conciliador e um homem bom, António Alves deixou-nos no dia 11 de agosto de 2025, aos 93 anos de idade.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, expressa o seu profundo pesar pela morte de António Manuel Fernandes Alves e endereça à sua família e amigos os mais sentidos pêsames.»

Perdi um amigo. Portugal ficou mais pobre.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Projeto de Voto n.º 109/XVII/1.^a (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Teresa Caeiro, de quem guardo boa memória. Prestou serviços relevantes ao País em diversos cargos políticos, entre os quais o de Vice-Presidente desta Assembleia, e endereço, enquanto Presidente da Assembleia da República e em meu nome pessoal, os sentidos pêsames à família, que aqui está presente, e respetivos amigos.

O Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP, irá ler o respetivo projeto de voto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

«Teresa Caeiro nasceu em Lisboa a 14 de fevereiro de 1969.

Licenciou-se em Direito, área na qual se tornou Mestre. Nos anos seguintes à formação, exerceu funções no Grupo Legal Português, no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Primeira Instância da União Europeia e na Portugália Airlines.

Nos anos 90, foi convidada por Paulo Portas para a função de assessora jurídica do Grupo Parlamentar do CDS, passando depois a Chefe de Gabinete.

Enquanto militante do CDS, iniciou o seu percurso político na Assembleia de Freguesia das Mercês, entre 1997 e 2001.

Teresa Caeiro foi eleita Deputada à Assembleia da República nas eleições legislativas de 2002. A 14 de maio do mesmo ano, foi nomeada Governadora Civil de Lisboa, cargo que exerceu com especial proximidade e preocupação social, destacando-se no apoio a associações humanitárias de bombeiros voluntários e a instituições particulares de solidariedade social.

Em setembro de 2003, assumiu funções como Secretária de Estado da Segurança Social, no XV Governo Constitucional. No Executivo seguinte, foi Secretária de Estado das Artes e dos Espetáculos.

Em 2005, Teresa Caeiro regressou ao Parlamento e quatro anos depois foi eleita Vice-Presidente da Assembleia da República, cargo que exerceu durante 10 anos. Da sua atividade parlamentar destacam-se as iniciativas na área da saúde, dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Realçamos o seu esforço, bem-sucedido, pela prescrição de medicamentos por princípio ativo e pela inclusão da vacina contra o cancro do colo do útero no Plano Nacional de Vacinação.

No CDS, foi dirigente distrital, nacional e Vice-Presidente.

Foi condecorada com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, a 26 de maio de 2009.

Atualmente, era jurista na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Teresa Caeiro, Tegui para tantos os que consigo se cruzaram, deixou-nos no dia 14 de agosto, mas o seu legado será sempre fonte de inspiração. Lembramos a sua generosidade, proximidade e dedicação aos mais vulneráveis. Foi uma figura marcante da política portuguesa, distinguindo-se pela sua integridade, humanismo, inteligência e profundo sentido de serviço público.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Teresa Caeiro, antiga Deputada e Vice-Presidente da Assembleia da República, e endereça aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências.»

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Prosseguimos, com o Projeto de Voto n.º 128/XVII/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes. Peço ao Sr. Secretário da Mesa Francisco Figueira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«A 31 de agosto de 2025, faleceu o Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes, antigo Chefe do Estado-Maior da Armada entre 2010 e 2013.

Nascido em Lisboa, a 5 de agosto de 1949, ingressou na Escola Naval em 1968 e desenvolveu uma carreira exemplar ao serviço de Portugal e da Marinha Portuguesa. Foi instrutor na área das comunicações, comandou a Esquadilha de Helicópteros da Marinha e a fragata *Corte Real*, participando em missões internacionais de relevo, como o resgate, na Guiné-Bissau, em 1998, e a Operação *Allied Forces*, no Kosovo, em 1999.

Ao longo da sua carreira, desempenhou funções de destaque, nomeadamente como Subchefe do Estado-Maior da Armada, Comandante Naval e Chefe da EUROMARFOR, culminando no exercício das funções de Chefe do Estado-Maior da Armada, cargo em que se distinguiu pela sua liderança, visão estratégica e dedicação incondicional ao País.

O Almirante Saldanha Lopes foi galardoado com diversas condecorações nacionais e internacionais, entre as quais a Ordem Militar de Avis, testemunho do reconhecimento pelos serviços prestados à Pátria.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento do Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes, prestando homenagem à sua memória e endereçando sentidas condolências à sua família e à Marinha Portuguesa.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Proseguimos com o Projeto de voto n.º 143/XVII/1.^a (apresentado pelo PS e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de José Junqueiro, antigo Deputado nesta Assembleia, cuja família está presente na galeria e a quem transmito pessoalmente os meus sentidos pêsames.

Peço ao Sr. Deputado Armando Mourisco, do Partido Socialista, o favor de ler o projeto de voto.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Foi com profundo pesar que a Assembleia da República tomou conhecimento do falecimento de José Junqueiro, figura de grande relevância na vida política e cívica do nosso País, no passado dia 16 de julho.

Natural de Viseu, José Junqueiro, doutorado em Didática das Línguas Clássicas pela Universidade de Aveiro, revelou desde cedo uma vocação marcada pelo serviço público, pela defesa da justiça e pelos ideais democráticos.

Homem de convicções firmes, espírito democrático e de trato afável, José Junqueiro foi uma referência a nível nacional e, também, na região de Viseu, tendo deixado uma marca indelével de compromisso com o desenvolvimento local, a coesão territorial e o aprofundamento da cidadania, associados à modernização, à simplificação administrativa e à transparência.

Ao longo da sua vida profissional, destacou-se como professor universitário e, sobretudo, como um cidadão empenhado na construção de uma sociedade mais justa e solidária, tendo sempre pautado a sua ação por uma dedicação exemplar à causa pública.

Professor aposentado da Universidade de Aveiro, exerceu diversas funções políticas, entre as quais se destacam as de Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária (2000-2002) e de Secretário de Estado da Administração Local (2009-2011).

Militante do Partido Socialista, por várias vezes foi membro do seu Secretariado Nacional, liderou a Federação Distrital de Viseu do Partido Socialista e foi vereador na Câmara Municipal de Viseu. Foi consecutivamente eleito Deputado à Assembleia da República pelo PS entre 1995 e 2015, sempre pelo círculo eleitoral de Viseu, tendo exercido as funções de vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Autor de várias publicações na área científica da sua especialidade, mereceu também reconhecimento internacional, representando Portugal na Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, onde chegou a presidir à Comissão de Cooperação Política e de Segurança.

Neste momento de luto, a Assembleia da República presta homenagem a um servidor do Estado que, com integridade e sentido de missão, contribuiu decisivamente para o fortalecimento da nossa democracia.

À família enlutada, aos amigos, ao Partido Socialista e a todos os que com ele conviveram e trabalharam, a Assembleia da República endereça as suas mais sentidas condolências.»

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade e aclamação, de pé, registando-se a ausência do BE.

Passamos agora ao Projeto de Voto n.º 146/XVII/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de Jorge Costa, que peço à Sr.^a Secretária Joana Lima o favor de ler.

A Sr.^a **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no dia 5 de agosto de 2025, aos 53 anos, Jorge Costa, um dos mais marcantes defesas-centrais do futebol português, antigo capitão e dirigente do Futebol Clube do Porto e internacional de renome ao serviço da Seleção Nacional.

Formado nas camadas jovens do Futebol Clube do Porto, clube que o moldou e ao qual permaneceu ligado toda a vida, Jorge Costa tornou-se símbolo de garra, lealdade e liderança. Como capitão dos Dragões, conquistou um palmarés ímpar: oito Campeonatos Nacionais, cinco Taças de Portugal, cinco Supertaças, a Taça

UEFA (2003), a Liga dos Campeões da UEFA (2004) e a Taça Intercontinental. A nível internacional, vestiu por 50 vezes a camisola da Seleção AA, participou em fases finais de Europeus e Mundiais, e integrou a geração que venceu o Campeonato do Mundo de Sub-20, em 1991, formando parte da célebre Geração de Ouro.

Conhecido como «o Bicho», pela sua intensidade em campo, destacou-se pela marcação implacável, pelo espírito de sacrifício e pela defesa intransigente dos valores do clube.

Após terminar a carreira de jogador, prosseguiu como treinador em Portugal e no estrangeiro, assumindo mais recentemente funções de direção no Futebol Clube do Porto, sempre com a mesma dedicação e sentido de missão.

A sua personalidade combativa, a postura ética, o respeito pelos adversários e a paixão inabalável pelo jogo fazem dele um exemplo para várias gerações. Jorge Costa foi mais do que um atleta de excelência, foi um líder carismático, um símbolo de fidelidade ao seu clube e à Seleção e um embaixador do desporto português.

Perante esta perda irreparável, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, presta homenagem à memória de Jorge Costa, reconhece o seu inestimável contributo para o futebol nacional e internacional e endereça à sua família, amigos, ao Futebol Clube do Porto e a toda a comunidade desportiva as mais sentidas condolências.»

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

De seguida temos o Projeto de Voto n.º 147/XVII/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de Manuel Maria Trindade, forçado do Grupo de Forçados Amadores de São Manços, que vai ser lido pelo Sr. Secretário Gonçalo Valente.

O Sr. Secretário (Gonçalo Valente): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«A Assembleia da República manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Maria Trindade, jovem forçado de 22 anos do Grupo de Forçados Amadores de São Manços, ocorrido a 23 de agosto de 2025, em Lisboa, na sequência das gravíssimas lesões sofridas na corrida do dia anterior, ao enfrentar corajosamente um toiro na arena no Campo Pequeno.

Natural de São Manços e filho de forçado, Manuel sempre viveu a paixão pela tauromaquia. Fardou-se pela primeira vez em 2019, em Santana da Serra, e rapidamente se afirmou como forçado de primeira linha, atuando em algumas das principais praças do País — Évora, Vila Franca, Nazaré, Elvas, Moura, São Manços e Campo Pequeno. É recordado como um jovem bravo, valente, irreverente e divertido, que envergava a jaqueta com coragem e honra, destacando-se pela bravura, espírito de entreajuda e alegria contagiante.

A sua morte provocou uma enorme onda de pesar e homenagens por todo o País, refletindo a relevância dos forçados como símbolos de coragem, amizade, união e resistência moral, valores profundamente enraizados numa tradição secular que constitui parte integrante da identidade cultural portuguesa.

Num gesto de extraordinária generosidade e altruísmo, foram doados os órgãos de Manuel Maria Trindade, permitindo transformar a tragédia em esperança e salvar seis vidas.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo pesar e endereça à família, amigos e ao Grupo de Forçados Amadores de São Manços as mais sentidas condolências.»

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do JPP e o voto contra do PAN.

Vozes do CH: — Vergonha! Vergonha!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não mereces estar aí sentada!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não peça a palavra! Tenha vergonha na cara!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não devias estar aí!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Calma!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é possível ter calma!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, por respeito pela pessoa que é independente, do ponto de vista das opções de cada um, acho que o mínimo é estarmos em silêncio e seguir os nossos trabalhos com a normalidade que a importância da situação exige.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — É para anunciar que farei uma declaração de voto oral, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Oral?! Não pode ser, Sr. Presidente!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não merece respeito nenhum esta mulher! É asquerosa! Asquerosa!

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Rita Matias, acho que terá outras oportunidades, noutra local e noutra momento, para expressar a sua opinião. Neste momento, por respeito por todos, acho que devemos continuar com os nossos trabalhos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, gostaria só que ficasse registado em ata que, nos apartes, a Sr.^a Deputada Rita Matias acabou de dizer por duas vezes que sou asquerosa...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E é!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E és mesmo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e que tal seja reportado à Comissão de Transparência, porque é um insulto. O Chega também já votou contra outros votos de pesar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — De terroristas, terroristas que mataram pessoas!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Terroristas, assassinos das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril)!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Todos temos a liberdade, politicamente, de ter o nosso sentido de voto, mas não têm o direito de me ofender.

O Sr. **Presidente**: — Será feito. Tal será feito.

A Sr.^a Deputada Rita Matias deseja usar a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para o mesmo efeito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para o mesmo efeito da intervenção anterior, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Presidente, é para que fique, de facto, escrito em ata que afirmei, em aparte, que foi uma atitude e que a Sr.^a Deputada é asquerosa por não lamentar a morte de um jovem português que não fazia mais nada do que honrar uma das nossas tradições.

Aplausos do CH.

É lamentável esta postura, é asquerosa e não devia ter lugar aqui.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Está feita a interpelação.

Vamos continuar, Srs. Deputados, com o Projeto de Voto n.º 114/XVII/1.^a — De pesar pela morte de sete idosos num incêndio em Mirandela (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS), que peço ao Sr. Deputado Francisco Figueira o favor de ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«Na madrugada do passado dia 16 de agosto, deflagrou um incêndio no lar da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. Na sequência do fogo, sete idosos perderam a vida e mais de vinte ficaram feridos.

A tragédia ocorrida no lar de Mirandela, popularmente conhecido como Hospitel, sensibilizou a região e o País. A morte de sete cidadãos — Piedade da Conceição Lisboa, Josefina Cândida, Maria do Amparo Grilo, Inês do Nascimento, Iluzinda do Amparo, Augusta Piedade Fernandes e Antero Augusto Esteves — recorda-nos o valor de todas as vidas humanas, independentemente da idade ou do grau de dependência. E sinaliza, ao mesmo tempo, a importância do cuidado das gerações mais velhas que, depois de uma vida de esforço e trabalho, merecem usufruir de toda a segurança e bem-estar.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pelas vítimas desta tragédia, endereça sentidas condolências às famílias enlutadas e deseja a pronta recuperação dos feridos. Dirige também uma palavra de solidariedade aos responsáveis do Município de Mirandela e da Santa Casa da Misericórdia, assim como às diversas instituições da região que têm colaborado na assistência aos idosos afetados.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos continuar com o nosso guião de votações. Peço a atenção de todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Vamos votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 83/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 50 Anos da Independência de São Tomé e Príncipe.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Segue-se a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 122/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos resultados dos atletas portugueses no Campeonato do Mundo de Canoagem de Velocidade e Paracanoagem.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Proseguimos, com a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 124/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 150 anos da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Segue-se a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 125/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 150 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Votamos agora a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 134/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação à Seleção Nacional de Hóquei em Patins pela conquista do Campeonato Europeu.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Passamos à votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 135/XVII/1.^a (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação pelo 40.º aniversário da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, CCRL (CONFAGRI).

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do JPP e a abstenção do PAN.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 16/XVII/1.^a (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, reduzindo as taxas gerais de IRC.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra do PS, do L e do PCP.

Esta proposta de lei baixa, assim, à 5.^a Comissão.

Proseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 189/XVII/1.^a (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam apoios sociais para a frequência de creche ou pré-escolar destinados aos dependentes dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 190/XVII/1.ª (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam seguros de saúde aos animais de companhia dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL e do L.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 193/XVII/1.ª (IL) — Reduz o IRC e elimina o primeiro escalão da derrama estadual.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor da IL e do JPP e as abstenções do CH e do PAN.

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 194/XVII/1.ª (CH) — Prevê a redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL e do JPP e a abstenção do PAN.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 286/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova uma política fiscal que assegure a redução da carga fiscal de forma justa e equilibrada.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 12/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do L e do PCP e as abstenções do PS e do PAN.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente, interrompi a leitura dos resultados. É para anunciar uma declaração de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Torres pede também a palavra. Faça favor.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, era para anunciar que eu próprio e a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves apresentaremos uma declaração de voto sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica registado.

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º 24/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código de Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 28/XVII/1.ª (GOV) — Introduce o regime de grupos de IVA, que consiste na consolidação dos saldos do IVA a pagar ou recuperar por parte dos membros de um grupo de entidades, unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, o voto contra do PCP e as abstenções do PS, do L, do PAN e do JPP.

Esta proposta de lei que votámos baixa à 5.ª Comissão.

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 7/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PS, do L e do PCP e as abstenções do CH e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 8/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra da IL, do L e do PCP e as abstenções do CH e do PS.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre estas duas últimas votações.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Seguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 204/XVII/1.ª (PS) — Aprova o regime jurídico da cibersegurança.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 25/XVII/1.ª (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais).

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do CH, da IL e do PCP e as abstenções do PS, do L e do PAN.

Passamos à votação, na generalidade, na especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, relativamente à votação que acabamos de fazer, como foram as três votações, que têm a ver com os apoios dos incêndios, pedíamos que a dispensa da redação final e do prazo de reclamações fosse aprovada por todos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente à Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 171/XVII/1.ª (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN.

Este projeto de lei baixa, assim, à 7.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 182/XVII/1.ª (L) — Revê a metodologia das ações de estabilização de emergência no pós-fogo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 256/XVII/1.ª (PCP) — Apoio extraordinário às associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

Este projeto baixa à 1.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 261/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção e financiamento de medidas de estabilização de emergência dos solos em risco após os incêndios.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Passamos à votação global da Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o plano de intervenção para a floresta «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do PAN e as abstenções do CH, do L e do JPP.

A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto a propósito desta votação.

O Sr. **Presidente**: — E a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É para o mesmo efeito, Sr. Presidente. Entregaremos uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Está registado, Sr.^{as} Deputadas.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 164/XVII/1.^a (PAN) — Aprova um programa nacional de deseucaliptização.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 165/XVII/1.^a (L) — Reconhece que a profissão de bombeiro é de desgaste rápido.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que o Partido Socialista apresentará uma declaração de voto sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — E a Sr.^a Deputada Isaura Morais?

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — O Grupo Parlamentar do PSD também apresentará uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Srs. Deputados.

Temos agora a votação de um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 205/XVII/1.^a (PS) — Procede à revisão do regime da propriedade rústica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A iniciativa baixa então à 7.^a Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 246/XVII/1.^a (L) — Recomenda a profissionalização e formação dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP, os votos contra do PS e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

A iniciativa baixa também à 7.^a Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 247/XVII/1.^a (L) — Recomenda a contratação de vigilantes da natureza pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Este projeto baixa à 7.^a Comissão.

Agora, passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 248/XVII/1.^a (L) — Recomenda a valorização da profissão e a contratação de sapedores florestais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Este projeto baixa igualmente à 7.^a Comissão.

Passamos, de seguida, à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 251/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova a reflorestação de Portugal nas áreas ardidas, privilegiando as espécies autóctones.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do L e do PCP.

Seguimos agora para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 277/XVII/1.^a (PAN) — Pela utilização de inteligência artificial para a prevenção e deteção de incêndios florestais no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Esta iniciativa baixa à 7.^a Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 278/XVII/1.^a (PAN) — Pelo encurtamento do prazo de atualização do Inventário Florestal Nacional no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Esta iniciativa baixa também à 7.^a Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 255/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que rejeite o Regulamento COM/2022/209, conhecido como «Chat Control».

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PS, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 260/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que se oponha, no seio da União Europeia, à aprovação da «Chat Control Law».

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PS, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e a abstenção do L, do PCP e do CDS-PP.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 282/XVII/1.^a (L) — Recomenda a rejeição da proposta de regulamento «Chat Control».

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PS, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 287/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que rejeite a proposta de regulamento da Comissão Europeia (COM/2022/209) conhecida por «Chat Control».

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PS, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 289/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de orientações no que respeita às negociações europeias em curso sobre o regulamento

relativo à prevenção e combate ao abuso sexual de crianças (denominado «Chat Control»), de forma a assegurar a realização equilibrada dos princípios estruturantes do Estado de direito.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP, os votos contra da IL e do PCP e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 1.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 87/XVII/1.ª (CH) — Procede à criação de centros de nascimento para reforçar o direito das mulheres grávidas à escolha do local de nascimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L e do PCP e os votos a favor do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 279/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um projeto-piloto com vista à criação de unidades de cuidados na maternidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do PCP e as abstenções da IL e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Passamos, de seguida, à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 285/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda um conjunto de cuidados às mulheres durante e após a gravidez.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e as abstenções do PS e do L.

Esta iniciativa baixa igualmente à 9.ª Comissão.

Seguimos agora para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 288/XVII/1.ª (BE) — Unidades de cuidados na maternidade no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

A iniciativa baixa também à 9.ª Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 211/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação do programa «escolas solares».

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Votamos agora um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 206/XVII/1.ª (PS) — Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável e determina o deferimento tácito do licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O projeto baixa então à 11.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 71/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo soluções que promovem a autonomia energética nacional, através da descentralização no sistema energético, do reforço do armazenamento, da gestão ativa e da criação de microrredes locais e «vales solares».

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP.

Este projeto baixa também à 11.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 276/XVII/1.ª (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

O projeto baixa à 8.ª Comissão.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, quero anunciar que apresentaremos uma declaração de voto sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Está registado, Sr. Deputado.

Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 301/XVII/1.ª (PCP) e o Projeto de Resolução n.º 302/XVII/1.ª (L) — Cessaçãõ de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

Submetidos à votação, foram rejeitados, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.

De seguida, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 176/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de um plano de ação que promova a sustentabilidade, a valorização da produção e o equilíbrio do setor vitivinícola da Região Demarcada do Douro.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e a abstenção da IL.

Vamos proceder à votação do Projeto de Resolução n.º 180/XVII/1.ª (PCP) — Define medidas de emergência social para o distrito do Porto face a situações de exclusão e pobreza extrema.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 119/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para o cumprimento interno do regulamento europeu relativo aos mercados de criptoativos.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do PSD, do L e do CDS-PP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 179/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que aprove com urgência o diploma que assegura a execução nacional do regulamento europeu para o setor dos criptoativos.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto baixa à 5.ª Comissão.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 234/XVII/1.ª (CH) — Pela majoração da dotação do Programa de Preparação Olímpica e Paralímpica 2026-2029 e pela revisão do modelo de financiamento do desporto nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP.

De seguida, votamos o Projeto de Resolução n.º 139/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública de residências para estudantes no distrito do Porto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 140/XVII/1.ª (PCP) — Pela urgente recuperação dos edifícios escolares públicos no distrito do Porto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Deputada Mariana Leitão está a pedir a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é só para indicar que iremos apresentar uma declaração de voto escrita sobre os Projetos de Resolução n.ºs 139 e 140/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica registado.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 125/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo da República a revisão do regime de mobilidade por doença, assegurando igualdade de tratamento aos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, à semelhança dos docentes em situação de monoparentalidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com o voto contra do PSD, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do CDS-PP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 204/XVII/1.ª (PCP) — Alteração do regime de mobilidade por doença.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

De seguida, votamos o Projeto de Resolução n.º 186/XVII/1.ª (PS) — Reintegração da Pousada de Elvas na rede nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP e o voto contra da IL.

Vamos proceder à votação do Projeto de Resolução n.º 188/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional para a gestão integrada de festejos desportivos e proteção da atividade comercial associada.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 85/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 157/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a identificação das lacunas da proteção jurídica dos animais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do PCP e do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 91/XVII/1.^a (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 98/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 106/XVII/1.^a (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do PCP.

Por fim, votamos, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 112/XVII/1.^a (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Terminado este ponto das votações, vamos passar à discussão...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, confesso que não sei qual é o precedente nestes casos, mas, considerando que o proponente, ou quem fez o agendamento do ponto, não se encontra presente e considerando que os arrastamentos feitos com esse mesmo projeto só aconteceram porque houve este agendamento, gostava de saber se, não estando cá o proponente, fará sentido fazermos a discussão deste

ponto ou se não será de adiarmos para quando o proponente estiver em condições de vir a esta Casa defender a sua proposta.

O Sr. **Presidente**: — Nos termos do Regimento, quando um agendamento solicitado por um grupo parlamentar for posteriormente retirado da agenda, que não foi, mas, se tivesse sido e se os arrastados não retirarem as suas iniciativas, o ponto mantém-se.

Portanto, no caso, não foi retirado, está na ordem do dia — o proponente não está, mas ninguém é obrigado a apresentar um diploma, não existe no Regimento nenhuma obrigação, aliás, posso chegar aqui, ter um diploma e estar calado durante o tempo todo — e, ainda que tivesse sido retirado, se não houvesse acordo de todos, mantinham-se os arrastamentos. É isto que diz o nosso Regimento. Por isso, teremos de proceder à respetiva discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, pedi para usar da palavra, mas a explicação do Sr. Presidente é clara. Fazemos a mesma leitura, ou seja, fazer de forma diferente prejudicaria quem arrastou para o debate as suas iniciativas e o preparou. Se for retirada uma iniciativa, por maioria de razão, e no caso ela não foi retirada, os agendamentos mantêm-se, sendo esse o interesse dos proponentes, e tudo indica que será assim.

Quanto ao restante, a consequência é apenas um proponente não apresentar a sua iniciativa. Podemos fazer todas as considerações que quisermos sobre esse facto, mas não é o ponto agora.

Relativamente à discussão, parece-nos que ela deve ter lugar agora.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não acrescentaste nada!

O Sr. **Presidente**: — É isso mesmo, é a interpretação da Mesa também.
Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, não vou utilizar a figura regimental da interpelação à Mesa, mas vou utilizar o artigo 85.º, o protesto, e creio que tenho 1 minuto.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desconta no tempo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desconta, desconta!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pode descontar à vontade.
É um protesto que pretendo fazer, quando o Sr. Presidente permitir.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, na Conferência de Líderes, onde têm estado todos os grupos parlamentares e Deputados únicos, tem havido grandes dificuldades em agendar estes Plenários, e todos temos sentido isso.

Temos tentado que todos os partidos políticos possam fazer agendamentos nas quinzenas subsequentes à Conferência de Líderes, mas chega uma altura em que se torna difícil. E torna-se difícil por este motivo mesmo. Já é difícil fazer os agendamentos para Plenário; no entanto, agendamos um projeto do Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda falha à discussão desse projeto.

Isto é brincar com a Assembleia da República, isto é brincar com os Deputados eleitos pelo povo português...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... e, particularmente, é brincar com o dinheiro do povo português, que nos paga os nossos ordenados.

É uma falta de respeito o que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua anda a fazer. Anda a passear de barco de um lado para o outro, numas flotilhas, ou nuns teatros que anda a fazer, e falta a este Parlamento. Falta ao respeito a este Plenário, a estes Deputados e ao povo português.

Aplausos do CH.

O que a Sr.^a Deputada devia fazer, se quer andar a fazer festas em Ibiza ou em Menorca, era pedir a suspensão do seu mandato. Mas não o fez, e não o fez porque «ó Abreu, dá cá o meu» — o dinheiro ao fim do mês é muito melhor do que estar aqui neste Plenário.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Está lavrado o protesto.

O Sr. Deputado Paulo Nuncio está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, pedia a palavra, também para fazer um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, também pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É só uma questão prévia, Sr. Presidente. Para que fique claro: um protesto é uma figura regimental para reagir a uma intervenção. Ninguém fez nenhuma intervenção. Já o protesto do Sr. Deputado Pedro Pinto...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas foi aceite!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Deputado, só para concluir: regimentalmente, um protesto é quando alguém faz uma intervenção, alguém quer protestar e alguém tem direito ao contraprotesto.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que o mandou levantar? Quem lhe deu a palavra?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Isto é uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Então e o tempo dele onde é que descontam?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O Sr. Presidente deu-me a palavra, porque...

O Sr. **Presidente**: — Sim, dei a palavra ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O Sr. Presidente deu-me uma palavra.

É uma questão simples: a figura do protesto serve para reagir a uma intervenção e, depois, está previsto que pode haver um contraprotesto e, por isso, é que se desconta do tempo de um debate. Ora, não está sequer a decorrer um debate. Portanto, terão de ser interpelações à Mesa.

Era só para deixar claro, para não abriremos uma avenida adicional, a, enfim, percalços regimentais que não ajudam. Façam-se interpelações à Mesa, pois é totalmente próprio fazer-se uma interpelação à Mesa sobre isto, mas não são protestos. É só essa a observação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem razão, no que diz respeito à lógica do protesto e da interpelação à Mesa.

De qualquer maneira, fica transformada em interpelação à Mesa, *cum grano salis*, a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, e a do Sr. Deputado Paulo Nuncio, para igualdade de armas, também fica uma interpelação à Mesa.

Não é a primeira vez que a interpelação à Mesa é usada de uma forma híbrida e, portanto, faz-se desta vez, e fica aqui, para futuro, esta precisão. Pede-me, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, não sei a que título é que o Deputado Pedro Delgado Alves interveio neste debate...

O Sr. **Presidente**: — Eu dei-lhe a palavra, o «título» foi eu ter-lhe dado a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não me apercebi, não me apercebi, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Está bem, mas eu dei.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabem tanto do Regimento que nem cumprem as regras!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eu reparei no Sr. Deputado a levantar-se, começar a falar, tocar no microfone, sem autorização do Sr. Presidente da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já esclareci que dei a autorização.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E parece-me, que, esse, sim, é um protesto real e concreto, uma atuação que não me parece respeitar os serviços da Assembleia...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já lhe disse que dei, portanto...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas tudo bem. Eu não reparei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, pronto, não vale a pena persistir.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Relativamente à questão que nos traz aqui, diria que a questão regimental é a menos importante de todas.

O ponto político aqui é que há um partido político que apresenta uma proposta, que apresenta uma iniciativa legislativa e o respetivo Deputado único zarpa.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Zarpa! Exatamente!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Zarpou!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, neste momento, esta atuação demonstra uma profundíssima falta de respeito pelo Parlamento, uma profundíssima falta de respeito pelo trabalho que estamos a realizar, aqui, e uma profundíssima falta de respeito por todos os portugueses.

A proponente poderia fazer uma de duas coisas, se respeitasse, efetivamente, o Parlamento e a democracia: ou suspendia o mandato e permitia que outra pessoa a substituísse na bancada do Bloco ou, pura e simplesmente, viria aqui apresentar a proposta.

Não o fez, apresentou e zarpu. Não posso deixar passar em claro que o Bloco de Esquerda demonstra, uma vez mais, que é uma força...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, devo dizer uma coisa à margem de qualquer lógica política: estas posições poderiam ser tomadas quando a Sr.^a Deputada vier...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ai vão, vão!

O Sr. **Presidente**: — ... e seria muitíssimo mais, do meu ponto de vista, democrático...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Democrático era ela estar aqui!

O Sr. **Presidente**: — ... fazer estas observações quando a Sr.^a Deputada estivesse aqui presente. Portanto, aí respeitaremos,...

Protestos do CH.

Há aqui uma interpretação em que não segui exatamente aquilo que dizia o Regimento e agora tenho de fazer este balanço, para todos poderem fazer o seu posicionamento, mas considero que, quando a Sr.^a Deputada voltasse, seria, aí sim, o momento de fazer essa observação, para também dar o direito de resposta à Sr.^a Deputada.

Algum dos Srs. Deputados deseja intervir?

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, gostava de pedir-lhe que, quando fossem feitas este tipo de considerações sobre outra Deputada, aqui, da nossa Assembleia da República,...

Protestos do CH.

É que foram ditas várias coisas, foram usadas várias expressões, que são até desrespeitosas para com a Deputada Mariana Mortágua,...

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — E ela é muito respeitadora!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que está, apesar de tudo, numa missão humanitária,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ela não está em nenhuma missão humanitária!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está a passear num cruzeiro no Mediterrâneo!

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... com um propósito nobre. E, portanto, o que eu sugiro...

Continuação de Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ouvimos o Sr. Deputado Pedro Pinto, ouvimos o Sr. Deputado Paulo Nuncio e, agora, vamos ouvir a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que tem direito à sua opinião.

Srs. Deputados, pedia contenção, se faz favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua esteve presente na Conferência de Líderes que tivemos na semana passada, agendou este ponto e sugiro que passemos à discussão do ponto,...

Vozes do CH: — Ah...!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... porque a discussão pode fazer-se perfeitamente, com a Assembleia que temos aqui, e o Bloco de Esquerda deu-nos a oportunidade de debatermos o subsídio de refeição e é isso que devemos fazer.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Presidente:** — Vamos encerrar este ponto, que é um ponto atípico, e vamos dar entrada no quinto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 42/XVII/1.^a (BE) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição no Código do Trabalho, 188/XVII/1.^a (PCP) — Cria o subsídio de alimentação no setor privado, 191/XVII/1.^a (PAN) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição para os trabalhadores do sector privado, procedendo à alteração do Código de Trabalho e 195/XVII/1.^a (CH) — Garante aos trabalhadores do sector privado o direito ao subsídio de refeição, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 280/XVII/1.^a (PAN) — Pelo aumento do subsídio de refeição dos trabalhadores da Administração Pública a partir de 1 de janeiro de 2026 e 283/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que aumente o subsídio de refeição.

Continuação de protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Sr. Deputado Filipe Melo, agradeço... Sr. Deputado Filipe Melo, estamos no quinto ponto da ordem de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dez meses depois, voltamos a discutir a universalização do direito — que tem de ser de todos os trabalhadores — ao subsídio de alimentação, hoje circunscrito aos trabalhadores da Administração Pública e aos abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ou regulamentos de empresa que o consagram.

Não obstante a consolidação do benefício social dos trabalhadores, o subsídio de alimentação nunca foi de aplicação obrigatória pela legislação laboral ou, mais tarde, pelo Código de Trabalho. Estima-se que mais de 1 milhão e 700 mil trabalhadores portugueses não recebem qualquer valor destinado a suportar os encargos com a alimentação em dia de trabalho. Trata-se de, nada menos, Srs. Deputados, do que um terço da força de trabalho total no País. É uma fração de injustiça e de desigualdade que não podemos manter.

Esta realidade gera discriminações que não são aceitáveis e para as quais a lei não dá resposta, uma vez que não assegura a todos os trabalhadores o subsídio de alimentação.

Quando foi instituído, por decreto-lei, em 1977, o subsídio de alimentação para os trabalhadores da Administração Pública visou, justamente, eliminar práticas então discriminatórias, nesse setor, quanto ao acesso a este direito e quanto aos valores. Agora, é tempo de consagrar este direito para todos os trabalhadores e, por conseguinte, de inscrevê-lo no Código do Trabalho, como o PCP propõe no projeto de lei que aqui trazemos, garantindo o pagamento desta componente, por cada dia de trabalho efetivamente prestado.

O valor mínimo desse subsídio deve ser igual ao estipulado para a Administração Pública, por forma a que nenhum trabalhador fique prejudicado ou entregue à vontade arbitrária da entidade patronal, se, porventura, não estiver abrangido por alguma convenção coletiva quanto à estipulação do montante e à sua atualização.

Este avanço é da mais elementar justiça, também num contexto de aprofundamento da exploração, por via do ataque aos direitos, à contratação coletiva, do modelo de baixos salários, da intensificação do trabalho, em

crescentes ritmos e duração da prestação, da desregulação dos horários e da multiplicação das formas de precariedade.

Este avanço impõe-se, especialmente, no momento em que o Governo PSD/CDS tem em marcha uma guerra declarada aos trabalhadores e aos seus direitos e conquistas, agravando ainda mais as suas condições de trabalho e de vida, intensificando a sua exploração e facilitando os despedimentos.

Os trabalhadores sabem que contam com o PCP na luta necessária em defesa dos seus direitos e dos seus interesses, a ação permanente na qual se inclui esta iniciativa legislativa, com vista à consagração legal do subsídio de alimentação para todos os trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há 48 anos que, no nosso País, os funcionários públicos têm — e bem! — direito a receber o subsídio de refeição. Mas a verdade é que se na função pública este é um direito há décadas, no setor privado este acaba por ser uma cortesia do patrão. Isto abrange um universo de 1,7 milhões de trabalhadores do setor privado, que não recebem o subsídio. Diga-se, aliás, que a falta de regulação desta matéria em lei leva mesmo a que os trabalhadores que recebem subsídio se vejam em situações de grande precariedade, como vimos em casos como os dos trabalhadores do CTT (Correios de Portugal), em que o empregador impôs o subsídio em cartão de refeição, sem hipótese de oposição.

Desengane-se quem acha que é por este direito existir na função pública há muitos anos que isso significa que os valores pagos são minimamente justos. São 6 € que o Governo da AD decidiu não aumentar e que, atualmente, não pagam sequer uma refeição completa e nutritiva num restaurante.

Daí que hoje o PAN proponha, precisamente, que o direito de subsídio de refeição, no setor privado, passe a estar consagrado no Código do Trabalho e que se assegure, também, através do Governo, que os trabalhadores da função pública tenham aumento de subsídio já no próximo ano.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção a Sr.^a Deputada Felicidade Vital, do CH, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há décadas que o PS e o PSD, às vezes sozinhos outras vezes de braço dado com os seus amiguinhos do Bloco e do PCP, encham a boca a dizer que defendem os trabalhadores.

Anos e anos de discursos, promessas, propaganda sindical e socialista, mas quando chega a hora de legislar, quando chega a hora de garantir direitos básicos, o que fazem? Nada. Zero. Traem aqueles que dizem defender.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Digo-vos mais: os vossos amiguinhos dos sindicatos também estão bem caladinhos. E estão bem caladinhos porque defendem, essencialmente, os trabalhadores da função pública.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vocês estão a fazer o que eles querem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — É uma vergonha nacional. Em Portugal, em 2025, ainda há trabalhadores que não têm direito sequer a um subsídio de refeição. No Estado, há direito; no privado, logo se vê! Depende da sorte, depende do patrão, depende do contrato.

O resultado é simples,...

Protestos da IL.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Srs. Deputados, Sr. Presidente...

Pausa.

Como dizia, o resultado é simples: milhares de portugueses são tratados como trabalhadores de segunda e os partidos do sistema assistem calados, cúmplices desta desigualdade.

O Chega não aceita mais esta desigualdade. O Chega vem fazer o que os senhores que estão aqui sentados à minha frente nunca tiveram a coragem de fazer durante estes quase 50 anos: um país decente, que os senhores, durante décadas, não conseguiram construir, que não condena quem cumpre horários, quem produz riqueza, quem paga impostos a pagar, também do seu bolso, a sua refeição diária.

Quem governa há décadas fechou os olhos, tapou os ouvidos e deixou os portugueses entregues à sua sorte.

Vamos ser claros, PS e PSD governam há quase 50 anos, tiveram todas — mas todas! — as oportunidades, todas as maiorias, todos os instrumentos para mudar isto. Não mudaram. Não mudaram, porque não quiseram. Não mudaram porque vivem bem com a desigualdade, porque preferem os privilégios das elites aos direitos básicos de quem trabalha.

O Bloco e o PCP — o Bloco hoje não está cá, é verdade — são os campeões da luta operária, mas só nos cartazes, nas bandeirinhas, porque, na hora da verdade,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... durante anos, os Srs. Deputados alinharam sempre, sempre com o sistema.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É mentira! É mentira!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Este projeto do Chega, é claro: o trabalhador do privado não pode continuar a ser o parente pobre. Não pode haver portugueses de primeira e portugueses de segunda. Quem trabalha tem custos acrescidos, tem de comer fora de casa. O Estado não pode continuar a fechar os olhos e os trabalhadores a pagar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é o momento da verdade. Vamos ver, nas votações, quem, nesta Casa, está realmente do lado dos trabalhadores e quem prefere continuar a enganá-los com promessas vãs.

O Chega não engana: trabalhar tem de compensar e quem trabalha tem de ter direito, no mínimo, ao seu subsídio de refeição. Vamos ver, com muita atenção, como os senhores vão votar este projeto.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Manuel Teixeira** (IL): — Vai concordar com este discurso!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Não sabem estar caladinhos quando estou a falar?!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Não deixa de ser caricato!

O Sr. **Jorge Manuel Teixeira** (IL): — E subsídio para a escova de dentes?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quem esteja agora a seguir-nos, a ouvir este debate, e tenha ouvido a intervenção da Sr.^a Felicidade Vital, julgará que este ponto foi agendado pelo Chega e que foi o Chega que trouxe este tema a debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não! É para quem não está cá...!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas não foi, foi marcado pelo Bloco de Esquerda e é ao Bloco de Esquerda que devemos a discussão deste ponto e o facto de este assunto ter vindo à Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma vergonha! O BE é que desapareceu daqui!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Nos últimos cinco anos e meio, o preço da alimentação subiu mais de 30 %. Ou seja, pagamos hoje, por algo tão básico e essencial como comer, muito mais do que pagávamos no período imediatamente anterior à pandemia.

Segundo o Eurostat, os portugueses são até dos que mais gastam em alimentação na União Europeia, isto num País com os salários e os níveis de pobreza que temos.

Hoje, debatemos o subsídio de refeição, ou subsídio de almoço, como muitas vezes lhe chamamos. Este valor é uma parte muito relevante da economia dos trabalhadores e das suas famílias, mas não para todos. Existe uma desigualdade entre os trabalhadores do setor público, onde ele tem existência legal e é pago, e os do setor privado, onde não é obrigatório, a não ser que esteja previsto em convenções e contratos coletivos de trabalho.

Por isso, este debate de hoje é tão relevante, porque vem corrigir esta desigualdade. E acompanhamos as iniciativas que pretendem corrigir a desigualdade.

A este debate, o Livre traz também uma iniciativa para resolver outra injustiça. O subsídio de refeição foi criado na década de 1970 e consolidado em 1984, há 41 anos, com a obrigação de ser revisto anualmente, por portaria do Governo.

Mas, apesar dessa obrigação legal, apesar de, nestes mais de 40 anos, ter havido momentos de especial aperto económico para as famílias, o subsídio de refeição apenas foi atualizado quatro vezes: em 2008, em 2017, em 2022 e em 2023.

Ao dia de hoje, os trabalhadores do Estado ganham o valor de 2023, apesar de os anos seguintes não terem sido imunes à inflação, apesar de as condições de vida dos trabalhadores do Estado estarem longe de ser ideais e apesar de o custo de vida enfrentar desafios importantes, com o aumento do custo da alimentação e da habitação à cabeça, consumindo mais fatias do orçamento familiar do que as que podem ser consumidas.

É curioso que um cidadão comum, se não cumprir as suas obrigações legais, enfrente consequências diversas, e que o Governo — melhor dizendo, os vários governos — incumpra a lei a que está tão sujeito, como qualquer pessoa individual ou coletiva.

É assim com um subsídio com este perfil: em 41 anos, devia ter sido atualizado 41 vezes, mas o que aconteceu é que foi atualizado quatro vezes, ou seja, menos 37 vezes do que devia ter sido.

Neste contexto, falar em atualização é, na verdade, otimista. As suas longas estagnações representam não apenas uma perda do poder de compra dos trabalhadores do Estado, mas também um desrespeito pelo princípio de que o trabalho deve garantir condições de vida dignas.

O Estado, enquanto maior empregador do País, deve ser o primeiro a dar o exemplo, reconhecendo que a valorização dos trabalhadores é também investimento na qualidade dos serviços públicos, que estão sempre na mira de ataques e reduções, apesar de assegurarem tarefas absolutamente essenciais a todos nós e à nossa sociedade.

Por isso, o Livre propõe que se recomende ao Governo um aumento do subsídio de refeição aos trabalhadores do Estado, a partir de 2026, para, pelo menos, 11 €.

Ao corrigirmos uma falha que se arrasta desde 1984, mostramos que compreendemos a realidade dos nossos trabalhadores e que valorizamos o serviço que prestam diariamente ao País.

Mais do que um simples ajuste, trata-se de recuperar décadas de poder de compra perdido e de afirmar que o trabalho público merece respeito e condições dignas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate está cheio de pontos surreais. Estamos a discutir o subsídio de refeição já fora da hora da refeição, da qual ainda não tivemos oportunidade de desfrutar,...

Risos da IL.

... e estamos a discutir um agendamento feito por uma Sr.^a Deputada que continua a ter direito ao seu subsídio de refeição apesar de estar fora.

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

Não sei se o subsídio de refeição dá para *gins* ou não, mas sei que esta Sr.^a Deputada está num registo que é certamente diferente daquele dos outros que aqui estão.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E que seja claro — estou no meu tempo, portanto posso usá-lo como quiser — que não está a fazer missão humanitária nenhuma. Está a fazer política e está no seu direito, com certeza que cada um julgará por si. Mas só faltava agradecermos à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua por estar no Mediterrâneo a beber *gins* e ainda lhe dizermos que é uma missão humanitária. Ó Srs. Deputados, desculpem, mas para esse peditório não damos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O mais surreal é estarmos a discutir aqui uma lógica de relação entre as pessoas e o trabalho que é preconceituosa e que, infelizmente, em Portugal, junta o pior do Estado Novo com o pior do PREC (Processo Revolucionário em Curso), que é a ideia de que tem de haver sempre um paizinho que nos diz aquilo que é melhor para nós.

Portanto, mesmo nas empresas — pasme-se! —, tem de ser o Estado a pôr na lei se a maneira como um trabalhador e o seu empregador se relacionam é normal, no estabelecimento do que é uma justa retribuição. Dentro da justa retribuição a pessoa recebe e faz o que quiser: almoço, janta, compra o que quiser. Não é a empresa que diz, «não, não, esta parte é subsídio de refeição».

E depois dizem-me assim: «mas isso não tem importância nenhuma, porque a pessoa faz na mesma». Mas não é verdade — é que o subsídio de refeição não desconta, por exemplo, para a Segurança Social.

Portanto, se determinada verba, em vez de ser retribuição for subsídio de refeição, não estamos a beneficiar o trabalhador, estamos a prejudicá-lo na sua proteção social! Isto porque, obviamente, estamos a reduzir a parte do seu rendimento que é quantificada para, mais tarde, vir a receber a sua pensão.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Portanto, isto pode ter alguma atratividade, porque dá a entender às pessoas que vão receber mais; mas não.

Srs. Deputados e todos os que nos estiverem a ouvir: ninguém vai receber mais se for obrigatório pagar subsídio de refeição no privado. Vão receber o mesmo, vão descontar menos e vão estar menos protegidos em termos de pensão no futuro.

Mas nem é por isso que nós somos contra. Nós somos contra porque acreditamos na liberdade da relação entre um trabalhador e um empregador no estabelecimento das regras pelas quais a remuneração deve ser prestada, e não acreditamos em paizinhos que nos dizem a que horas é que temos de comer.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O subsídio de refeição não pode continuar a ser tratado como uma benesse opcional. É, antes, uma necessidade básica de quem trabalha...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma necessidade básica?!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... e deve ser consagrado como um direito efetivo no Código do Trabalho.

Num tempo em que os custos de vida disparam e os salários não acompanham, garantir o subsídio de refeição é uma questão de justiça elementar. Não se trata de um luxo, trata-se, acima de tudo, de dignidade para milhões de trabalhadores.

Este Parlamento não pode continuar a virar as costas a quem, todos os dias, sustenta a nossa economia. Aprovar este diploma é dar um passo firme na defesa de quem, diariamente, trabalha por este País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje a discutir um conjunto de iniciativas que têm em comum a intenção de legislar sobre o subsídio de refeição, tornando-o num direito universal e obrigatório.

Para a Iniciativa Liberal, esta abordagem parte de um erro de base, que é querer compensar os trabalhadores porque os seus salários são baixos,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... quando o que realmente importa seria garantir que esses trabalhadores levam mais dinheiro para casa.

Portanto, se o objetivo é aumentar o rendimento líquido dos trabalhadores, convinha dizer a verdade: a forma mais eficaz não é com subsídios, é com menos impostos sobre os rendimentos do trabalho.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Os impostos vão para o patrão!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Calma!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Srs. Deputados, Portugal é dos países da Europa com maior carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. É esse o verdadeiro problema. Não é a ausência de subsídios de refeição que prejudica os trabalhadores, é o facto de, todos os dias, lhes ser retirada, via impostos e contribuições, uma parte excessiva do salário que recebem.

E, Srs. Deputados da esquerda, é com reduções de impostos que deviam estar preocupados, mas, sobre isso, já sabemos que são todos contra.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sobre o tema de hoje em concreto, quero dizer ainda que, ao criarmos uma obrigação sobre o subsídio de refeição, não estamos a resolver nenhum problema estrutural. Estamos, sim, a interferir na política remuneratória das empresas, a aumentar a rigidez das relações laborais,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sim, sim, sim, liberdade!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — ... e a retirar espaço de negociação entre trabalhadores e empregadores.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Essa é que é a preocupação, não são os trabalhadores!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — E já aqui foi dito: na verdade, ao criarmos subsídios de refeição e estas obrigações, estamos a prejudicar os próprios trabalhadores nas suas contribuições sociais e nos seus apoios sociais futuros, porque o subsídio de refeição não desconta para a Segurança Social.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Portanto, a Iniciativa Liberal acredita que o caminho é outro: fazer crescer a economia, reduzir impostos sobre o trabalho para aumentar os rendimentos disponíveis, e dar liberdade às partes para, em negociação, decidirem se a compensação mais justa inclui subsídios de refeição, outro tipo de subsídios ou de benefícios sociais ou se, simplesmente, inclui salários mais altos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É para aumentar os lucros das grandes empresas!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Portanto, se queremos verdadeiramente melhorar a vida de todos os trabalhadores, não podemos continuar a trocar a flexibilidade por rigidez nem medidas estruturais por remendos.

A solução é muito clara: mais rendimento no bolso de quem trabalha e mais liberdade para escolher como é que esse rendimento é pago.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Ó Paula, se não houver empresas, não há trabalhadores!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Se não houver trabalhadores é que não há produção de riqueza!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Tem de haver tudo!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo português apresentou, no passado mês de julho, o anteprojeto para a revisão do Código do Trabalho.

Foi um trabalho ambicioso, de quem faz o é preciso ser feito pelo País, pelas pessoas, pelo crescimento económico e pela valorização das instituições.

Este anteprojeto é uma base de trabalho, com uma linha mestra que provém do programa do XXV Governo, assente em 10 eixos prioritários que orientam a sua ação nas diversas áreas de governação.

Um deles é tornar Portugal um País mais justo e solidário, que combate as desigualdades sociais e territoriais, que protege os mais vulneráveis, que garante a qualidade dos serviços públicos e que promove a coesão social e a participação cívica, mas também a criação de riqueza, o aumento do rendimento dos trabalhadores e o crescimento da produtividade e da competitividade dos empregadores.

Assim, a revisão da legislação laboral é central para alcançar os objetivos a que este Governo se propôs, devidamente validados pelo povo português e por este Parlamento.

O Governo compreende o que é um verdadeiro processo negocial, dando cumprimento ao acordo tripartido sobre a valorização salarial e crescimento económico de 2025-2028, nomeadamente o compromisso assumido no seu ponto 5.º, relativo à dinamização da concertação social no âmbito das matérias ali constantes, a saber: a segurança e saúde no trabalho, a formação profissional e a legislação laboral.

Esta revisão procede a alterações de vários diplomas legais em matéria laboral e assegura o cumprimento das obrigações decorrentes do direito da União Europeia, nomeadamente com a transposição de duas diretivas: a relativa a salários mínimos adequados na União Europeia e a referente à melhoria das condições de trabalho das plataformas digitais.

O trabalho que está agora a ser desenvolvido entre os parceiros sociais na Comissão Permanente de Concertação Social, que senta à mesa o Governo, os trabalhadores e os empregadores, é essencial para que

o diploma a aprovar pelo Governo seja enviado a este Parlamento, contando com a discussão prévia com os parceiros, tão ampla quanto possível, e com acordo nas matérias em discussão.

É, desde logo, por esta equação, tão importante quanto complexa, que não podemos aceitar que, encontrando-se um processo desta magnitude em curso e em discussão, venha à cena o comportamento dos partidos mais pequenos e que não fazem parte daqueles que demonstram sentido de responsabilidade ao governar o País, ignorando por completo o debate na Comissão Permanente de Concertação Social, com trabalhadores e empregadores, e apresentando estas iniciativas a discussão e votação sem noção das necessidades de estabilidade e de seguir as várias fases de um processo negocial.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, era esperado que o Chega, como maior partido da oposição, também já tivesse este pensamento em linha de conta, mas, aparentemente, o mesmo não aconteceu.

Como todos sabemos, o subsídio de refeição, embora não estando previsto na lei, nos termos em que é apresentado nas iniciativas em apreço, encontra-se na base das convenções coletivas de trabalho e nos acordos entre empregadores e trabalhadores, promovendo, assim, significativamente, a melhoria dos seus direitos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Um terço não têm direito!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Ora, a proposta que se encontra em discussão visa, em primeiro lugar, modernizar o Código do Trabalho face aos desafios da digitalização, promover a contratação coletiva, combater a precariedade e reforçar os direitos dos trabalhadores, sem perder o foco na promoção da criação de riqueza, no aumento de rendimento dos trabalhadores e no crescimento da produtividade e da competitividade dos empregadores. Por todas estas razões, acreditamos que o subsídio de refeição é uma matéria que é habitualmente foco da contratação coletiva, e que nela deve permanecer.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, falamos também, neste debate, do subsídio de refeição da Administração Pública. Como sabemos, este é um subsídio diário que tem uma natureza de benefício social, a conceder pelo empregador público, como comparticipação na despesa resultante de uma refeição tomada fora da residência habitual nos dias da prestação efetiva de trabalho. Quanto às iniciativas que visam o aumento do subsídio de refeição na Administração Pública, em 2026, as mesmas, por mais meritórias que pretendam ser, não passam de uma cortina de fumo a antecipar o próximo Orçamento do Estado, cujo processo de auscultação se encontra em curso.

Sabemos bem que o Sr. Primeiro-Ministro se tem amplamente referido a necessidade de valorizar os trabalhadores da Administração Pública. Sinónimo disso é a valorização de 17 carreiras, com o claro objetivo de que a própria Administração Pública seja constituída pelos melhores profissionais, os mais motivados, os que são capazes de produzir e ir mais longe.

Sabemos que sem uma valorização do trabalho das pessoas, não seremos verdadeiramente competitivos.

Vozes do PSD: — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sabemos que este esforço ficou, desde logo, plasmado na assinatura...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — ... do Acordo Plurianual da Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública para o período 2025-2028, com a FESAP (Frente Sindical da Administração Pública) e a Frente Sindical, ambos afetos à UGT (União Geral de Trabalhadores).

Sabemos que o caminho tem de ser o oposto ao que foi percorrido pelo Partido Socialista em 2010, que cortou os salários da função pública — que muitos tentam fazer-nos esquecer —, decepcionando os trabalhadores e desprestigiando a própria Administração Pública.

Termino, regressando ao ponto inicial da minha intervenção. O nosso foco tem de ser na reforma laboral, com um Governo que vem dando passos firmes a preparar o País para o futuro, com o anteprojeto Trabalho XXI, e não em propostas circunstanciais ou eleitoralistas que a oposição se apressa a apresentar, na expectativa de que as sondagens no dia seguinte lhes sejam mais favoráveis.

O nosso desígnio é melhorar a vida dos trabalhadores e das suas famílias, e deles não abdicamos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Bernardo, do Partido Socialista. Tem 5 minutos.

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está hoje em discussão um conjunto de iniciativas sobre a atribuição e generalização, por via legal, de um suplemento remuneratório, comumente conhecido como subsídio de refeição, para todos os setores de atividade. Suplemento esse que há muito é regulado pela negociação coletiva, no seio da qual este tem vindo a ganhar terreno, abrangendo um número significativo, e cada vez maior, de trabalhadores.

Esta é uma questão que certamente a todos nos une pelo que pode significar, em termos de contributo, para a melhoria do rendimento dos trabalhadores, ainda que não seja e não deva ser esse o papel do subsídio de refeição, e ainda que nem sempre exista uma tal convergência quanto a algumas das soluções apresentadas.

O subsídio de refeição é, em primeira linha, como todos sabemos, uma matéria objeto de negociação coletiva no setor privado. Um suplemento, entre muitos outros, que também são negociados nessa mesma negociação coletiva, ou alguns definidos por contrato individual de trabalho — e aqui temos outros como o subsídio de risco, de penosidade, seguros de saúde, cada qual com uma finalidade específica, e bastante distintos e diferentes entre empresas e setores.

Mas estamos também aqui, como já foi reforçado nas diferentes intervenções anteriores, perante um subsídio que atualmente apenas tem uma base legal no setor público. Porém, um subsídio que não estando estabelecido no Código do Trabalho, não deixa também ele de ter força jurídica vinculativa, por via dos efeitos reconhecidos aos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

Ainda assim, obviamente, não podemos ficar indiferentes a um número muito significativo de trabalhadores que não têm acesso a este complemento, o que gera, em alguns casos, ou em muitos casos, situações de injustiça e de iniquidade entre os trabalhadores.

Sabemos que os valores fixados na negociação coletiva pecam, porventura, pela sua diversidade, uma vez que estes refletem contextos de evolução histórica diferentes: diferentes níveis salariais de base, diferentes capacidades financeiras de empresas e de setores onde são aplicados, até opções negociais distintas e até especificidades das formas de prestação de trabalho. E podendo — eu aqui quero reforçar esta ideia —, podendo esta diversidade parecer negativa, não deixa, porém, de ser a tradução de uma grande virtualidade da negociação coletiva, que é a adequação à realidade dos processos de promoção das condições de trabalho. Portanto, para nós, a fixação de um referencial legal para um qualquer suplemento, com todos os méritos que tem e que possa ter, comporta alguns riscos que não podem ser ignorados e que devem ser acautelados nesta discussão e na avaliação desta matéria.

Quanto à compressão salarial, desde logo, é essencial que este alargamento seja feito com uma regulação adequada e com salvaguardas. Certamente, ninguém deseja que uma medida como esta possa ser utilizada pelo empregador para oferecer menores salários ou para travar ou atrasar aumentos salariais. Ninguém deseja que a generalização do subsídio de refeição ao setor privado, sirva de desculpa para fazer estagnar o subsídio de refeição para os trabalhadores da Administração Pública ou ainda para, de certo modo, minar o maior dinamismo da negociação coletiva no setor privado, onde os valores já são mais elevados. E eu aqui diria: quem não se lembra do período de estagnação do salário mínimo quando este era o referencial para a fixação e para a atribuição de prestações sociais?

A existência do referencial global pode, como digo, se não houver as devidas precauções, transformar-se num mínimo denominador e dificilmente tornar-se naquilo que todos nós queremos, um impulsionador de valores mais elevados para este subsídio. Não é isso que pretende nenhuma das propostas em discussão, não é isto que pretendem os Deputados neste Hemiciclo, e não é este um risco que alguém aqui deva considerar razoavelmente aceitável.

O Partido Socialista sempre defendeu que a garantia de condições para que os trabalhadores tenham uma vida digna, de modo que possam pagar habitação, educação, saúde, alimentação dentro e fora de casa é, em primeira linha, o seu salário. E esta garantia não passa, certamente, por suplementos vários que dão a ilusão de aumentos de rendimentos, mas que acabam por pôr em risco rendimentos futuros, proteção social futura.

Esta não é a estratégia do PS. Tem sido, certamente, a estratégia do Governo da AD: menos retenções, aumentos extraordinários de pensões, não pagamento de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e de segurança social para prémios e afins. Ou seja, mais dinheiro agora, mas menos dinheiro no futuro.

Em suma, importará refletir com profundidade sobre os contornos, efeitos e impactos desta expansão generalizada do subsídio de refeição. Somos favoráveis à sua expansão, desde logo até...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Entretanto assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, terminou o tempo. Temos mais uma inscrição, da Sr.^a Deputada Lina Pinheiro, do Grupo Parlamentar do Chega, para uma intervenção. Dispõe de 2 minutos e 13 segundos.

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ia começar por interpelar a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, mas parece que para o Bloco há cruzeiros, ilhas paradisíacas e *cocktails* mais importantes que a vida dos trabalhadores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Mas, para nós, quem trabalha é mesmo prioridade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — A esquerda gosta muito de discursos bonitos sobre defender os mais pobres, os mais precários, os mais explorados, mas passa décadas no Parlamento e só agora se lembrou de milhões de portugueses, no setor privado, que não têm direito a um simples subsídio de refeição.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — E, quando finalmente aparecem com uma proposta, vem com meia dúzia de linhas e nenhum compromisso real. Não garantem...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — ... que o valor aumente com o custo de vida, não defendem os trabalhadores a tempo parcial, e deixam tudo dependente da boa vontade do patrão. Isto não é defender os trabalhadores, isto é fazer de conta. Quem trabalha no privado continua a almoçar à conta do próprio bolso.

Já o Chega apresentou uma proposta clara, valor igual ao da função pública, atualização automática com inflação e, finalmente, um direito garantido por lei para quem trabalha no setor privado e sente todos os dias o peso do custo de vida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isso não é nada! Não é nada!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Chiu!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não me manda calar!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Se a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua aqui estivesse, gostaria de fazer duas perguntas: se dizem defender os que não têm para comer, porque é que a vossa proposta nem garante que o subsídio aumente com o custo de vida? Querem que os trabalhadores fiquem para sempre com 6 € por dia enquanto os preços no supermercado sobem?

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Porque é que continuam a esquecer os trabalhadores a tempo parcial? Será que quem trabalha metade do tempo não precisa de comer?

Srs. Deputados de esquerda, ouvir-vos dizer que somos todos iguais num Estado de direito, é uma falácia,...

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — É, sim senhora!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — ... esquecem-se por completo de quem trabalha para andarem a alimentar quem não trabalha.

Vozes do CH: — Muito bem!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — E, se de facto quisessem o melhor para todos os que contribuem para este País, não esqueceriam de que os trabalhadores do setor privado não podem continuar a ser tratados como cidadãos de segunda.

Aplausos do CH.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Mariana não precisa de trabalhar para comer, é à borla!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre, para uma intervenção até 29 segundos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De facto, há aqui uma obsessão com a Deputada Mariana Mortágua, que é bastante estranha.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ela é muito importante!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Dizem defender os direitos dos trabalhadores, mas depois dizem «os amiguinhos dos sindicatos», num desprezo absoluto por aquilo que é a forma de organização dos trabalhadores para reivindicar os seus direitos.

Ainda há pouco, a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, dizia que «deixemos, em liberdade, as partes fazerem o acordo que é melhor para ambas». Mas que liberdade é que há quando temos uma empresa, de um lado, e um trabalhador, do outro, e quando não damos as ferramentas aos trabalhadores para, de facto, conseguirem organizar sindicatos, para haver esse equilíbrio de poder, para assim a negociação poder ser feita em liberdade?

É nosso papel, aqui, garantirmos as condições para que os trabalhadores tenham todos os direitos e é isso que estamos, aqui, a fazer hoje.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada pretende inscrever-se?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para inscrever o Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Correto. Então, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia. Dispõe de 24 segundos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Eu acho que é útil reconduzirmos o significado e a importância deste subsídio. É uma componente que se destina a suportar um encargo específico e é por isso, Sr.^a Deputada, que é pago...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não é, não!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ...apenas nos dias de prestação de trabalho.

Eu estranho muito que a direita venha aqui invocar a liberdade negocial entre as partes, quando a própria direita contribui para criar condições para que se mantenha este modelo de baixos salários.

Por outro lado,...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Peço aos grupos parlamentares que ainda têm tempo, e o pretendem usar, para se inscreverem rapidamente, senão passamos para o próximo ponto. Não?

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Este ponto está, então, encerrado.

Passamos para o ponto seis da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 1/XVII/1.^a (PAN) — Alarga as garantias de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, procedendo à alteração de diversos diplomas, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 9/XVII/1.^a (PAN) — Pela adoção de um plano nacional de combate à violência sexual baseada em imagens, e ainda, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 27/VII/1.^a (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.^a alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), 126/XVII/1.^a (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica, 187/XVII/1.^a (CH) — Altera as regras de suspensão provisória do processo relativamente a processos por crime de violência doméstica, garantindo mais direitos à vítima, 197/XVII/1.^a (L) — Cria o mecanismo especial de reparação a vítimas de violência doméstica, 198/XVII/1.^a (L) — Alarga a proteção das vítimas de violência doméstica através da modificação das condições do subsídio de reestruturação familiar, 199/XVII/1.^a (CDS-PP) — Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica, 201/XVII/1.^a (BE) — Apoio à renda e apoio jurídico para vítimas de violência doméstica (alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro), 202/XVII/1.^a (BE) — Proteção

das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código do Processo Penal), 207/XVII/1.^a (PS) — Reforça os instrumentos de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica.

Vamos começar dando a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do Grupo Parlamentar do PAN, para apresentar o Projeto de Lei n.º 1/XVII/1.^a e o Projeto de Resolução n.º 9/XVII/1.^a Para o efeito, tem até 2 minutos. Portanto, tem um minuto mais um.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No mês de agosto, numa única semana, a PSP registou 297 casos de violência doméstica.

São 42 mulheres por dia que veem a sua dignidade, a sua liberdade, a sua integridade física e mental, brutalmente atacadas. E esta é apenas a ponta do *iceberg*.

Seja pelo facto de serem silenciadas pelo medo, pela vergonha ou pela falta de alternativas ou até de respostas quando pedem ajuda, a verdade é que estes casos ficam muito aquém da realidade do nosso País.

Vejam, por exemplo, o caso do homem que disse à mulher que «esta casa vai ser uma casa dos horrores», e cumpriu a sua ameaça ao esmagar a cabeça da ex-namorada. Veja-se também o caso daquele que disse que à frente do seu filho desfigurou a mãe, quando, entre gritos, a própria criança e a mãe imploravam para parar. Ou veja-se o caso da mulher que viu no salto de uma janela a sua única saída.

Aqui, Sr.^{as} e Srs. Deputados, continuamos todas e todos a falhar, enquanto coletivo, num dos maiores crimes e problemas do nosso País, a violência e a insegurança dentro de casa.

É tempo de dizermos «basta» e de transformar o medo em força, de transformar e colocar a vergonha do lado dos agressores. É preciso deixar claro que as vítimas de violência doméstica não têm de deixar a sua casa, não têm de deixar os seus filhos, não têm de deixar os seus animais de companhia para trás.

Por isso mesmo, hoje, o PAN propõe que seja criado um complemento ao abono de família, que seja majorado o subsídio de reestruturação para as vítimas com filhos a cargo, e que seja garantido o acesso destas crianças a vagas em creches ou em estabelecimentos do ensino pré-escolar.

Mas precisamos de ir mais longe, como garantir que o acolhimento de vítimas com animais de companhia em casas de abrigo não seja algo excecional, que todos os anos vem consagrado no Orçamento do Estado, mas, sim, uma realidade na lei.

Precisamos que o direito à autonomia e a ter casa própria também se consagre através do Porta 65 e que aquilo que já deveria estar a ser implementado também seja uma realidade. E, por outro lado, que as despesas com os processos de divórcio não tenham de ficar a cargo da vítima.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é um dos maiores flagelos no nosso País. A insegurança nacional está dentro das nossas casas, e eu acredito que as vítimas contam com todas e com todos nós para pormos, hoje, um ponto final a este flagelo.

Aplausos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 27/VII/1.^a, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem até 4 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Combater todas as formas de violência sobre as mulheres exige uma intervenção firme e determinada.

É uma obrigação do Estado adotar todas as medidas para prevenir e para interromper, o mais cedo possível, a espiral de violência sobre as mulheres.

Bem sabemos que muitas mulheres vivem aprisionadas porque não dispõem das condições económicas que permitem libertar-se.

Poder-se-iam ter dado passos importantes na proteção das vítimas de violência doméstica, se PSD, CDS e Chega não o tivessem impedido, na anterior legislatura.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Na anterior?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Hoje retomamos a proposta do PCP, já com aperfeiçoamentos, na sequência das sugestões remetidas por diversas entidades nos seus pareceres.

Propomos que, independentemente da decisão de apresentação de denúncia, as mulheres tenham acesso à informação que contribua para a consciencialização das diversas formas de violência e que lhes dê segurança na tomada de decisão.

No plano da justiça, propomos a nomeação imediata de advogado por via da escala de prevenção, preferencialmente com formação na matéria de apoio à vítima, e, caso haja diversos processos judiciais, que seja nomeado o mesmo patrono para todos, assim como propomos a isenção de custas, incluindo dos encargos com honorários do defensor officioso.

No que respeita à proteção no emprego, avançamos com soluções para garantir que há condições de transferência do local de trabalho, a pedido da vítima, e a consideração de todas as faltas justificadas, pela razão de ter sido vítima de violência doméstica.

Propomos o reforço da proteção social, nomeadamente o alargamento da licença de reestruturação familiar por 30 dias, que os pedidos de abono de família sejam considerados com urgência, e a garantia de acesso a creche.

Destaco duas propostas inovadoras do PCP. Em primeiro lugar, a criação da plataforma de prevenção e monitorização do risco, a funcionar nos serviços públicos competentes, salvaguardando sempre a proteção de dados, que permita a inserção de todas as ocorrências verificadas relativamente à vítima e que, por esta via, possibilite a avaliação da situação de risco e desencadeie a intervenção das autoridades para interromper a situação de risco o quanto antes. Em segundo lugar, na habitação, nos casos em que seja opção das mulheres permanecer na sua habitação, é concedida de imediato essa pretensão pelo titular do inquérito. Não têm de ser as mulheres e os seus filhos a abandonar a casa de família.

Apresentamos ainda uma proposta para a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro.

Combater e prevenir todas as formas de violência sobre as mulheres é indissociável do combate ao retrocesso nas mentalidades, à normalização de conteúdos disseminados em diversas plataformas, sempre com a intenção de minorar as mulheres, indissociável do combate à violência sexual e à mercantilização do corpo da mulher.

Combater e prevenir todas as formas de violência sobre as mulheres exige o reforço dos serviços públicos, nos seus meios e recursos, com mais trabalhadores, meios técnicos e financeiros, nas escolas e universidades, nas unidades de saúde, na segurança social, nas forças de segurança, nos tribunais, na Polícia Judiciária, no Ministério Público, com o objetivo de garantir eficácia na ação e na intervenção.

Combater e prevenir todas as formas de violência sobre as mulheres não é possível com políticas que são responsáveis pelas crescentes dificuldades na vida, assentes em baixos salários e elevados custos com a habitação.

Também aqui o combate à violência doméstica assegura-se com a garantia da autonomia económica e social das mulheres e das condições para que as mulheres iniciem uma nova vida liberta de violências.

Da parte do PCP, temos toda a disponibilidade para aprofundar a discussão e encontrar soluções e caminhos que contribuam decisivamente para pôr fim a este flagelo social.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuamos com a apresentação de iniciativas legislativas.

A próxima intervenção é da Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Chega. Tem até 6 minutos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo esta intervenção com uma frase que não é minha — «A violência contra as mulheres atinge, em Portugal, uma dimensão preocupante que não nos pode deixar indiferentes. É uma guerra civil subterrânea, com largas dezenas de vítimas por ano e em que cada crime começa geralmente aos gritos, mas acaba num profundo silêncio.» Esta frase é do Deputado Mendes Bota, do PSD, e foi dita em 7 de dezembro de 2006. Ou seja, em 2006, discutíamos este tema exatamente com a mesma atualidade que o discutimos hoje.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, verificamos que há uma total incapacidade desta Câmara para resolver um problema que continua a ser um flagelo enorme.

Vozes do CH: — É verdade!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Comparando, para que percebamos exatamente que, por muito que tivéssemos andado, ainda estamos no mesmo sítio, em 2007, tivemos 27 000 queixas de violência doméstica e, em 2020, também; em 2010, tivemos 30 000 queixas e, em 2024, também.

Estes números embaraçam o País, embaraçam-nos a todos nós. O número de denúncias, o número de arquivamentos, o número de condenações, o número de penas suspensas são um embaraço, são uma vergonha e são inaceitáveis.

Aplausos do CH.

Recentemente, o Conselho da Europa veio dizer aquilo que para nós seria óbvio, que as nossas penas são brandas e desproporcionais. O Chega tem reiteradamente chamado a atenção para esta circunstância: precisamos de aumentar as penas, precisamos de afastar os agressores das vítimas, mas, infelizmente, toda esta factualidade tem sido barrada pela maioria parlamentar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — As propostas que trazemos hoje são pequenas alterações, mas são alterações que podem, de facto, fazer a diferença e salvar vidas, como garantir que na decisão de suspensão provisória do processo a vítima é acompanhada da advogada. Isto porque, muitas vezes, a vítima é pressionada, a vítima está aterrorizada, a vítima não sabe necessariamente quais é que são os seus direitos. Por isso, sim, o advogado pode fazer a diferença.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Propomos também que, assim que a vítima faz a queixa, uma vez mais tenha a nomeação do advogado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Vai ter custos para o Estado? Vai. Preferimos salvar a vida destas pessoas e poupar indemnizações aos seus filhos por perderem a mãe, a pagar compensações sem sentido.

Passando agora para esta questão das compensações, queria falar da proposta do Livre. O Livre quer que o Estado, de uma forma solidária com os agressores, pague indemnizações às vítimas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Incrível!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Leia as propostas!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — A mim parece-me que isto é simplesmente, mais uma vez, uma cultura de desculpabilização, uma cultura de permitir que o agressor faça o que entender, sem ser punido por aquilo que tem a fazer. Além disso, temos já uma comissão de proteção das vítimas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso! Isso mesmo!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... que faz um pagamento de indemnização caso o agressor não possa fazer e, portanto, não entendemos o que é que o Livre quer exatamente com esta proposta.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Pois não! Informe-se!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quer proteger os bandidos!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Quer proteger os bandidos necessariamente e, sinceramente, é uma medida que é populista, é uma medida que não tem sentido nenhum, é uma medida que não vai ajudar nada. O Livre, por cada vez que votasse contra uma proposta do Chega, em que efetivamente podia ajudar as vítimas, também podia ser responsável, com os agressores, por aquilo que faz.

Aplausos do CH.

No fundo, é simples: quem tem de compensar as vítimas são os agressores; quem agride, quem mata, quem destrói, é que tem de pagar por aquilo que faz.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, este é só mais um exemplo da política cúmplice com os agressores, com a qual muitas vezes esta Casa tem optado. Mas o Chega não compactuará.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação das iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra, até 4 minutos, a Sr.^a Deputada Filipa Pinto.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, trazemos dois projetos de lei que não são meramente documentos legais, mas, sim, compromissos profundos com a dignidade, com a justiça e com a proteção dos direitos humanos em Portugal.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — As iniciativas legislativas do Livre criam e alargam mecanismos essenciais para amparar as vítimas de violência doméstica, um flagelo que persiste na nossa sociedade.

O primeiro projeto que apresentamos é o da criação do mecanismo especial de reparação a vítimas de violência doméstica. Este é um passo transformador, porque vem afirmar que o Estado português reconhece a sua responsabilidade não só na prevenção e proteção mas também na reparação dos danos causados por este crime brutal. A violência doméstica não deve ser vista apenas como uma infração penal, mas como uma grave violação dos direitos humanos que exige uma resposta ampla e multidimensional. Não basta proteger, é imprescindível reparar.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Este mecanismo vai garantir que as vítimas tenham direito a uma reparação integral, que ultrapassa o mero ressarcimento financeiro e inclui acesso a cuidados médicos especializados, apoio psicológico, assistência social e medidas que promovam a dignidade individual e coletiva das vítimas. Será um espaço acessível, confidencial, colaborativo e participante, que atuará em complementaridade com os mecanismos judiciais, fortalecendo a justiça e a humanidade no tratamento destas situações.

Mas este compromisso não ficaria completo sem o segundo projeto, que vem melhorar o subsídio de reestruturação familiar. Este subsídio será uma conquista relevante, pois reconhece que as vítimas, ao abandonarem um lar marcado pela violência, enfrentam um desafio imenso de reconstrução da sua vida, que exige autonomia financeira. Porém, a realidade mostrou que o apoio até aqui concedido, limitado em valor e tempo, é insuficiente para garantir a segurança e a dignidade necessárias.

Propomos ampliar o prazo da licença para 30 dias, um tempo mínimo realista para permitir a reconstrução familiar, bem como ajustar o cálculo do subsídio, para que este seja baseado no rendimento bruto e permita a acumulação com outras prestações sociais. Estes são passos essenciais que garantirão uma resposta mais eficaz e justa, promovendo verdadeiramente a autonomia e a proteção às vítimas.

Não podemos fechar os olhos aos números e às histórias humanas por trás deles. São milhares as vítimas invisibilizadas, aquelas que sofrem caladas. Temos, pois, aqui, nas nossas mãos, projetos que oferecem ferramentas concretas para romper este ciclo de violência e abandono social.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aprovar esta legislação é escolher colocar os direitos humanos e a justiça social no centro da ação do Estado, é reafirmar que a dignidade das pessoas vulneráveis importa e que nenhuma vítima de violência doméstica ficará desamparada.

Neste momento decisivo, pedimos um voto unido e responsável, que transforme estas propostas em realidade, que dê voz e reparação a quem sofreu, que promova uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da sua iniciativa legislativa, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem até 4 minutos para o efeito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A cada 10 minutos, morre uma mulher, em todo o mundo, vítima de violência doméstica, e em Portugal, só neste século, já morreram 700.

Isto é algo que nos faz pensar sobre uma situação que é nossa, mas que, infelizmente, tem escala global, e não podemos dizer que haja soluções que resolvam de uma vez o problema e que sejam tão eficazes que, se as aplicarmos de um dia para o outro, consigamos acabar com algo tão trágico.

Eu acho que é injusto se dissermos que não temos feito, em Portugal, bastante para combater a violência doméstica.

Falo, por exemplo, de uma área em que tive responsabilidades, as forças de segurança, que melhoraram em muito o seu conhecimento e a sua capacidade de intervenção relativamente a este problema, e mesmo as infraestruturas da Guarda Nacional Republicana e da PSP (Polícia de Segurança Pública) — com todas as dificuldades que têm — têm hoje condições que há poucos anos não tinham.

Devo dizer que era desejável, por exemplo, que as magistraturas acompanhassem esta evolução e que interpretassem as alterações legislativas com mais efetividade do que continuam a fazer.

Repugna-nos a todos que, tantas vezes, seja nas promoções do Ministério Público ou nas decisões judiciais, continuem a aparecer preconceitos, interpretações extravagantes e decisões que, infelizmente, não põem em primeiro lugar aquilo que têm de pôr: a defesa das vidas, a defesa da integridade física e a proteção de quem é vítima de violência doméstica.

O CDS, ao longo dos anos, também foi apresentando as suas propostas e contribuindo para este debate, essencialmente através de várias Deputadas que nos representaram — lembro-me de Maria Celeste Cardona, Teresa Caeiro e Vânia Dias da Silva —, todas elas com iniciativas apresentadas, em nome do CDS, neste Parlamento.

Há uma iniciativa que já apresentámos várias vezes e que, infelizmente, nunca foi aprovada, mas que hoje aqui trazemos de novo, porque nos parece que é muito importante — tem a ver com a questão sucessória.

Repugna-nos que quem é condenado por agressão, quem é condenado por violência doméstica possa vir a herdar da sua vítima. Isto é algo que repugna a todos! Eu sei que já houve uma alteração legislativa nesta matéria, relativamente à possibilidade de a própria pessoa deserdar o agressor, mas isso não basta. Como já foi dito aqui — e já tivemos estas discussões, por exemplo, relativamente à questão do crime público —, deixar na liberdade individual da vítima optar por uma exclusão, optar por uma denúncia, optar por um caminho é, muitas vezes, dar-lhe uma liberdade que ela efetivamente não tem. Está coagida, está pressionada, está

traumatizada e, obviamente, não tem a liberdade e a autonomia que outra pessoa teria para tomar uma decisão deste género.

Portanto, parece-nos que faz sentido que o projeto de lei que hoje apresentamos possa ser aprovado e que, de uma vez por todas, consagremos a indignidade sucessória de quem é agressor relativamente às vítimas dessa agressão.

Relativamente às outras propostas de outros grupos parlamentares, temos toda a abertura, tal como esperamos que os outros grupos parlamentares tenham em relação à nossa. Não porque esta deva ser uma matéria de consensos — porque, às vezes, ao falarmos de consensos parece que estamos a desvalorizar estas matérias —, mas que seja uma matéria de avanços e que possamos continuar a juntar boas vontades e boas propostas para melhor protegemos as vítimas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a última intervenção de apresentação de iniciativas, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Socialista volta a apresentar um pacote legislativo para reforçar a proteção e a autonomização das vítimas de violência doméstica, que ficou interrompido na última legislatura.

A violência doméstica é o crime que mais mata em Portugal. Nas últimas duas décadas, já aqui foi dito, foram assassinadas cerca de 700 mulheres.

Este ano, nos primeiros seis meses, as queixas aumentaram 26 % relativamente ao período homólogo do ano passado. Temos 102 queixas por dia.

Estes números, obviamente, chocam-nos a todos e a todas, mas por detrás dos números há pessoas com as vidas destroçadas, que têm de deixar o seu trabalho e a sua casa e fugir com os seus filhos para uma casa de abrigo; pessoas que têm de saltar pela janela, como ainda ontem vimos, podendo morrer ou ficar gravemente feridas, para não serem assassinadas. Têm de recomeçar uma vida longe do agressor e, por isso também, são duplamente penalizadas.

O problema é indiscutivelmente persistente, dramático, intolerável, disso ninguém tem dúvidas. Não basta reconhecê-lo, exigem-se ações concretas, permanentes, firmes e duradouras. É preciso agir com respostas efetivas e integradas, que não só protejam as vítimas como garantam também o direito a uma vida com dignidade e segurança.

Este combate é de todos e de todas. De todos e de todas!

Com esta iniciativa, o PS propõe o reforço de uma intervenção integrada a diversos níveis — do direito de autonomização das vítimas, do reforço dos apoios sociais, do apuramento das falhas de proteção —, para não se voltar a falhar.

Assim, propomos a criação de um rendimento de autonomia, no valor de 509 € mensais, durante seis meses, para as vítimas que são forçadas a abandonar os seus lares.

Propomos também o alargamento do programa Porta 65+, garantindo um apoio financeiro ao pagamento da renda e da caução, de forma a facilitar o acesso a uma habitação segura.

Propomos ainda o alargamento da licença de reestruturação familiar, de 10 para 20 dias, permitindo que as vítimas possam ausentar-se do trabalho sem perda de salário.

E, adicionalmente, propomos a majoração de 25 % no valor do abono de família para as crianças a cargo das vítimas, garantindo um apoio financeiro adicional às famílias afetadas.

Prevemos também o acesso prioritário a vagas em creches para os filhos das vítimas e a equipamentos de apoio para as pessoas idosas ou adultos dependentes que estejam ao seu cuidado.

No plano judicial, defendemos a isenção de custas judiciais e a nomeação de um advogado, preferencialmente com formação especializada no apoio às vítimas.

Por fim, propomos uma análise retrospectiva de eventuais falhas de acompanhamento das vítimas, em casos de homicídio identificados com risco elevado, para corrigir procedimentos e reforçar a confiança no sistema de justiça e de segurança pública, o que se poderá efetuar em estreita articulação com a equipa de análise retrospectiva.

O objetivo é atuar de imediato. Aqui, a urgência impõe-se!

Temos também de corrigir o que não está bem, para que, de futuro, as vítimas de violência doméstica não acabem assassinadas depois de terem pedido proteção ao Estado.

Temos a expectativa de que este projeto mereça a confiança de todos e volte a ser aprovado na generalidade, para depois ser aprofundado na especialidade.

Saudamos, de igual modo, a apresentação de todos os projetos que seguramente muito enriquecerão este debate em especialidade.

Com esta iniciativa, o Partido Socialista reafirma o seu compromisso para com a defesa das vítimas e o fortalecimento do Estado social na sua proteção. As vítimas de violência doméstica têm de ter a confiança no Estado, e o Estado não pode falhar nem as pode deixar sozinhas.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase das intervenções, e a primeira será do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que tem até 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A violência doméstica é um crime público, mas continua a ser uma chaga e um flagelo nacional. Cada dia perdido é mais uma vida em risco, mais uma família destruída.

É imperativo reforçar as garantias de proteção e apoio às vítimas, garantindo meios, casas de abrigo e apoio psicológico e jurídico eficaz.

Nenhuma vítima se pode sentir sozinha, nenhuma denúncia pode cair em saco roto, nenhuma resposta pode falhar por falta de recursos. Estas iniciativas parlamentares, na minha opinião, dão um passo nessa direção, mas o combate à violência vai exigir um compromisso coletivo, sem desculpas nem adiamentos.

Defender e apoiar as vítimas é, acima de tudo, defender a dignidade humana.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Pereira, que dispõe de 6 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falar de violência doméstica é falar de vidas destroçadas, de mulheres que dormem com medo dentro da sua própria casa, de mulheres que perdem a vida às mãos de quem lhes dizia que as amava. É falar de crianças que crescem órfãs. É falar de famílias destruídas.

Tudo isto são realidades que nos doem, que nos revoltam, mas que nos convocam. E, por isso, quero saudar a apresentação destas iniciativas legislativas, que, se por mais não for, têm desde já o mérito de manter este assunto na agenda política, reafirmando o consenso político deste Parlamento no combate à violência doméstica e na proteção às vítimas.

Contudo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tratando-se de um fenómeno complexo e multifacetado, exige uma resposta integrada e sustentada, que pressupõe que qualquer alteração de fundo ao regime legal deva resultar de um processo legislativo inclusivo e participado, que articule diferentes áreas do saber e envolva as entidades que integram a resposta nacional a este fenómeno.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Assim, parece-nos desejável que as alterações legislativas partam de uma análise global e detalhada ao quadro normativo em vigor, garantindo uma abordagem coerente, eficaz e adaptada às reais necessidades das vítimas.

Mais, Sr.^{as} e Srs. Deputados: estão em curso, neste momento, os trabalhos preparatórios para a transposição da diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, um instrumento europeu determinante que visa harmonizar e reforçar a resposta dos Estados-Membros, assegurando uma proteção mais eficaz às vítimas e um combate mais estruturado às diversas formas de violência baseada no género.

Assim, e tendo em conta o calendário da transposição da referida diretiva, 14 de junho de 2027, parece-nos mais avisado aguardar a conclusão deste processo, antes de introduzir alterações a diplomas estruturantes, garantindo assim a coerência entre o quadro normativo nacional e as obrigações europeias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estão aqui presentes várias iniciativas, provenientes de vários grupos parlamentares, com várias soluções. São propostas importantes, mas muitas delas não são propriamente novidade no ordenamento jurídico, constituindo redundâncias. Outras não estão sequer em conformidade com o quadro normativo vigente, e outras há cuja eficácia nos oferece fundadas dúvidas.

O direito da vítima a optar por se manter na sua habitação ou casa de morada de família, promovendo-se as necessárias medidas de afastamento do suspeito ou arguido, pretendendo acautelar a segurança da vítima, é uma solução que tem já consagração nos artigos 29.º-A e 31.º da lei da prevenção da violência doméstica, onde se prevê — e isto até foi aqui muito falado — que, no prazo máximo de 72 horas, o Ministério Público promova medidas de proteção à vítima e medidas de coação ao agressor, tendo aqui cabimento as necessárias medidas de afastamento do agressor.

Ademais, com a denúncia, a vítima é sempre encaminhada para as estruturas locais de apoio, com vista à elaboração do respetivo plano de segurança.

Relativamente à isenção das custas processuais, bem como à nomeação imediata de patrono, estas soluções são aqui avançadas, pese embora já estejam materializadas na nossa lei.

Atualmente, já é garantida à vítima quer a isenção de custas processuais quer a imediata consulta jurídica a efetuar por advogado, bem como a célere e sequente concessão de apoio judiciário, de natureza urgente, considerando a presunção de insuficiência económica das vítimas de violência doméstica materializada na nossa legislação.

É fácil, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vir aqui propor subsídios de autonomização, mas durante os oito anos em que governaram o País, tendo aludido ao combate à violência doméstica como uma prioridade absoluta, os senhores nem sequer disso falaram, quanto mais implementá-lo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Parlamento tem de ser claro. Não basta legislar, é preciso rigor, pertinência e coerência no processo legislativo, e é preciso fazer cumprir a lei existente e dar meios às instituições para robustecerem a sua ação.

Quero aqui salientar os esforços do Governo no sentido do reforço de verbas previsto neste Orçamento do Estado para a prevenção e combate à violência doméstica, o maior de sempre. São cerca de 26 milhões de euros, distribuídos por várias áreas governativas para intensificar este combate.

O valor das verbas da autonomização mais do que duplicou, e, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é o caminho que queremos prosseguir.

O PSD está na linha de frente deste combate e reiteramos o nosso compromisso em não permitir mais silêncios, mais demoras e mais omissões. As vítimas não podem esperar e nós não podemos falhar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento — vamos só esperar que chegue ao seu lugar —, um do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela Sr.^a Deputada Patrícia Faro, e outro do Grupo Parlamentar do Chega, pela Sr.^a Deputada Idalina Durães, aos quais imagino que responderá em conjunto.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Sandra Pereira, relativamente a estas iniciativas que hoje discutimos, queria dizer que elas são todas meritórias e de grande importância, mas para nós, para o Partido Socialista, o combate à violência doméstica passa, em primeiro lugar, pela prevenção, e isso implica falar da violência no namoro, Sr.^a Deputada Sandra Pereira. É para isso, também, que temos de alertar, uma

vez que esta é uma das formas de combater a violência doméstica e de garantir que todas as crianças tenham acesso a um apoio eficaz, inclusivo e respeitador dos seus direitos.

O PS começou a falar sobre esta área — a violência no namoro — a partir de 2008 e, de facto, ao longo dos Governos do Partido Socialista desenvolvemos campanhas de sensibilização para a prevenção e combate à violência no namoro, com o objetivo de educar e capacitar os jovens para identificarem e rejeitarem comportamentos abusivos nas relações amorosas.

Queria ainda dizer que, não obstante todas as campanhas, tudo o que fazemos — e hoje temos aqui a prova viva disso, pois todos os grupos parlamentares apresentaram soluções e estão disponíveis para terminar este flagelo — e todas as alterações legislativas efetuadas, o fenómeno persiste, e, portanto, continuamos a reiterar a importância que os conteúdos programados para a disciplina Educação para a Cidadania tinham neste âmbito.

Se o objetivo da estratégia nacional de aprendizagens é preparar os alunos para lidarem com os desafios da vida real, esta é uma aprendizagem essencial no âmbito dos direitos humanos, na promoção da cidadania e de desenvolvimentos saudáveis.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Idalina Durães, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Idalina Durães** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a violência doméstica continua a ser uma ferida aberta na sociedade portuguesa. Todos os anos, centenas de vítimas são obrigadas a abandonar as suas casas, os seus filhos, a sua estabilidade emocional e económica, tudo para fugirem de quem as devia proteger e amar. Na maioria das vezes, quem sai de casa é vítima e não o agressor, infelizmente, e isto é uma inversão inaceitável do princípio da justiça.

Sabemos que existem casas de abrigo e sabemos que elas cumprem um papel essencial. Contudo, sabemos que são insuficientes. No interior do País, então, o cenário é ainda mais preocupante: faltam estruturas, faltam recursos e, sobretudo, falta proximidade.

Uma vítima do interior não pode ser forçada a percorrer centenas de quilómetros para encontrar apoio. Isso é condená-la ao silêncio, ao isolamento e à continuação do seu ciclo de violência.

O Partido Chega entende que é urgente e inadiável reforçar essa rede de casas de abrigo a vítimas de violência doméstica com um foco especial no interior, mas também garantido a cobertura nacional.

Por isso, em sede de Orçamento do Estado, foi aprovada uma proposta do Chega que previa a expansão e a descentralização da rede de casas de abrigo com o devido reforço de meios técnicos, humanos e financeiros para garantir uma resposta eficaz e digna em todo o território.

Posto isto, pergunto à Sr.^a Deputada se assume aqui, ou não, o compromisso político de garantir que esta proposta não ficará no papel, mas que será, efetivamente, executada com o rigor e a urgência que a proteção das vítimas exige.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de 34 segundos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Pereira.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, vou começar por responder ao Chega, dizendo que, naturalmente, não caberá ao Grupo Parlamentar do PSD assumir compromissos relativamente à execução do Orçamento, que é da responsabilidade do Governo.

Aquilo que lhe posso dizer, Sr.^a Deputada, é que as suas preocupações estão em linha com as nossas preocupações e com as preocupações do Governo. Aliás, devo-lhe dizer já que, no primeiro trimestre deste ano, foram acolhidas em casas de abrigo mais de 1400 vítimas, espelhando bem a importância dessa necessidade e a importância que damos a esse fator de acolher as vítimas em casa para que possam, de facto, ficar protegidas.

Quanto ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não percebi bem a questão, mas queria só dizer que acompanhamos todos os considerandos que fez e...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há vítimas de violência doméstica que não têm problemas económicos, que sempre tiveram uma vida privilegiada e que se mantêm em relações abusivas.

Há vítimas de violência doméstica com mestrados e doutoramentos, com acesso a informação, com carreiras brilhantes e que se mantêm em relações abusivas.

Há vítimas de violência doméstica que, por serem tudo isto, nos fazem duvidar de que sejam mesmo vítimas, e muitas vezes essa dúvida começa nas famílias.

Mas a violência, quando vem de quem amamos, é o pior dos venenos. Todos aqueles que se libertam fisicamente deste veneno nunca se livram dele, na verdade. Acho importante dizer isto, especialmente num dia como o de hoje.

Há também milhares de vítimas que não têm capacidade financeira, nem para si nem para os seus filhos, e quando temos filhos pensamos duas vezes antes de decidir o que quer que seja. E se há coisa que este flagelo nos ensina é que a nossa independência económica é crucial, e por isso é que a independência das mulheres é crucial, porque da nossa independência depende a independência dos nossos filhos.

A Convenção de Istambul determina medidas de primeira linha, que são de emergência, e de segunda linha, que são de proteção, mas não podemos esquecer que no meio desta espiral podem estar filhos e também podem estar avós a quem precisamos de garantir proteção adequada.

A Iniciativa Liberal acompanhará algumas das propostas que hoje são aqui apresentadas, à exceção daquelas — e eu queria ressaltar estes dois pontos — que ponham em causa a presunção de inocência, que deve ser sempre salvaguardada, e a liberdade de escolha das vítimas, quando muitas vezes essa escolha não vai ao encontro daquilo que gostaríamos que elas decidissem.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não havendo mais inscrições para intervenções, iremos passar à fase de encerramento.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, sabemos, evidentemente — e acho que isso ficou claro neste debate —, que a violência doméstica atinge diferentes dimensões e diferentes idades. O rosto da violência doméstica é maioritariamente feminino, mas não é por isso que também não é exercida contra homens, contra crianças, contra pessoas idosas, e por isso há uma dimensão multidisciplinar que tem de dar resposta a este flagelo.

Nesse sentido, o PAN fez questão que, simbolicamente, esta iniciativa fosse a primeira a dar entrada na Assembleia da República, porque acreditamos que é preciso que exista um pacto entre todas as forças políticas, um compromisso — simbolicamente chamado «compromisso violeta», que é a cor do combate à violência doméstica — para que possamos chegar a consensos sobre as diferentes dimensões em que a lei tem de dar resposta, sobretudo na autonomização das vítimas.

Não é digno que uma vítima forçada a sair da sua casa tenha de viver apenas com 17 € por dia, o que não dá sequer para comer, não dá para a própria vítima comer nem para os seus filhos ou os seus animais de companhia comerem.

Não é digno que uma vítima tenha de ficar na rua quando se recusa a ir para uma casa de abrigo porque não quer deixar para trás os seus animais, que tantas vezes são usados como forma de agressão para com as vítimas.

Não é digno que uma vítima tenha de faltar ao trabalho injustificadamente porque a lei não tem mecanismos para que estas faltas sejam automaticamente justificadas.

E ainda menos digno é que não tenha de ser o agressor a sair de casa, sendo a vítima, mais uma vez, forçada a deixar o seu contexto social.

Por outro lado, não podemos deixar de fazer uma menção às vítimas, que tantas vezes pedem ajuda e às quais o sistema não dá resposta, e que, por isso mesmo, acabam por ter um desfecho como o feminicídio, por perder e pagar com a sua própria vida a denúncia que fazem ao sistema.

Neste sentido, sabendo que não foi hoje feita a votação, apelo a que na próxima semana, com as diferentes visões que temos, com as diferentes visões políticas de soluções apresentadas, possamos fazer um esforço para encontrar este consenso em sede de especialidade.

Por parte do PAN, estamos disponíveis para acompanhar todos os projetos que hoje foram apresentados, porque, acho, todos têm dignidade para serem discutidos com o maior respeito institucional...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS, do L e do JPP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, damos por encerrada a ordem de trabalhos de hoje. Recordo que a próxima reunião plenária é na quarta-feira, dia 24 de setembro, que consta, no primeiro ponto, do debate com o Primeiro-Ministro.

No segundo ponto teremos a discussão conjunta, na especialidade, dos Projetos de lei n.ºs 139/XVII/1.^a (PS) — Altera a Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoas com deficiência, 181/XVII/1.^a (L) — Alarga o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência, 192/XVII/1.^a (PAN) — Alarga o universo de beneficiários do regime de crédito bonificado à habitação e aumenta o montante máximo dos empréstimos elegíveis no âmbito desse regime, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, e 203/XVII/1.^a (BE) — Alarga a proteção das pessoas com deficiência no acesso ao regime do crédito bonificado à habitação, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 284/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que inclua no mapeamento e na distribuição de habitação um critério que facilite o acesso à habitação às famílias com membros do agregado familiar com mobilidade reduzida.

No ponto teremos a discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 221/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de garantia para assegurar o pagamento direto do diferencial das passagens aéreas abrangidas pelo Subsídio Social de Mobilidade e 271/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de garantia financeira que assegure que os residentes das regiões autónomas da Madeira e Açores pagam apenas o valor fixo das passagens aéreas.

Srs. Deputados, muito bom fim de semana.

Eram 14 horas e 58 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa à Proposta de Lei n.º 12/XVII/1.^a:

A proposta de lei em apreço visou eliminar uma norma que condicionava o acesso a um benefício fiscal no quadro do regime aplicável — não se tratando, pois, de uma penalização. A informação de que dispomos aponta para o facto de este incentivo, na sua configuração atual, não cumprir os objetivos que justificaram a sua criação. Essa é a razão pela qual nos abstivemos na votação do diploma em causa.

Não obstante, entendemos ser imperativo sublinhar que a evolução dos leques salariais em Portugal deve merecer um acompanhamento rigoroso e constituir um critério de ponderação na definição das políticas públicas. A crescente distância entre os salários mais elevados e os menos elevados põe em causa a coesão económica e social, pilar decisivo de uma sociedade justa e de uma economia equilibrada.

Assim, apesar de reconhecermos que o mecanismo em questão não estava a produzir os efeitos pretendidos, consideramos indispensável que sejam encontradas e implementadas outras medidas que atendam às disparidades salariais, promovendo maior equidade na distribuição do rendimento e, como tal, menor desigualdade.

Os Deputados do Partido Socialista, *João Torres — Marina Gonçalves*.

Relativas à Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.ª:

Depois da desvalorização com que lidou com os incêndios florestais que devastaram uma parte do nosso País neste verão, o Governo PSD/CDS continua a tentar limpar a sua imagem, anunciando medidas como se fossem novas, fazendo tábua rasa das recomendações no âmbito da prevenção dos incêndios e do ordenamento da floresta, assim como das decisões anteriormente assumidas, mas que continuam, inexplicavelmente, por concretizar.

Medidas como o ordenamento florestal, a diversificação da floresta, o efetivo apoio ao associativismo florestal, a regulação do mercado da produção lenhosa, a execução das faixas primárias de gestão de combustível, a execução de ações de fogo controlado, o objetivo de pelo menos 500 equipas de sapadores florestais, os condomínios de aldeia, as áreas integradas de gestão da paisagem e o cadastro da propriedade rústica, entre muitas outras, continuam, no fundamental, a marcar passo.

Por experiência própria, o povo português sabe que não têm faltado planos, relatórios e orientações, quer para a prevenção, quer para o combate aos incêndios florestais. O que tem faltado é vontade política para a disponibilização de meios financeiros e de recursos humanos para os concretizar.

Basta recordar as metas da Estratégia Nacional para as Florestas aprovadas em 2006 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro), alteradas em 2015 (RCM n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro). Basta recordar as conclusões dos relatórios da Comissão Técnica Independente sobre os incêndios de 2017, no fundamental por concretizar.

Em 1998, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, foi assumido o objetivo de criação de 500 equipas de sapadores florestais. No sítio da internet do ICNF contam-se apenas 415 equipas, apesar de, todos os anos, o PCP propor, em sede de debate do Orçamento do Estado, o cumprimento desse objetivo. E nos últimos cinco anos foram criadas apenas 15 equipas.

O cadastro está por resolver há décadas, apesar de sucessivos programas e projetos de sucessivos Governos PSD e PSD. Apesar das muitas promessas em 2017, mesmo na versão do registo cadastral simplificado, o BUPi (Balcão Único do Prédio) — claramente insuficiente —, estamos apenas com 36 % da área cadastrada.

Nesta espécie de fuga para a frente, na qual se insere a apresentação do Plano Floresta 2050, não deixam de estar presentes conceções que, a pretexto dos incêndios florestais, pretendem aprofundar quer a pura lógica de mercado que tem sido devastadora para o interior e o mundo rural, quer os objetivos de assalto à pequena propriedade.

Trata-se de um plano carregado de repetições de outros planos, sem metas temporais e quantitativas, sem informação sobre o seu financiamento discriminado por ações e projetos, sem indicação dos recursos humanos que se preveem para fazer aquilo que há muito deveria estar feito, além de novas revisões de legislação e orientação, tornando ainda mais impenetrável a legislação sobre esta matéria.

É um plano que se soma a muitos outros apresentados, quer por Governos do PSD/CDS, quer por Governos do PS.

Não será com os indiciados cerca de 250 milhões de euros de média anual que o Governo anunciou na comunicação social, mas que não constam no Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.^a, que o País responderá aos graves, profundos e estruturais problemas da floresta portuguesa.

O PCP reafirma que a resposta a esses problemas exige um investimento em larga escala nas florestas, não os cortes a que temos assistido em relação à floresta, como o que foi concretizado, em 2024 — de 114 milhões de euros —, no âmbito da reprogramação do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum); exige um grande reforço em recursos humanos e outros meios dos serviços florestais públicos e uma profunda reorganização do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Bastaria o Governo estar disponível para investir na floresta os recursos públicos que mobilizou para tapar os buracos da corrupção e gestão danosa na banca privada, e a situação não seria a tragédia a que assistimos quase todos os anos.

Mas o Governo da AD não mostra vontade nem disponibilidade para o fazer. A resolução votada é um engodo político.

O PCP não poderia, assim, deixar de votar contra.

O País precisa de saber, desde já, qual o grau de execução das decisões tomadas, perceber o que foi efetivamente feito e o muito do que está por concretizar.

O que se impõe é identificar as dificuldades e os obstáculos que criam entraves à concretização do que está decidido. O que faz falta é vontade política para avançar com uma política de valorização da floresta e do mundo rural.

A questão não é reescrever o que há muito está escrito e publicado no *Diário da República*.

A questão é fazer, e, da parte do PCP, não vamos contribuir para que se finja que é preciso discutir tudo outra vez, enquanto o País arde, ano após ano.

A Deputada, *Paula Santos*.

O Livre reconhece a relevância de um planeamento estrutural a longo prazo para a preservação e valorização do património florestal nacional, mas absteve-se nesta votação porque identifica insuficiências que inviabilizam um apoio. O plano não apresenta instrumentos suficientemente concretos para assegurar a sua efetiva implementação, seja em termos de financiamento, de fiscalização ou de envolvimento das comunidades locais.

É um plano que, apesar de parecer bem-intencionado, continua demasiado dependente de intenções futuras sem garantias claras de execução. A política florestal deve assentar na diversificação do uso dos solos, no combate eficaz à monocultura do eucalipto, no reforço da prevenção estrutural contra incêndios e na integração das comunidades rurais na gestão sustentável do território. Sinalizamos abertura para melhorar o plano em sede parlamentar ou regulamentar, mas sublinhamos a necessidade de maior ambição e rigor na defesa da floresta portuguesa.

O Governo apresenta este plano, mas fá-lo sem debate parlamentar, repetindo anúncios ao longo de meses e excluindo os partidos da sua construção. Para além disso, falta clarificar como este plano se articula com o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030 (ou se, pelo contrário, se substitui a ele; o que é incompreensível para o Livre) e com as medidas já em execução pela AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais).

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Livre.

Relativa ao Projeto de Lei n.º 165/XVII/1.^a.

A iniciativa legislativa discutida e votada enquadra-se no âmbito do instituto das profissões de desgaste rápido, propondo-se que os cidadãos que exercem a profissão de bombeiro sejam nele enquadrados, para os efeitos previstos no respetivo projeto de lei.

Como é do domínio público, o Governo da República Portuguesa constituiu um grupo de trabalho sobre profissões de desgaste rápido, do qual se aguardam as respetivas conclusões, tendo-se comprometido a remetê-las a esta Assembleia, para apreciação.

Assim, acreditamos que não faz sentido votar favoravelmente um projeto de lei e proceder à sua apreciação na especialidade, de forma isolada, sabendo-se que o grupo de trabalho está ainda a desenvolver a sua missão, em fase de conclusão.

O Grupo Parlamentar do PSD entende que o tema das profissões de desgaste rápido deve ser avaliado de forma transversal, para permitir uma avaliação correta das diversas situações que se coloquem ao decisor político.

A missão dos bombeiros é das mais nobres e essenciais ao nosso povo, que louvamos e agradecemos, sem nunca esquecermos as dificuldades com que se debatem no dia-a-dia. Sabemos das suas pretensões e aspirações legítimas, e delas não nos esquecemos.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a iniciativa legislativa pela forma despreocupada e displicente com que o partido proponente encara o exercício da função legislativa, meramente como um veículo para captar eleitorado.

As (Os) Deputadas (os) do PSD, *Hugo Soares — Isaura Moraes — António Rodrigues — Joaquim Barbosa — Carla Barros — Helga Correia — Leonor Cipriano — Paulo Edson Cunha — Sónia Fernandes — Vânia Jesus — Ana Gabriela Cabilhas — Francisco José Martins — Maurício Marques — Paula Cardoso — João Antunes dos Santos — Pedro Roque — Sandra Pereira — Manuela Carvalho.*

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 139/XVII/1.ª.

No dia 19 de setembro de 2025, foi votado na Assembleia da República o Projeto de Resolução n.º 139/XVII/1.ª, apresentado pelo Partido Comunista Português, que recomenda ao Governo o reforço da oferta pública de residências para estudantes no distrito do Porto.

Esta abordagem enviesada para fins eleitorais, por parte do PCP, procura explorar a falta de oferta pública de residências para estudantes. No entanto, a falta de oferta faz-se sentir nos maiores centros urbanos do País e não é um diagnóstico que afeta unicamente o distrito do Porto. Para além disso, este projeto de resolução não faz qualquer referência à existência do setor privado, que também contribui para o aumento de *stock* e que, se não existisse, tornaria esta escassez ainda maior.

Apesar da visão parcial do PCP, o PNAES (Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior) está muito aquém dos objetivos definidos, tem registado uma execução lenta e, apesar do financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência, poderá ter a calendarização inicial posta em causa. A existência de uma comissão de acompanhamento deste plano, assim como a utilização de infraestruturas já existentes, deve ser extensível a todo o País.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal votou a favor deste projeto de resolução, mas continuará a pugnar pela obtenção de dados concretos para que as políticas públicas propostas sejam adequadas a todo o território nacional.

Os Deputados da Iniciativa Liberal, *Angélique Da Teresa — Carlos Guimarães Pinto — Joana Cordeiro.*

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 140/XVII/1.ª.

No dia 19 de setembro de 2025, foi votado na Assembleia da República o Projeto de Resolução n.º 140/XVII/1.ª, apresentado pelo Partido Comunista Português, que recomenda ao Governo a urgente recuperação dos edifícios escolares públicos no distrito do Porto.

Esta abordagem enviesada para fins eleitorais, por parte do PCP, procura alertar para a recuperação urgente de edifícios escolares naquele distrito, em concreto, quando na verdade, em 2023, o Governo celebrou com a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) um acordo para a reabilitação de mais de 450 estabelecimentos escolares. Neste acordo, ficou estabelecida uma listagem de todas as escolas, a nível nacional, com necessidades de intervenção e foram classificadas tendo em conta o estado de degradação do edificado que tinha três referências: muito urgente, urgente e prioritário.

O plano de intervenções nestas escolas, que, relembramos se localizam no País inteiro e não só no distrito do Porto, tem sofrido atrasos acumulados e nem mesmo as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência têm conseguido acelerar um processo que, pela sua demora, tem levado a que algumas autarquias tenham avançado com empréstimos, para poderem avançar diretamente com estas obras de reabilitação.

Esta situação reveste-se de especial gravidade quando, em maio de 2025, é publicado o Relatório n.º 1/2025 da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, que classifica o investimento na construção e reabilitação de escolas como «preocupante» ao alertar para o atraso generalizado na execução das obras, mesmo após a celebração dos contratos.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal votou a favor deste projeto de resolução, mas continuará a defender que este compromisso assumido, em 2023, pelo Governo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses seja concretizado em todo o território nacional e em todas as escolas que foram listadas.

Os Deputados da Iniciativa Liberal, *Angélique Da Teresa — Carlos Guimarães Pinto — Joana Cordeiro — Jorge Miguel Teixeira — Mariana Leitão — Mário Amorim Lopes — Miguel Rangel — Rodrigo Saraiva — Rui Rocha.*

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PS Eurico Brillhante Dias e pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.